

REVISTA

Justiça, Presente

NÚMERO 01
SETEMBRO 2020



Nesta edição:
A história do programa em revista
Destaques na imprensa
Novas narrativas em números



CNJ (Conselho Nacional de Justiça)

Presidente: Ministro José Antonio Dias Toffoli

Corregedor Nacional de Justiça: Ministro Humberto Eustáquio Soares Martins

Conselheiros

André Luis Guimarães Godinho

Candice Lavocat Galvão Jobim

Emmanoel Pereira

Flávia Moreira Guimarães Pessoa

Henrique de Almeida Ávila

Ivana Farina Navarrete Pena

Luiz Fernando Tomasi Keppen

Marcos Vinícius Jardim Rodrigues

Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva

Maria Tereza Uille Gomes

Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro

Rubens de Mendonça Canuto Neto

Tânia Regina Silva Reckziegel

Secretário-Geral: Carlos Vieira von Adamek

Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica: Richard Pae Kim

Diretor-Geral: Johanness Eck

Supervisor DMF/CNJ: Conselheiro Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro

Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador - DMF/CNJ: Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi

Juiz Auxiliar da Presidência - DMF/CNJ: Antonio Carlos de Castro Neves Tavares

Juiz Auxiliar da Presidência - DMF/CNJ: Carlos Gustavo Vianna Direito

Juiz Auxiliar da Presidência - DMF/CNJ: Fernando Pessoa da Silveira Mello

Diretor Executivo - DMF/CNJ: Victor Martins Pimenta

Chefe de Gabinete - DMF/CNJ: Ricardo de Lins e Horta

DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional)

Diretora-Geral: Tania Maria Matos Ferreira Fogaça

Diretor de Políticas Penitenciárias: Sandro Abel Sousa Barradas

PNUD BRASIL (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)

Representante-Residente: Katyna Argueta

Representante-Residente Adjunto: Carlos Arboleda

Representante-Residente Assistente e Coordenadora da Área Programática: Maristela Baioni

Coordenadora da Unidade de Paz e Governança: Moema Freire

Coordenadora-Geral: Valdirene Daufemback

Coordenador-Adjunto (equipe técnica): Talles Andrade de Souza

UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime)

Diretora do Escritório de Ligação e Parceria do UNODC: Elena Abbati

Coordenador da Unidade de Estado de Direito: Nívio Caixeta Nascimento

REVISTA JUSTIÇA PRESENTE

Elaboração: Comunicação Justiça Presente

Responsável: Débora Neto Zampier

Edição: Iuri de Castro Tôrres

Textos: Iuri de Castro Tôrres (redator principal), Débora Zampier; Douglas Saviato; Isaías Monteiro; Jeferson Melo; Luiza Fariello; Manuel Carlos Montenegro; Marília Mundim; Paula Andrade

Apoio: Lucas Pelucio Ferreira; Secretaria de Comunicação Social CNJ

Projeto Gráfico: Tatiany dos Santos Fonseca

Capa: II Encontro Nacional dos GMFs, com representantes do DMF/CNJ, dos GMFs/TJs e equipes do Justiça Presente.



APRESENTAÇÃO

O sistema prisional e o sistema socioeducativo do Brasil sempre foram marcados por problemas estruturais graves, reforçados por responsabilidades difusas e pela ausência de iniciativas articuladas nacionalmente fundadas em evidências e boas práticas. Esse cenário começou a mudar em janeiro de 2019, quando o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) passou a liderar um dos programas mais ambiciosos já lançados no país para a construção de alternativas possíveis à cultura do encarceramento, o Justiça Presente.

Trata-se de um esforço interinstitucional inédito, com alcance sem precedentes, que só se tornou possível graças à parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento na execução das atividades em escala nacional. O programa conta, ainda, com o importante apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na figura do Departamento Penitenciário Nacional, e de diversas instituições que trabalham de forma alinhada aos objetivos do programa.

Dado seu caráter inovador e abrangente, o Justiça Presente demanda novas narrativas para informar suas ações e resultados, mas também para influenciar novos comportamentos entre aqueles que operam o sistema de Justiça Criminal e o sistema socioeducativo. Uma nova abordagem do quadro atual, de forma pragmática e coerente, também deve chegar à sociedade. A incompreensão sobre o funcionamento do ciclo penal e socioeducativo e seus temas de fundo muitas vezes coloca a opinião pública contra medidas que beneficiariam o próprio interesse social, como o fomento a sistemas que ofereçam dignidade e oportunidades para a construção de novos caminhos.

Nesta publicação, apresentamos a evolução do Justiça Presente em formato revista, com uma seleção de registros, personagens e avanços que permitiram resultados significativos em um curto espaço de tempo. Apresentamos, ainda, uma seleção das principais narrativas induzidas pelo programa junto à opinião pública, janela importante para as transformações que queremos induzir em um futuro próximo.

José Antonio Dias Toffoli

Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça

SUMÁRIO

2018

2019

INTRODUÇÃO 6

*ARTIGOS
PUBLICADOS 8*

DESTAQUES 10

NOVEMBRO

**CNJ e PNUD se aliam
para enfrentar crise do
sistema prisional
PÁGINA 16**

JANEIRO

**CNJ e PNUD avançam em
programa voltado a superar
crise no sistema prisional
PÁGINA 17**

FEVEREIRO

**CNJ apresenta programa sobre sistema
carcerário a todos os estados
PÁGINA 18**

MARÇO

**Justiça Presente: CNJ abre série
de missões aos estados
PÁGINA 19**

ABRIL

**Conselho Nacional de Justiça dobra
infraestrutura do SEEU
PÁGINA 21**

MAIO

**Escritório Social celebra três anos
com expansão em 2019
PÁGINA 24**

JUNHO

**CNJ e TSE fecham acordo inédito para
facilitar identificação de pessoas presas
PÁGINA 28**

2020



JULHO

Justiça Presente já trabalha com 26 tribunais para melhorar sistema penal
PÁGINA 30

AGOSTO

Acordo entre CNJ e Arpen emitirá documentação gratuita a presos
PÁGINA 36

SETEMBRO

CNJ lança mutirão carcerário eletrônico no Espírito Santo
PÁGINA 38

OUTUBRO

Justiça Presente inicia atividades voltadas ao sistema socioeducativo
PÁGINA 43

NOVEMBRO

Migração de dados entre SAJ e SEEU mobiliza tribunais
PÁGINA 46

DEZEMBRO

Programa do CNJ na área penal avança com apoio de tribunais
PÁGINA 53

JANEIRO

Escritório Social Virtual auxiliará pessoas egressas do sistema prisional
PÁGINA 55

FEVEREIRO

Justiça Restaurativa chegará a 10 tribunais do país
PÁGINA 58

MARÇO

COVID-19: CNJ emite recomendação sobre sistema penal e socioeducativo
PÁGINA 63

ABRIL

CNJ atua para fortalecer Centrais de Alternativas Penais
PÁGINA 64

MAIO

Organismos da ONU destacam papel do Judiciário contra Covid-19 em prisões
PÁGINA 68

JUNHO

Criação de funcionalidades no SEEU adequa sistema a novos contextos
PÁGINA 70

JULHO

CNJ regula videoconferência na área penal com veto em audiência de custódia
PÁGINA 73

AGOSTO

Escritório Social chega a 14 estados fortalecendo política de atenção à pessoa egressa
PÁGINA 80

Introdução

Iniciado em janeiro de 2019, o programa Justiça Presente busca superar desafios instalados em todo o ciclo penal, desde o momento da apreensão até o fim da responsabilização, passando por soluções de gestão com o apoio da tecnologia e fomento às boas práticas. Também incide em problemas estruturais do sistema socioeducativo, que demanda ações diferenciadas para o enfrentamento de questões.

O Justiça Presente foi desenhado como um plano nacional com ações customizadas a cada unidade da federação com a colaboração de atores locais e alocação de equipes. Buscou, ainda, fortalecer iniciativas de sucesso de gestões anteriores. Possui foco de incidência no Judiciário enquanto trabalha em estreita colaboração com os demais poderes e com a sociedade civil, considerando a nature-

za interinstitucional que caracteriza o funcionamento do sistema penal e do socioeducativo.

O programa desenvolve ações no campo do apoio técnico, doação de insumos e articulação institucional, e seu público alvo inclui beneficiários de nível inicial (Judiciário e atores do sistema de Justiça Criminal) e de nível final – quase 800 mil pessoas no sistema prisional e cerca de 140 mil no sistema socioeducativo.

Durante seu período de vigência, o Justiça Presente atuou na criação ou melhoria de produtos, estruturas e serviços, realizou eventos e promoveu capacitações, gerou produtos de conhecimento e apoiou produção normativa do CNJ. Também trabalhou parcerias e novas narrativas a partir de evidências e soluções possíveis.

Justiça,
Presente

+ de
650

Matérias
publicadas
por TJs e outros
parceiros
institucionais

79

Boletins
internos

20

Boletins
Covid-19
(Contaminações
e Relatos de
Tribunais)



G. Dettmar/Agência CNJ



Novas narrativas

A abordagem inovadora do Justiça Presente, tanto em sua forma de organização quanto na de atuação simultânea em todos os campos do ciclo penal e socioeducativo, demandou esforços integrados de comunicação para estratégias que contribuíssem para o avanço do programa.

Para reforçar o alinhamento entre as diferentes instituições parceiras e apoiadoras, assim como das equipes do programa alocadas em todo o país, foram circulados 70 boletins semanais e 9 bimestrais de comunicação interna com os avanços operacionais e estratégicos nos respectivos períodos. A aproximação com as assessorias de comunicação dos tribunais de justiça foi essencial para produção de conteúdo local sobre a evolução do programa a partir das experiências em campo, resultando em mais de 450 textos pelas cortes.

Na esfera nacional, foram produzidos pelas cortes mais de 200 matérias veiculadas sobre o Justiça Presente no site do CNJ e replicadas por parceiros. Já o trabalho com veículos externos de comunicação rendeu mais de 130 ações proativas ou reativas com dezenas de canais de imprensa nacionais e internacionais. Além de cinco artigos publicados em veículos de grande circulação, foram mais de xx matérias publicadas sobre o programa ou sobre temas induzidos por ele. Houve, ainda projeção do CNJ no combate à pandemia do novo coronavírus nos espaços de privação de liberdade conforme a Recomendação CNJ n. 62 por meio de boletins semanais e quinzenais produzidos pela equipe.

A análise qualitativa das publicações por outros atores que não o CNJ indicam mais de 99% de textos positivos ou neutros considerando os interesses do programa.

NESTA EDIÇÃO:

Clipping Justiça Presente

Nas próximas páginas, uma seleção de notícias sobre o universo do programa segundo os principais veículos de comunicação nacionais e internacionais.

Matérias Justiça Presente

Uma seleção de matérias publicadas pelo site do CNJ que contam a história do programa. Alguns textos originais foram editados para esta publicação.

+ de
200

Matérias veiculadas
no site do CNJ

+ de
130

Ações com a imprensa
Atendimento e
encaminhamentos
de pauta

+ de
650

Matérias publicadas em
veículos de comunicação,
99% com abordagem
positiva ou neutra quanto
aos interesses do programa

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
 Os artigos publicados aqui são de autoria dos autores e não refletem a opinião do jornal. Sua publicação constitui um privilégio de natureza
 e afeta às publicações tradicionais e mundas e de efeitos colaterais tradicionais de natureza jurídica.

Justiça, presente!

Sistema eletrônico alivia os gargalos do ciclo penal

Dias Toffoli

Presidente do Supremo Tribunal Federal e ex-advogado geral do Brasil (2007-2010, governo Lula)

A maturidade institucional que se consolidou no Brasil já não admite experimentos ou diademas. Queremos um Estado presente e soluções para nossos problemas com o melhor custo-benefício. Nesse sistema penal, por exemplo, precisa-se modernizar, seus problemas estruturais, serem corrigidos. Eles agravam o quadro de insegurança pública e demandam intervenções coordenadas e sistêmicas não de soma, mas de várias gestões.

A mesma carreira do país trilha os novíssimos 65 anos. É a terceira maior do mundo! O envelhecimento tem compensado a progressão? Insuperável de recursos e corrente de transparência, o sistema acaba por agravar problemas que deveria resolver.

Responsável por determinar prisões e acompanhar o cumprimento das penas, o Judiciário pouco contribui sobre as mais de 720 mil pessoas privadas de liberdade no país. Muitos chegam ao sistema carcerário sem documentação ou com documentação pouco confiável. Pouco se sabe também sobre os mais de 1,5 milhão de processos de execução penal em transição. Além do enorme passivo em meta física, os sete sistemas informatizados criados por diferentes tribunais pouco dialogam entre si e sobrecarregam os atores da justiça que os operam.

E justamente para garantir um salto na gestão desses processos que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está investindo em expansão constante do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU), que padroniza o controle informatizado da execução penal.

Adotado como política nacional pelo CNJ em 2016, o SEEU já é realidade em oito unidades da federação com mais de 426 mil processos cadastrados e deve chegar a todos os países até o final do ano. Vagas que operam o SEEU reduzem o fim das pilhas de processos e do trabalho braçal, com melhoria da gestão de recursos e do controle do cumprimento das penas. Outras prioridades atuais do CNJ são garantir que todos os presos do país tenham identificação biométrica até julho de 2020 e articular estruturas permanentes para a criação de documentos básicos.

Pesquisa recente junto a tribunais de justiça constatou que ao menos nove em cada dez não possuem levantamento da documentação civil das pessoas presas. Garantir esses documentos é uma medida fundamental não apenas para se reverter a situação dos presos, mas para se facilitar sua reintegração social, sem a documentação básica, o indivíduo pode, por exemplo, tirar carteira de trabalho ou se matricular em

um curso de formação.

A identificação biométrica, por sua vez, confere confiabilidade e segurança à gestão de dados sobre pessoas privadas de liberdade. Esse controle deve facilitar, inclusive, a monitoração da reincidência, um dado, até hoje, inspecionável no Brasil. Com a integração dos dados biométricos ao SEEU, será possível traçar o perfil da população carcerária de forma mais minuciosa, com vistas à elaboração de políticas públicas mais efetivas.

As ações descritas acima integram o programa Justiça Presente, que chega agora a todas as unidades da federação. O programa é resultado de acordo de cooperação instituído entre o CNJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), com o suporte dos recursos repassados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O programa, estruturado em 11 iniciativas, leva em consideração todos os gargalos do ciclo penal e aposta no amplo envolvimento de atores do poder público e da sociedade civil. O intuito é fortalecer instituições e órgãos locais para garantir a adequação e a sustentabilidade das iniciativas, as quais são essenciais para a transformação da realidade penal a longo prazo.

O Judiciário está ciente de sua responsabilidade para reverter o estado de coisas insustentável das prisões brasileiras, tal qual apontado pelo Supremo Tribunal Federal em 2015 (ADPF 247 MC/DF). A oportunidade para alcançarmos, em ações concretas nos fóruns, precisamos garantir que a justiça seja não apenas um valor abstrato, mas um valor presente na realidade de todos os brasileiros.



Artigo
Justiça, presente!
 Folha de S.Paulo,
 14 de abril de 2019

O GLOBO OPINIÃO

EXCLUSIVO PARA ASSINANTES

Artigo: É preciso desidratar as facções criminosas

Juiz deve se sentir confortável e seguro em adotar medidas alternativas à prisão

Carlos Vitor Yan Adamek, Carlos Gustavo Vieira Drexler, Luis Gerardo Larrosa e Márcio de Siqueira Alexandre

31/05/2019 - 02:00

Artigo
É preciso desidratar as facções criminosas. O Globo, 31 de maio de 2019



Artigo
Devemos conversar com as polícias. O Estado de S.Paulo, 20 de fevereiro de 2020



Artigo
Cinco anos de audiência de custódia: mitos e verdades. Folha de S.Paulo, 24 de fevereiro de 2020



Artigo
Prisões em tempos de Covid-19 e o papel do Judiciário. O Globo, 12 de abril de 2020



Como resolver o problema da população carcerária no Brasil. GloboNews Política, 3 de maio de 2019



MÔNICA BERGAMO

CATÁLOGO GERAL

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) assinam nesta quinta-feira (27) acordo para fazer a coleta biométrica de toda a população carcerária do Brasil.

CATÁLOGO 2 O objetivo é conhecer, enfim, quem são as pessoas sob custódia do Estado — até hoje, não há dados confiáveis sobre todas elas.

NADA NO BOLSÃO A biometria deve ajudar também na emissão de documentos que identificam os presos, como RG e CPF. Boa parte deles não tem nenhum documento.

CNJ e TSE vão fazer coleta biométrica de toda a população carcerária, Coluna Mônica Bergamo, Folha de S. Paulo, 27 de junho de 2019

GRÁVIDAS QUE PODERIAM ESTAR EM CASA PERMANECEM NA CADEIA



Grávidas e mães de crianças pequenas poderiam estar em casa, mas permanecem na cadeia, O Globo, 12 de maio de 2019



Anúncio do início da parceria com a FAP-DF e UnB para aplicativo Escritório Social Virtual, Correio Braziliense, 12 de julho de 2019



80% dos presos não têm documentos, O Estado de S. Paulo, 12 de julho de 2019



Relatos de maus-tratos ou tortura só aparecem em 5% das audiências de custódia, O Globo, 14 de julho de 2019



Nosso sistema prisional já não admite inércia, Revista Justiça e Cidadania, 6 de agosto de 2019



Conheça o Justiça Presente, que tem como objetivo acabar com os gargalos do sistema penal, TV Justiça, 31 de julho de 2019



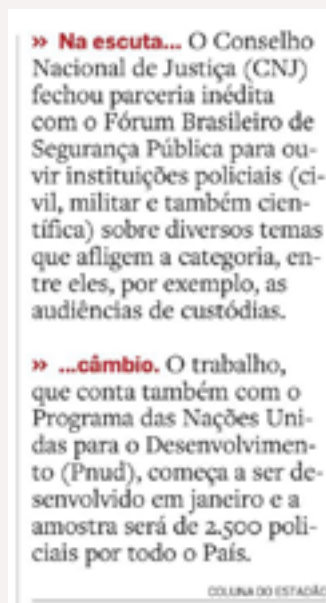
Expansão Nacional do SEEU, Jornal Hoje, Rede Globo, 4 de novembro de 2019



URGE Relatório inédito do CNJ sobre os massacres em presídios do PA e de AM cobra a adoção de planos de contingência nos estados. A ideia é montar grupos com atores locais e federais para sinalizar um fim à crise que resultou no assassinato de 117 presos.

URGE 2 No caso de Altamira (PA), imagens indicam a participação de dois agentes na chacina. A suspeita será encaminhada à Procuradoria-Geral de Justiça para investigação.

CNJ cobra adoção de plano de contingência de estados após massacres no PA e no AM, Coluna PAINEL, Folha de S. Paulo, 15 de agosto de 2019

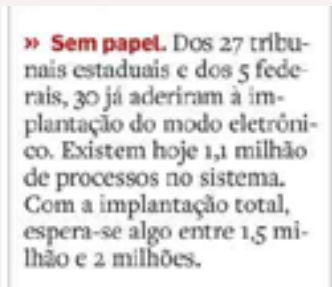


Projeto Diálogo Polícias e Judiciário, Coluna do Estadão, O Estado de S. Paulo, 30 de novembro de 2019



Em um ano, percentual de presos provisórios cai no Brasil e superlotação diminui, G1, 19 de fevereiro 2020

'Nova era': Nota sobre implantação do SEEU no TJ-SP, O Estado de S. Paulo, 9 de março de 2020



Entrevista com Eugênio Zaffaroni Folha de S. Paulo, 17 de março de 2020



O que pensam os juízes que estão soltando presos em meio à pandemia, A Pùblica, 7 de abril de 2020



31% das unidades prisionais do país não oferecem assistência médica, Folha de S. Paulo, 30 de março de 2020



CNJ otimiza utilização de tornozeleiras para que dispositivo não falte em crise da covid-19, O Globo, 4 de abril de 2020



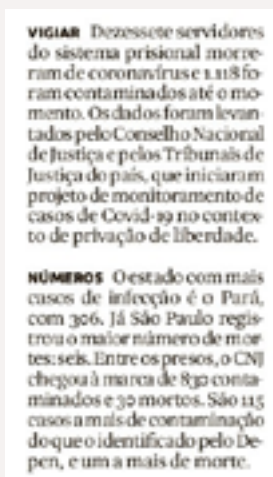
Governo desconhece situação nos presídios, Folha de S. Paulo, 22 de abril de 2020



Doação de laptops pelo Instituto Humanitas 360 em parceria com o CNJ, Coluna Mônica Bergamo, Folha de S.Paulo, 22 de abril de 2020



Enquanto coronavírus atinge prisões, centenas de milhares de detentos são soltos, The New York Times, 26 de abril de 2020



CNJ detecta que menos de mil testes foram aplicados em detentos em todo o país, Folha de S. Paulo, 22 de abril de 2020



Letalidade do coronavírus entre presos brasileiros é o quántuplo da registrada na população geral, Folha de S.Paulo, 5 de maio de 2020



Agentes e servidores penitenciários infectados com Covid-19, Coluna Ancelmo Gois, O Globo, 6 de maio de 2020



Parceria entre CNJ e atores locais diante da chegada do coronavírus aos sistemas prisional e socioeducativo, Coluna do Estadão, O Estado de S. Paulo, 8 de maio de 2020



Aumento de casos de Covid-19 espalha tensão nos presídios, Veja, 29 de maio de 2020



Aumento de casos de Covid-19 e renovação da Recomendação 62, Coluna Painel, Folha de S.Paulo, 12 de junho de 2020



Análise de autos de prisão em flagrante pelo CNJ detectam desinformação sobre sintomas da Covid-19 na porta de entrada, O Globo, 29 de junho de 2020



'Retorno': Nota sobre diminuição de reentrada no período da pandemia de coronavírus, Coluna Painel, Folha de S.Paulo, 21 de junho de 2020



Mini documentário sobre audiências de custódia, com participação do DMF/CNJ, ISE, 21 de junho de 2020



O peso da Justiça sobre a vida de presidiários durante a pandemia
Deutsche Welle Brasil, 3 de julho de 2020



CNJ manda ofícios a tribunais pedindo reanálise de regime fechado para grávidas durante pandemia, Coluna PAINEL, Folha de S.Paulo, 27 de agosto de 2020



CNJ e PGR atuam pela manutenção de serviços do SUS em apoio a presos com transtornos mentais, O Globo, 7 de julho de 2020



“Preso por corrupção, morto por Covid-19” – A situação de grupos de risco nas unidades prisionais, Revista Piauí, 21 de julho de 2020



CNJ monitora a situação de presos provisórios durante a pandemia de coronavírus, Veja, 30 de julho de 2020



O coronavírus, um novo golpe para as precárias prisões brasileiras, Agência France-Press, 21 de agosto de 2020

27.11.2018

CNJ e PNUD se aliam para enfrentar crise do sistema prisional

O acordo firmado tem como objetivo desenvolver estratégias para o enfrentamento de problemas estruturais na privação de liberdade

Gil Ferreira/Agência CNJ



Assinatura de Termo de Cooperação entre o Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Ministério das Relações Exteriores

O ministro Dias Toffoli, presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e o ministro interino de Estado das Relações Exteriores Marcos Galvão assinaram, nesta terça-feira (27/11), no Supremo Tribunal Federal (STF), o “Acordo de Cooperação Técnica Internacional para o Fortalecimento da Fiscalização e do Monitoramento dos Sistemas Carcerário e Socioeducativo”. O acordo foi firmado pelo CNJ, pelo Ministério de Relações Exteriores e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e tem como objetivo desenvolver estratégias para o enfrentamento da crise no sistema prisional e socioeducativo.

Para o ministro Toffoli, as cadeias superlotadas, espaços degradantes sem oferta de condições mínimas de dignidade, resultam no aumento da violência no país. “Nosso modelo de implementação da justiça penal só tem contribuído para o fortalecimento do crime organizado, dentro e fora das cadeias”, disse

o ministro Toffoli durante a cerimônia de assinatura do acordo. E afirmou que, com essa e outras iniciativas, o CNJ entra em campo com ações concretas para mudar essa realidade.

O acordo prevê o aprimoramento das políticas de alternativas penais e monitoração eletrônica, bem como o aperfeiçoamento do cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.

Segundo Luiz Felipe López-Calva, diretor regional do PNUD para América Latina, o Poder Judiciário tem papel fundamental no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2020-30 da ONU), mais especificamente com o objetivo 16, cuja proposta é promover a Justiça e sociedades pacíficas. “O desenvolvimento não pode ser alcançado na ausência de governança e de um estado de direito efetivo”, disse López-Calva.

O ministro Toffoli anunciou algumas medidas previstas no termo para enfren-

tamento da crise prisional que assola o país. Uma delas é a implementação nacional do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU), coordenado pelo CNJ.

O sistema, desenvolvido em parceria com o Tribunal de Justiça do Paraná, permite um trâmite processual mais eficiente e proporciona gestão confiável dos dados da população carcerária do Brasil.

A iniciativa, que vem sendo adotada desde 2016, permite a um só tempo maior controle sobre o prazo e a qualidade do respectivo processo, viabilizando a própria integração dos diferentes Tribunais por todo o país.

“Não se deseja mais processos em papel, que pessoas presas fiquem esquecidas dentro de prisões, já com penas cumpridas, pela simples razão de não existir um sistema informatizado capaz de emitir alertas para essa situação”, disse o ministro Toffoli. Atualmente está ocorrendo a implantação do SEEU no Tribunal de Justiça do Espírito Santo e no da Bahia.

Segundo o ministro Toffoli, os mutirões carcerários serão revitalizados com o SEEU, passando a ser eletrônicos e seletivos, visando alcançar um maior número de beneficiados.

O termo estabelece ainda o fomento às metodologias para a promoção da cidadania e garantia de direitos das pessoas privadas de liberdade.

“O CNJ buscará minimizar os efeitos e consequências negativos da superlotação. O PNUD duplicará a energia do CNJ e fará multiplicar nossas pernas”, disse o ministro Toffoli.

Audiências de custódia

O projeto abarca o aperfeiçoamento das audiências de custódia, implantadas pelo CNJ em todo o país por meio da Resolução CNJ nº 213/2015. A norma determina a apresentação a uma autoridade do Poder Judiciário, dentro de 24 horas, de toda pessoa presa em flagrante delito. As audiências de custódia se con-

solidaram como instrumento essencial para a redução da superlotação carcerária e a prevenção e combate à tortura.

“Vamos atuar para a expansão e qualificação das audiências de custódia. Trabalharemos diariamente para que todas as pessoas tenham esse direito assegurado e ninguém fique mais preso desnecessariamente, com impacto, inclusive, para os cofres públicos”, disse o ministro.

Centrais de vagas

O ministro Toffoli anunciou, ainda, que o CNJ buscará implantar “centrais de vagas” nos tribunais. Na prática, as centrais serão instâncias de controle efetivo das portas de entrada e saída do sistema carcerário, garantindo uma ocupação mais racional dos espaços prisionais.

Há ainda o fomento às práticas de Justiça Restaurativa, uma alternativa de solução de conflito que pode ser utilizada em qualquer etapa do processo criminal.

O documento assinado determina ainda o fortalecimento de ações estratégicas voltadas para o atendimento de grupos coletivos com necessidades específicas nos estabelecimentos prisionais ou socioeducativos, como a população LGBT, mulheres, estrangeiros, idosos, pessoas com deficiência, entre outros.

Da mesma forma, serão consolidadas políticas assistenciais, serviços e direitos no sistema prisional e socioeducativo voltadas ao trabalho, educação, saúde, cultura, assistência social, contato com mundo exterior, promoção e respeito à diversidade, infraestrutura, tecnologia, prevenção à tortura, atenção à pessoa egressa, entre outras.

Superação da crise carcerária

O projeto tem vigência prevista até 31 de julho de 2021, podendo ser prorrogado. A assinatura do acordo fortalece o papel do CNJ como protagonista na superação da crise que assola os sistemas prisional e socioeducativo. O projeto está alinhado com o objetivo estratégico “Justiça Criminal, Desjudicialização e Cidadania”, definido no Plano Estratégico do CNJ para o período de 2015-2020.

O orçamento total do projeto é estimado em cerca de R\$ 90 milhões e será financiado com recursos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Estes recursos foram repassados pelo Ministério da Segurança Pública, por meio de convênios firmados entre os órgãos com o objetivo de modernizar o sistema eletrônico de execução penal utilizado por magistrados para gerenciar as portas de entrada e de saída do sistema prisional. **(LF)**



G. Detmar/Agência CNJ

Da esq. para dir., Sandro Abel (Depen), Luís Geraldo Lanfredi (DMF/CNJ), Moema Freire (PNUD) e Nívio nascimento (UNODC)

29.1.2019

CNJ e PNUD avançam em programa voltado a superar crise no sistema prisional

Equipes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD) se reuniram para avançarem na especificação do programa e dos produtos cujos resultados concretos pretendem impactar na melhoria do sistema prisional e socioeducativo brasileiros a curto e médio prazo, realizando as metas da gestão do ministro Dias Toffoli. O projeto resulta do acordo de cooperação técnica assinado em novembro de 2018.

Uma das principais inovações da iniciativa é trabalhar todos os gargalos da execução penal de forma simultânea e em parceria com os órgãos de Justiça e de governo locais, com foco na capacitação e transferência de conhecimento e na sustentabilidade das ações. O programa também se apoia no fortalecimento das contribuições de gestões anteriores e na leitura atenta das realidades locais para potencializar os resultados desta gestão.

“É importante termos em conta que o trabalho a ser realizado aqui terá por fim apoiar e multiplicar a capacidade de realização dos tribunais, de modo a buscar mudanças e uma melhor performance das estruturas locais, comprometidas com o sistema prisional, mas que, hoje, infelizmente, experimentam déficit de legalidade”, disse o juiz coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do CNJ (DMF/CNJ), Luís Geraldo Lanfredi.

A situação de descontrole no sistema prisional levou o Supremo Tribunal Federal (STF) a declarar o estado de coisas inconstitucional em 2015. O en-

tendimento do STF orienta a gestão do ministro Dias Toffoli à frente do CNJ ao priorizar a racionalização de processos e fluxos para facilitar o trabalho de atores locais no enfrentamento da crise penal. Estima-se que o Brasil tenha 724.720 presos, um contingente que aumentou três vezes entre 2000 e 2016.

Eixos de ação

A parceria está dividida em quatro eixos de ação: legalidade e proporcionalidade na responsabilização penal, com foco na redução da superlotação; uso da tecnologia para promoção da cidadania, tendo como principal produto a nacionalização do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU); medidas voltadas à promoção da cidadania nos espaços prisionais e da política de reinserção social para egressos; e atenção ao sistema socioeducativo.

Com a conclusão da etapa atual de planejamento, os atores locais serão procurados para discutir a execução do programa. “Essa é uma cooperação inédita para o CNJ e dela nascerá uma extraordinária conjugação de esforços que busca fazer frente ao contexto de adversidade estrutural que o sistema prisional atravessa. Ações simples, mas significativas, enfrentando as causas dos problemas, a racionalização de recursos e procedimentos com foco na sustentabilidade de ações e a transferência de conhecimento e capacitação aos atores locais, empreendidas com a mobilização de agentes e técnicos, ao mesmo tempo e em todas as partes do país trará mudanças positivas e a qualificação da atuação judicial perante o sistema prisional, em todas as frentes de trabalho”, disse Lanfredi. **(DZ)**

25.2.2019

CNJ apresenta programa sobre sistema carcerário a todos os estados

Gil Ferreira/Agência CNJ



Série de reuniões com tribunais para pactuação; Na foto, TJMG

Parceria com PNUD para enfrentar o estado de crise foi apoiada por GMFs de Tribunais de Justiça em reuniões ao longo de três semanas

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) encerrou bateria de reuniões com os grupos de monitoramento e fiscalização do sistema carcerário (GMFs) dos 27 tribunais de Justiça para apresentar programa desenvolvido pela gestão do ministro Dias Toffoli para enfrentar o estado de crise do sistema prisional. Todos as unidades da Federação apoiaram a ideia e participarão da iniciativa.

“A próxima etapa é ir a campo. Levaremos simultaneamente equipes para todos os estados para que possam definir o cronograma de ações locais e começar a trabalhar”, disse o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e das Medidas Socioeducativas (DMF), juiz Luís Geraldo Lanfredi.

Foram três semanas de reuniões diárias para ouvir os representantes de todos os tribunais de Justiça. Durante os encon-

tros, os especialistas discutiram os trabalhos que estão sendo executados e anotaram os gargalos regionais do sistema penitenciário. Entre as ações em andamento, estão a informatização dos processos de execução penal por meio do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU), a identificação biométrica, a emissão de documentos para pessoas privadas de liberdade, iniciativas para inserção no mercado de trabalho e o fortalecimento das audiências de custódia.

O programa está dividido em quatro eixos de atuação: sistemas eletrônicos, propostas e alternativas ao superencarceramento, políticas de cidadania e ações cívico empreendedoras, e sistema socioeducativo. “Cada eixo se desdobra em vários produtos. Cada produto tem projetos específicos que serão executados simultaneamente em todos os tribunais de Justiça. O nosso maior objetivo é recuperarmos a credibilidade e a confiança de que o Judiciário possa fazer frente ao problema carcerário com soluções concretas”, explicou Lanfredi.

Repercussão

A repercussão do trabalho entre os GMFs foi positiva. “Me senti ouvida e motivada pois percebi que há um planejamento estratégico e um empenho em contribuir com os GMFs”, afirmou a juíza

Luciana Teixeira, coordenadora do GMF do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). “Acho que teremos um trabalho realmente efetivo agora”, completou.

De acordo com Luciana, após diversas crises nas penitenciárias, o sistema carcerário cearense está hoje “tranquilo”. A superlotação ainda é um problema, mas mudanças operacionais estão sendo feitas pela nova gestão do estado. Para a magistrada, a prioridade no estado é resolver o problema de excesso de presos provisórios. “Temos que qualificar melhor as nossas prisões”, afirmou.

O mesmo problema está na pauta do GMF do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). De acordo com o coordenador Luis Carlos Resende e Santos, “há problemas de falta de vagas e dificuldade para fazer o acompanhamento processual, o que causa inúmeros problemas para os presos”. Ao sair do encontro com as equipes do CNJ e do PNUD, ele declarou que a troca de experiência deve potencializar ações já iniciadas pela Justiça de Minas Gerais.

O representante do GMF do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), Paulo Sorci, afirmou que concorda com todas as propostas oferecidas pela equipe do projeto. “Todas as ideias que me foram apresentadas são ótimas e vão nos ajudar a melhorar a prestação jurisdicional no nosso estado. Levarei tudo para o meu tribunal e estou otimista”, afirmou. Em São Paulo, há 145 mil vagas para 235 mil presos.

Segunda etapa

Na segunda fase do programa, começam as visitas aos estados. Serão contratados consultores locais para atuar em audiências de custódia e também monitorar ações específicas do programa em cada um dos tribunais de Justiça. De acordo com Lanfredi, também terão início as tratativas com representantes do Poder Executivo e membros da sociedade civil e demais atores do sistema carcerário para buscar soluções em rede. **(PA)**

Justiça Presente: CNJ abre série de missões aos estados

Objetivo das visitas é mobilizar atores relevantes do Poder Público e da sociedade civil e pactuar atividades de implementação do programa

O programa Justiça Presente, parceria entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para o enfrentamento do estado de crise do sistema penal, iniciou uma série de missões às 27 unidades da Federação. O objetivo das visitas, que vão até meados de maio, é mobilizar atores relevantes do Poder Público e da sociedade civil e pactuar atividades de implementação do programa, além de mapear fluxos e conhecer iniciativas já em andamento.

Alagoas foi o primeiro estado a receber a missão de dois dias. “Hoje no sistema prisional o preso perde a identidade e a dignidade. O CNJ, com esse projeto, vem nos orientar e aconselhar. É óbvio que temos de fazer isso com apoio do Poder Executivo”, ressaltou o desembargador Celyrio Adamastor, supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça de Alagoas (GMF).

A agenda das missões está sendo customizada de acordo com as particularidades de cada unidade da federação, mas, em linhas gerais, trazem atividades relacionadas à primeira fase de implantação do programa, como iniciativas de trabalho e atendimento aos egressos, audiências de custódia, alternativas penais, monitoração eletrônica e biometria. Em Alagoas, por exemplo, onde já existe uma Central de Alternativas Penais (CEAP), o grupo discutiu a integração de processos ao módulo de alternativas penais que fará parte do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU), assim como ações para fortalecimento da CEAP.

Em reunião de cúpula com representantes do poder público e do sistema de justiça do estado, o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário

e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) do CNJ, Luís Lanfredi, destacou que o Justiça Presente irá fortalecer e multiplicar os esforços dos atores locais. “Assim, podemos vencer essa guerra a favor da sociedade e de uma segurança pública melhor”, disse.

Rondônia e Mato Grosso

Nesta semana, o programa também já chegou a Rondônia e ao Mato Grosso. Em Rondônia, a equipe visitou a central de monitoração eletrônica, acompanhou audiências de custódia e participou de reunião sobre coleta biométrica, além de conhecer ações de ressocialização. “Recebemos a iniciativa com muito entusiasmo, pois o programa vem ao encontro do que vem defendendo o Tribunal de Justiça de Rondônia com relação ao sistema prisional, inclusive temos projeto de ressocialização no próprio tribunal”, disse o presidente do GMF local, juiz Sérgio William Teixeira.

Em Mato Grosso, a equipe se reuniu com atores do sistema de Justiça e do Executivo e também acompanhou atividades envolvendo audiências de custódia, alternativas penais e iniciativas de trabalho e de atenção a egressos. O juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Mato Grosso (TJMT), Túlio Duailibi, destacou a importância do trabalho em rede. “O sistema penitenciário é compreendido pelo Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil e também Poder Executivo. Sem essas instituições parceiras, qualquer programa focado nessa área tende a não produzir o resultado esperado. Essa participação do CNJ estimula todos a trabalharem em prol do sistema prisional e socioeducativo”.

Mato Grosso também iniciou nesta semana a implantação do SEEU, iniciati-



Reunião sobre programa com representantes do TJGO, em Goiânia, em abril de 2019

va do CNJ para padronizar o controle informatizado da execução penal em todo o país. A expansão e melhoria do SEEU integra o escopo do programa Justiça Presente, mas possui um calendário próprio de atividades para cumprir a meta de chegar a todas as unidades da federação até dezembro de 2019. “O Judiciário está trazendo programas importantes para garantir a melhoria do sistema prisional no Estado. Um exemplo é o SEEU, no qual o Executivo trabalha oferecendo estagiários para a digitalização dos processos das varas de execuções penais, e agora o Justiça Presente”, disse o secretário estadual de Segurança Pública de Mato Grosso (Sesp), Alexandre Bustamante.

Nos próximos dias, as missões do Justiça Presente chegam ao Amapá, Amazonas e Ceará. As viagens se seguem à série de reuniões do CNJ com representantes das cortes locais em Brasília realizadas em fevereiro. Essas reuniões serviram para ouvir os representantes do Judiciário sobre as condições locais, e assim desenvolver estratégias adequadas e sustentáveis para o funcionamento do programa e envolvimento dos demais atores nos estados. **(IM)** Com informações de TJAL, TJRO e TJMT

26.3.2019

Parceria com UNODC fortalecerá audiências de custódia

Entidades buscam reduzir prisões desnecessárias para o descongestionamento do sistema prisional, que opera com uma taxa de ocupação de 170%

Iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o programa Justiça Presente conta também com a parceria do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) para fortalecer as audiências de custódia em todo o país. A participação do UNODC busca a redução do número de prisões desnecessárias para o descongestionamento do sistema prisional, que opera com uma taxa de ocupação de cerca de 170%, segundo dados do Ministério da Justiça de 2019.

Uma das principais ações que resultarão dessa parceria é a alocação de 27 assessores especializados em todas as unidades da federação para dar apoio técnico aos profissionais que atuam na temática penal com base em diretrizes e boas práticas internacionais. Outra finalidade da parceria será facilitar o acesso dos custodiados à rede local de políticas públicas de proteção social (saúde, educação, trabalho e emprego, etc.), assim como auxiliar no desenvolvimento de ações relativas às políticas de alternativas penais e monitoração eletrônica.

A parceria prevê ainda o lançamento de publicações técnicas que fortaleçam a adoção de medidas alternativas à prisão, quando cabível, e a identificação e apuração de casos de tortura e maus-tratos. Outro ponto de ação do UNODC é a articulação e formação continuada de instituições e atores envolvidos nas audiências de custódia. Isso



Audiência de custódia realizada no TJDF

inclui a criação de uma rede de magistrados para troca de experiências e um módulo dedicado ao tema a ser desenvolvido em conjunto com as Escolas de Magistratura, CNJ e PNUD.

Contexto

As audiências de custódia foram instituídas como política nacional pelo CNJ em 2015 (Resolução nº 213/2015) e consistem na apresentação do preso em flagrante a um juiz no prazo de 24 horas. Após a audiência, o magistrado decide se o custodiado deve responder ao processo preso ou em liberdade, podendo ainda decidir pela anulação da prisão em caso de ilegalidade. Por colocar o magistrado em contato com o custodiado no momento da prisão, essas audiências facilitam a comprovação de casos de tortura e maus-tratos, geralmente pouco notificados.

Apesar da redução na conversão de flagrantes em prisões preventivas, que chegavam a 90% em algumas unidades da Federação antes da implantação das audiências de custódia no Brasil, a detenção provisória ainda é adotada na maioria dos casos – incluindo aqueles que não resultariam em prisão após a sentença, cerca de 18%. Os dados mais recentes do CNJ sobre o tema indicam que, das 258 mil

audiências de custódia realizadas até julho de 2017, 44% resultaram em liberdade provisória e 55% em prisão preventiva. Além disso, as audiências de custódia ficaram concentradas nas capitais e cada estado adotou mecanismos próprios para sistematizar a prática.

A proposta do programa Justiça Presente é fortalecer o modelo difundido pelo CNJ e sensibilizar atores do sistema de justiça e de segurança pública, como juízes, promotores, defensores públicos e policiais para substituírem a prisão por outras ações mais adequadas sempre que possível, como medidas cautelares e monitoração eletrônica. Além de reduzir a superlotação, a medida busca evitar a exposição de pessoas não violentas que sequer foram condenadas com presos condenados por crimes mais graves, incluindo integrantes de facções criminosas.

O programa ainda adotará ações para enfrentar o encarceramento excessivo de mulheres (que cresceu de forma vertiginosa nas últimas décadas), assim como de pessoas negras e de acusados de tráfico de drogas. A intenção é combater a seletividade do sistema penal observada em audiências de custódia e medidas alternativas. **(DZ)**

Conselho Nacional de Justiça dobra infraestrutura do SEEU

Solução padroniza a execução penal em todo o país e é uma das atividades do programa Justiça Presente, parceria com PNUD

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está ampliando os investimentos em tecnologia para atender à crescente demanda de uso do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU), solução que padroniza a execução penal em todo o país. A melhoria e expansão do SEEU é uma das atividades do programa Justiça Presente, parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para garantir um salto na gestão da execução penal em um curto espaço de tempo.

Em março, o CNJ dobrou o parque tecnológico dedicado ao SEEU. “Ele deixou de rodar em seis máquinas e passou para 12. Aumentamos a infraestrutura para suprir contingências, tempo de resposta e disponibilidade”, explica o chefe da gestão de sistemas corporativos do CNJ, Thiago Andrade. O reforço previne quedas e lentidão, devido ao maior número de usuários e processos cadastrados – realidade em oito estados com a gestão do ministro Dias Toffoli, o SEEU tramita cerca de 440 mil processos atualmente.

Ao digitalizar o controle da execução penal, o SEEU automatiza cálculos processuais e avisa juízes sobre eventuais benefícios, o que evita deter réus além do devido. Embora tenha um calendário próprio de implantação nos tribunais brasileiros até o final do ano, o uso do software ganhou força com a série de viagens iniciadas pelo programa Justiça Presente a todos os tribunais

estaduais a partir de março. Após o início das missões, o sistema chegou a ter 20 mil acessos simultâneos e mais de 4 mil processos inseridos no mesmo dia.

O aumento na infraestrutura se deve também à maior monitoração do serviço. “Fizemos um pente fino em todos pontos que podiam ser monitorados de modo mais proativo. A partir dos indicadores, percebemos que precisávamos ampliar a infraestrutura. Vamos observar a resposta à carga de usuários e processos. Esse será o mecanismo para as implantações previstas até o fim do ano”, diz Andrade.

O monitoramento inclui a medição de fatores como total de usuários logados e fluxo de dados. Rotinas de backup foram revistas a partir do monitoramento. A equipe ajustou o processo de cópia dos arquivos com base na observação dos operadores, em geral servidores de varas de execução penal. Está em preparo, ainda, plano de ação com protocolos para as implantações locais.

Governança e gestão

Além da melhoria em infraestrutura, a operação do SEEU também está passando por melhorias em processos de governança e gestão. A equipe dedicada ao sistema mapeou as principais demandas dos usuários e a expectativa é de que o SEEU seja atualizado a cada 10 dias úteis com três demandas resolvidas por vez. Informes são publicados na seção de Notícias da página inicial do sistema. Outra novidade em preparação é a criação de centrais de atendimento em diversos níveis até o final do ano, uma das principais demandas dos usuários.

Outro ganho é a criação de um ambiente para capacitações. “Criamos uma base de treinamento. A ideia é dar mais sustentabilidade aos tribunais. Com isso, eles mesmos vão poder conduzir formações locais. Em vez de só verem vídeos ou lerem manuais, os operadores terão acesso a dados reais”, diz Hely Sousa, especialista de tecnologia do PNUD. O canal deve ser liberado nas próximas semanas. **(IM)**



Processos em papel eram realidade nas varas do país antes da chegada do SEEU

Resolução reforça SEEU como política nacional do CNJ

A Resolução 280/2019 aprovada pelo plenário do Conselho Nacional de Justiça reforçou o SEEU como agenda nacional do Judiciário, com a definição de prazos de implantação e itens de governança. O normativo deu maior segurança e confiabilidade à gestão de dados, o que inclui a determinação de identificação única em todo o território nacional a cada pessoa com processo de execução penal em curso. A resolução determina que o CNJ é o responsável pela gestão do SEEU por meio de soluções e serviços apresentados por seu Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTI/CNJ).

30.04.2019

Metade dos tribunais estaduais adere a programa do CNJ para área penal

Programa Justiça Presente já conta com a adesão de 14 unidades da federação, que receberam missões para desenho de planos de trabalho



Gil Ferreira/Agência CNJ

Em destaque, o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli

Iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para enfrentar a crise penal no país, o programa Justiça Presente já conta com a adesão de 14 unidades da federação. Nas últimas semanas, Goiás, Espírito Santo, Acre, Tocantins e Pernambuco receberam missões para apresentação e discussão da iniciativa idealizada pela gestão do ministro Dias Toffoli e para o desenho de planos de trabalho que consideram as realidades locais e os objetivos gerais do programa.

Durante visita ao Acre, o secretário-geral do CNJ, Carlos Adamek, falou sobre os diferenciais do programa durante evento com a cúpula dos Três Poderes.

“Hoje, sequer temos condições de identificar todas as pessoas presas. A intenção é acabar com isso para termos uma Justiça cada vez mais célere e que erre menos”, afirmou. Ao garantir a adesão do Judiciário local ao programa, o presidente do Tribunal de Justiça do Acre, Francisco Djalma, destacou a importância de o CNJ avançar uma agenda penal. “Essa participação estimula todos a trabalharem em prol do sistema prisional e socioeducativo”, disse.

Para o governador Gladson Cameli, o diálogo entre poderes é um diferencial importante para o sucesso das ações. “Tenho procurado todos os poderes e proposto um diálogo sempre aberto. As dificuldades são imensas e

eu, sozinho, não consigo resolver todas. Estamos colocando estrutura do governo para que o Justiça Presente cumpra seu objetivo aqui”, afirmou.

A adesão do Legislativo também foi garantida pelo presidente da Assembleia Legislativa, Nicolau Júnior. “Sabemos o quanto o sistema carcerário do nosso país é precário. Quanto mais ações forem desenvolvidas com o objetivo de reverter esse quadro, mais chances nós teremos de resolver os problemas existentes. Isso será possível com o empenho de todos. O Poder Legislativo está junto nessa luta”, disse.

Goiás

Durante missão a Goiás, o Justiça Presente foi recepcionado com otimismo pelo Judiciário e pelo Executivo. “O Tribunal de Justiça de Goiás dará todo apoio para o programa ser desenvolvido da melhor forma possível”, disse a juíza auxiliar da presidência Sirlei Martins da Costa. Uma das iniciativas do programa, a informatização da tramitação penal por meio do Sistema Eletrônico de Execução Unificada foi elogiada. “Com o processo digital, há um maior controle, inclusive sobre número de presos, se há possibilidade de progressão e dos mandados de prisão. Tudo isso faz com que o processo seja mais eficiente”, disse a magistrada.

Representando o Executivo, o secretário de Segurança Pública Rodney Miranda destacou a importância do fortalecimento de ações articuladas entre diferentes atores do poder público. “O governador Ronaldo Caiado reconhece a gravidade do sistema prisional e o impacto na criminalidade extramuros. Defendemos uma ação baseada em parcerias entre os poderes e a sociedade civil para construir soluções duradouras, que reeduquem e deem oportunidades a quem cumpre sua pena”, afirmou.



TJAC

Missão de pactuação do Justiça Presente no Acre

Ao apresentar o Justiça Presente para o poder público local, o juiz auxiliar da presidência do CNJ Márcio Alexandre destacou a dificuldade de abordar a superlotação com a criação de novas vagas considerando a situação fiscal dos estados, o que não é diferente no caso de Goiás. “O Estado não tem esse dinheiro e, ainda que tivesse, existem políticas mais importantes aos olhos da sociedade, como as voltadas à educação, saúde e saneamento básico. Ou seja, ainda que tivesse esse dinheiro, o governo não teria como construir o número de presídios necessários para acabar com a superpopulação”, disse.

Espírito Santo

Nas mesmas datas, outra comitiva do Justiça Presente chegou ao Espírito Santo, referência em atendimento a egressos por meio do Escritório Social. A iniciativa foi implementada segundo modelo desenvolvido pelo CNJ em 2016, e funciona em parceria com o Executivo local. Ao receber a missão do Justiça Presente, o governador Renato Casagrande destacou a relevância do programa no contexto atual. “É a primeira vez que todas as instituições que envolvem o sistema prisional participam de uma força tarefa desta natureza. O desafio é grande e precisamos ser ágeis. Apenas neste ano a previsão é de ingresso de mais quatro mil presos. Não adianta só construir presídios. “

Em evento que reuniu a cúpula do Judiciário e do sistema de Justiça capixaba, incluindo o presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, Sérgio Gama, o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do CNJ, Luís Lanfredi, destacou a necessidade de o Estado brasileiro cumprir com suas obrigações na área carcerária. “Buscamos qualificar os atores locais para que atuem em sintonia e alcancem os resultados determinados pela lei, pela Constituição e tratados internacionais”, disse.

Pernambuco

A visita a Pernambuco começou com evento que reuniu integrantes do Sistema de Justiça local, assim como membros do Governo do Estado e da Assembleia Legislativa. Representando o Tribunal de Justiça de Pernambuco, o corregedor geral de Justiça Fernando Cerqueira citou a preocupação do estado com políticas de melhoria da gestão prisional. “Pernambuco tem um trabalho de excelência em relação às audiências de custódia, com 18 pólos, algo muito representativo”, disse.

O juiz auxiliar da presidência do CNJ, Márcio da Silva Alexandre, falou sobre a necessidade de superar o estado de crise a partir do enfrentamento das causas dos problemas encontrados em todo o ciclo penal. A agenda no

estado ainda incluiu visita à Central de Penas Alternativas, acompanhamento e discussão sobre as audiências de custódia, reunião com parceiros locais para implantação da metodologia do Escritório Social para atendimento a egressos, reuniões com o Executivo local sobre verbas de convênios e discussões sobre a implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU), que deve ser iniciada em maio no estado.

Tocantins

No início do mês, a comitiva do programa participou de diversas agendas em Palmas (TO). “Estamos trazendo soluções tanto para o Judiciário quanto para o Executivo”, disse o secretário-geral do CNJ, Carlos Adamek, destacando investimentos em consultores e tecnologia para apoiar a execução penal nos estados, além do incentivo a medidas alternativas à prisão. “Isso evita o encarceramento excessivo para mantermos preso apenas quem realmente não tem qualquer condição de convívio social”, pontuou.

Em reunião com a cúpula do poder público local, o presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins, Helvécio Maia, disse que “o projeto foi bem estudado e será fundamental para aproximar o Judiciário do cidadão, por meio de uma Justiça mais humana, mais restaurativa e menos encarceradora”. Coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do CNJ, Luís Lanfredi destacou que o programa está sendo construído para apoiar e fortalecer o trabalho de cada magistrado. “Queremos entender dificuldades e melhorar fluxos, resultando no fortalecimento institucional do Judiciário como um todo”.

O governador Mauro Carlesse também elogiou o empreendimento do CNJ. “É uma parceria importante e, por isso, temos a participação de todos os órgãos que atuam no sistema prisional”, disse. Já o secretário de Cidadania e Justiça, Heber Fidelis, afirmou que a pasta está de portas abertas. O órgão planeja, por exemplo, enviar ao CNJ estudo sobre a população presa no estado. **(IM)** Com informações de TJAC, TJES, TJGO, TJPE e TJTO

22.5.2019

Escritório Social celebra três anos com expansão em 2019



Escritório Social do Espírito Santo: Equipamento será expandido

Modelo será fomentado para outros estados até o final do ano por meio do Justiça Presente

Uma das iniciativas promovidas pelo programa Justiça Presente para superar o estado de crise sistema prisional brasileiro, o Escritório Social completa neste mês três anos de funcionamento no Espírito Santo. O atendimento mais qualificado ao egresso por meio do fortalecimento da rede de assistência social e serviços via parceria entre o Judiciário e o Executivo foi fomentado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2016 e desenvolvido de forma pioneira no estado, contabilizando mais de 5,5 mil atendimentos desde então.

Agora, o modelo será fomentado para outros estados até o final do ano por meio do Justiça Presente, iniciativa do CNJ e do Ministério da Justiça e Segurança Pública em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). “O Estado deve aproveitar esse momento da saída da prisão e a experiência do cárcere para resignificar a vida

de quem esteve em situação de conflito com a lei. O sentido é trabalhar com cada apenado a partir da singularização das trajetórias de vida e do investimento nas capacidades individuais de modo a tornar efetiva e realizável a promessa de reintegração social deles”, avalia o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do CNJ (DMF/CNJ), Luís Lanfredi.

O Escritório Social oferece uma equipe multidisciplinar que se encarrega de criar um plano de socialização individualizada. A equipe faz os encaminhamentos aos egressos e seus familiares, geralmente em situação de vulnerabilidade social, para serviços de assistência social, psicossocial, qualificação e capacitação, por exemplo. Os contemplados também recebem encaminhamentos profissionais e educacionais, de acordo com as suas necessidades.

“Este projeto possui uma metodologia inovadora, uma política de egresso pensada para ser transversal e com diferenciais possíveis de dialogar e fortalecer com os demais Estados que já possuem alguma metodologia de ressocialização. Essa ampliação representa um grande avanço”, avalia Felipe Athayde, coordenador do eixo voltado à cidadania dentro e fora dos presídios do programa Justiça Presente.

Experiência capixaba

Um dos beneficiados pelo projeto foi Adilson Araújo Lima, que deixou a reclusão há quatro anos e atua no Escritório Social desde o lançamento. “Já realizei mais de 12 capacitações. Foram cursos de porteiro, auxiliar de serviços gerais, logística, estoquista, garçom básico e avançado, recepcionista, informática. Voltei a estudar, consegui me recolocar no mercado de trabalho, ou seja, uma mudança completa na minha vida”, destaca. Agora, Lima sensibiliza outros egressos a participarem. “Utilizo meu exemplo para conscientizar amigos e desconhecidos a conhecerem essa iniciativa transformadora”, frisa.

Após ser orientado na saída do sistema carcerário sobre os serviços do Escritório Social, o egresso é recebido no escritório por uma dupla de psicólogos e de assistentes sociais. Neste primeiro contato, um Plano Individual de Atendimento ao Egresso (PIAE) é elaborado.

“São colocados à disposição tanto tratamentos psicossociais quanto emissões de documentos. Além disso, diversos cursos são ofertados, pois mantemos contato com as nossas instituições parceiras e ofertamos cursos avaliando as demandas do mercado”, frisa a subsecretária de Ressocialização da Secretaria de Justiça do Estado do Espírito Santo, Roberta Ferraz. O objetivo agora é ampliar o Escritório Social para as cidades do interior do Estado. “A ideia é fomentar as políticas de ressocialização tanto para dentro quanto para fora do sistema penitenciário, beneficiando ainda mais os egressos”, complementa Roberta.

Sem estigmas e preconceitos

Na avaliação da coordenadora das Varas Criminais e de Execuções Penais, juíza de direito Gisele Souza de Oliveira, o Escritório Social é uma referência para quem cumpre pena no sistema prisional. “O egresso passa a ter contato com instituições, órgãos e projetos que o ajudarão no processo de inserção. No programa ele será tratado livre de estigmas e preconceitos, pois o atendimento é realizado justamente para quebrar essa concepção ainda presente na sociedade”, comenta.

A magistrada lembra o caso de um egresso que se capacitou em barbearia e transformou sua trajetória a partir daí. “Ele montou o próprio comércio e já emprega outras pessoas, passou a ser empreendedor”, conta. A juíza elogia a proposta do programa Justiça Presente de fortalecer e fomentar outros Escritórios Sociais pelo país. “Existe o comprometimento do Judiciário com a interrupção com o crime, proporcionando a inserção na sociedade de uma maneira sadia”, destaca. **(DS)**

28.5.2019

Adesão ao programa supera 80% dos TJs

22 estados já receberam missões para refinamento dos planos executivos e detalhamento de ferramentas e mecanismos de implantação

O programa Justiça Presente se aproxima das últimas rodadas de apresentação nas unidades da federação. Recentemente, equipes fizeram missões de articulação e pactuação no Paraná, ao Rio Grande do Norte, a Minas Gerais e ao Maranhão. Até agora, 22 estados já receberam missões do Justiça Presente para o refinamento dos planos executivos discutidos em Brasília em fevereiro e para o detalhamento de ferramentas e mecanismos de implantação.

Maranhão

A apresentação do Justiça Presente em cerimônia no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) reuniu a cúpula do Judiciário e do Executivo do estado, assim como representantes do sistema de Justiça com atuação na área penal. “A iniciativa caminha na direção de consolidar um Estado democrático de Direito, fazendo valer os fundamentos da cidadania. Estamos certos de que o programa tem muito a contribuir pela excelência que o Judiciário tem demonstrado em todos os serviços voltados à sociedade”, disse o presidente do TJMA, Joaquim Figueiredo, após receber o plano executivo do estado.

Coordenador-geral da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do



Missão de pactuação do programa com TJPR

Sistema Carcerário (UMF) do TJMA, responsável por executar políticas judiciárias para a área penal, o desembargador Froz Sobrinho destacou a importância do envolvimento dos dois poderes. Presente na missão, o secretário-geral do CNJ, Carlos Adamek, destacou como um dos pontos fortes do programa a implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU), uma vez que permitirá um salto de qualidade na gestão da execução penal em todo o país.

Minas Gerais

Em Minas Gerais, o Justiça Presente foi saudado pelo chefe do Judiciário local durante reunião de apresentação do programa. “Essa iniciativa é extremamente significativa no sentido de oferecer à sociedade mineira — e à brasileira — algum alento para a solução da questão carcerária, que aflige a todos”, disse o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Nelson Missias.

Representando o CNJ durante a missão, o juiz auxiliar da presidência Márcio da Silva Alexandre destacou que só é possível superar as dificuldades estruturantes do sistema penal se os diversos atores envolvidos com a execução penal se envolverem na construção de soluções sustentáveis em escala nacional.

Rio Grande do Norte

No Rio Grande do Norte, o presidente da corte local, João Rebouças, destacou a disposição de todas as instituições representadas no evento de cúpula para buscarem a melhoria do sistema prisional do estado. Para o vice-governador Antenor Roberto, o programa gera grande expectativa devido ao tamanho do desafio na área penal, e chega em momento oportuno devido à interface entre o sistema prisional e o Plano Estadual de Segurança Pública que está em discussão atualmente.

Entre as diversas agendas da missão no estado, a equipe se reuniu com a coordenação do programa Novos Rumos na Execução Penal, criado há dez anos pelo TJRN e representantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O programa tem o objetivo de fomentar boas práticas relacionadas à execução penal no Estado, em harmonia com as diretrizes do CNJ.

Paraná

Durante lançamento do programa no Paraná, o supervisor do DMF/CNJ, conselheiro Márcio Schiefler, afirmou que ao focar na questão prisional, o Justiça Presente busca resolver um dos principais fatores que agravam a questão da segurança pública no Brasil. “Fatalmente o Judiciário continuará buscando alternativas, possibilidades, e no meu modo de ver essa iniciativa busca reforçar aquilo que já vinha funcionando, mas sobretudo entregar novas abordagens que possam enfim oferecer algo concreto, significativo”, disse.

A união de atores para melhorar a situação do sistema penal já foi elogiada pelo supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Paraná (GMF-PR), o desembargador Ruy Muggiati. “A situação carcerária é um problema de todos. Um problema que deve ser resolvido com junção de forças para que as prisões não sejam engrenagens do ciclo de violência. Por isso, temos um engajamento do Judiciário para participar dessa solução”.

Entre as diversas agendas no estado, a equipe do Justiça Presente visitou o Patronato Central, órgão de assistência a egressos vinculado ao Depen, acompanhou audiências de custódia e ouviu juízes da capital. A agenda inclui ainda reuniões com o GMF-PR e representantes do Departamento Penitenciário. **(IM)** Com informações do TJMA, TJMG, TJPR e TJRN

13.6.2019

Dias Toffoli: audiência de custódia é indispensável para a Justiça brasileira

Luiz Silveira/Agência CNJ



Abertura do evento Altos Estudos em Audiência de Custódia, no STF: Da esq. para dir. Sylvia Dias, da APT; Moema Freire, do PNUD Brasil; ministro Ricardo Lewandowski, do STF; ministro Dias Toffoli, presidente do CNJ; ministro Nefi Cordeiro, do STJ; Carlos Vieira von Adamek, secretário-geral do CNJ; e Nívio Nascimento, do UNODC

Evento Altos Estudos em Audiência de Custódia reuniu magistrados, acadêmicos e profissionais que atuam no campo penal

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, afirmou que as audiências de custódia se tornaram indispensáveis para a justiça brasileira. O ministro deu a declaração durante o evento Altos Estudos em Audiência de Custódia, que ocorre no Supremo Tribunal Federal (STF) com a participação de magistrados, acadêmicos e profissionais que atuam no campo penal. O evento é uma realização do programa Justiça Presente.

“O que antes era uma inovação, um desafio, tornou-se um instituto absolutamente indispensável para a justiça brasileira. Hoje é impossível pensar o Poder Judiciário sem a audiência de custódia”, disse o ministro. “Nessa perspectiva é importante, para não deixar dúvidas, o compromi-

so não apenas com a continuidade, mas com a consolidação e qualificação das audiências de custódia no sistema de justiça brasileiro”, completou.

Dias Toffoli destacou a inovação promovida pelo STF em 2015 ao reconhecer o sistema prisional brasileiro como estado de coisas inconstitucional (ADPF 347), dando sentido jurídico às violações que já eram de conhecimento público. “Esse reconhecimento traz consequências práticas importantíssimas. Uma delas é a obrigação inerente a todas as autoridades envolvidas com o sistema prisional e com a justiça criminal, de adotar todas medidas necessárias para fazer cessar essa inconstitucionalidade, por mais difíceis e complexas sejam essas medidas”, pontuou.

O ministro apresentou as inovações fomentadas pelo programa Justiça

Presente ao instituto lançado em 2015. Entre essas inovações, estão o apoio a tribunais com envio de 27 consultores a todas as unidades da federação para fortalecimento de redes de atendimento àqueles que passaram pelas audiências de custódia, a identificação de boas práticas em combate à tortura, a diversificação do ferramental técnico-jurídico de apoio aos juízes e a identificação de boas práticas e experiências internacionais.

“São referências que poderão ser adotadas pelos magistrados brasileiros, considerando sempre a realidade local, contribuindo para uma prestação jurisdicional melhor balizada e, ainda, para o uso excepcional da prisão preventiva, de modo a reduzir a tão elevada taxa de encarceramento provisório no país”, disse Toffoli.



Papel dos magistrados

Presente no evento, o ministro Ricardo Lewandowski, que lançou as audiências de custódia durante sua gestão à frente do CNJ, classificou o instituto como “política pública essencial para o saneamento do sistema prisional”. O ministro destacou dados que comprovam a insustentabilidade da cultura do encarceramento, tanto do ponto de vista jurídico como do ponto de vista econômico – dados do Departamento Penitenciário Nacional indicam que seriam necessários R\$ 11 bilhões apenas para suprir déficit de 250 mil vagas, além de mais R\$ 7 bilhões anuais para a manutenção do sistema.

“Magistrados não são, como muitos pensam, órgãos do aparelho repressor do Estado, mas juízes de garantia, aqueles que garantem direitos e liberdades fundamentais do cidadão. Temos que transitar de cultura do encarceramento para cultura de liberdade”, disse. Ainda segundo o ministro, o Estado democrático de direito só se cumpre quando os juízes estão fortemente comprometidos com garantia dos direitos fundamentais, “sejam estes destinados àqueles que estão livres ou àqueles que se defrontem com o estado por meio do juiz”, disse Lewandowski.

Também fizeram parte da mesa de abertura o ministro do Superior Tribunal de Justiça Nefi Cordeiro; o secretário geral do CNJ Carlos Vieira von Adamek; a coordenadora da Unidade de Paz e Governança do PNUD, Moema Freire; o coordenador do UNODC no Brasil, Nívio Nascimento; e a representante no Brasil da Associação para Prevenção à Tortura, Sílvia Dias.

Altos Estudos

O evento Altos Estudos em Audiência de Custódia tem por objetivo promover o compartilhamento de experiências e discutir estratégias para a qualificação do instituto no contexto do programa Justiça Presente. Os Altos Estudos discutem as



O que antes era uma inovação, um desafio, tornou-se um instituto absolutamente indispensável para a justiça brasileira. Hoje é impossível pensar o Poder Judiciário sem a audiência de custódia”

Dias Toffoli

possibilidades e desafios do uso da prisão cautelar frente ao quadro de superlotação e superpopulação carcerária, assim como os desafios para a qualificação das audiências de custódia. Na parte final do evento, magistrados que atuam diretamente com audiências de custódia em todo o país participarão de debate para o compartilhamento de experiências e reflexões. **(DZ)**



Veja mais em:
cnj.jus.br/noticias

14.6.2019

Prisões em excesso se voltam contra o interesse social, aponta painel

17.6.2019

Painel debate os desafios para qualificar audiências de custódia no Brasil

25.6.2019

Resolução garante direitos às pessoas indígenas no sistema prisional

O CNJ aprovou Resolução que estabelece procedimentos do Poder Judiciário para o tratamento de pessoas indígenas acusadas, réus, condenadas ou privadas de liberdade. O texto busca assegurar os direitos dessa população e garante, entre outros pontos, que se disponibilize serviço de intérprete a quem não fale a língua portuguesa e a possibilidade de realização de perícia antropológica para auxílio na elucidação dos fatos. A responsabilização de pessoas indígenas também deverá considerar mecanismos próprios das comunidades.

25.6.2019

Resolução atualiza política do Judiciário para alternativas penais

O CNJ aprovou nesta terça-feira (24/6) resolução que atualiza a política institucional do Poder Judiciário para a promoção da aplicação de alternativas penais. A atuação deve se pautar em enfoque restaurativo, em substituição à privação de liberdade. A resolução prevê a construção de parcerias do Poder Judiciário com o Poder Executivo para a estruturação de serviços de acompanhamento das alternativas penais, assim como para garantir o acesso dos cumpridores das medidas a serviços e políticas públicas de proteção social e atenção médica e psicossocial.

27.6.2018

CNJ e TSE fecham acordo inédito para facilitar identificação de pessoas presas



Nelson Jr./TSE

Ministros Dias Toffoli e Rosa Weber assinam acordo de cooperação entre CNJ e TSE para ações de identificação biométrica

A partir de janeiro de 2020, milhares de pessoas em privação de liberdade que hoje são invisíveis aos olhos do Estado serão identificadas e documentadas, permitindo que acessem políticas de cidadania e retomem suas vidas longe do crime. Esse é o principal objetivo do acordo de cooperação firmado entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que trabalharão juntos para que todos os presos do país tenham registro biométrico e identificação com dados confiáveis e seguros no médio e longo prazo. O acordo de cooperação foi firmado pelo presidente do CNJ, ministro Dias Toffoli, e pela presidente do TSE, ministra Rosa Weber em cerimônia na sede do TSE.

Para Dias Toffoli, a individualização dos apenados e a emissão de seus documentos é o caminho para o resgate da cidadania. “As ações de cadastramento biométrico vão nos permitir informações seguras e confiáveis, de natureza quantitativa e qualitativa, sobre quem estamos privando de liberdade”, disse. “Precisamos trabalhar a seu favor em uma proposta de reintegração mais efetiva, alinhada com a perspec-

tiva de lhes destinar investimentos sociais condizentes com a abertura de novos horizontes e oportunidades pessoais, bem como a formulação de políticas públicas de acesso à educação, saúde e trabalho, inclusão em programas sociais e em atividades profissionalizantes e laborais”, concluiu.

Já a presidente do TSE, ministra Rosa Weber, pontuou que o acordo contribuirá para a melhoria de serviços públicos, com economia de recursos e foco integral no cidadão brasileiro, com a estrita observância aos padrões técnicos da Corte. “O acordo permitirá ao TSE identificar o cidadão em suas relações com a sociedade e com entidades governamentais, provendo a melhoria da gestão da segurança pública e a modernização do Estado brasileiro”, afirmou. “O acordo demonstra especial preocupação e cuidado que TSE e CNJ têm com o cumprimento da Constituição e das leis de nosso país, a racionalidade com orçamento público, as atribuições de nossas instituições e os valores humanos. É um dia de especial relevância para a Justiça Eleitoral”, completou

Entidades trabalharão para que pessoas privadas de liberdade do país tenham registro biométrico e identificação com dados confiáveis e seguros no médio e longo prazos

O acordo faz parte do programa Justiça Presente. A vinculação da identificação biométrica a emissão de documentos com foco na promoção da cidadania é a principal determinação de um dos termos de execução descentralizada assinados no final do ano passado entre o CNJ e o Ministério da Justiça e Segurança Pública que deram origem ao programa Justiça Presente.

Também participaram da sessão de assinatura do acordo de cooperação o vice-presidente do TSE e ministro do STF, Luís Roberto Barroso, o conselheiro do CNJ André Godinho, e os ministros do TSE Tarcísio Vieira de Carvalho Neto e Sérgio Banhos, assim como o secretário-geral do CNJ, Carlos Vieira von Adamek, e o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do CNJ (DMF), Luís Lanfredi. Integrantes do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, inclusive seu presidente, desembargador Gilberto Ferreira, também participaram da cerimônia.

Operação

A proposta do CNJ é identificar e documentar 100% dos presos em médio e longo prazo – hoje são 790 mil, segundo o presidente do CNJ, mas o número está em constante mutação. Por meio do programa Justiça Presente, serão comprados e distribuídos 3 mil kits de coleta biométrica que serão instalados em todos os locais onde há audiências de custódia e em varas exclusivas de execução penal para a cobertura da porta de entrada do sistema. Quanto à coleta biométrica das pessoas que já estão presas, sob guarda do Executivo, o programa trabalhará em parceria com os estados em ações de mutirão e uso dos bancos de dados já existentes.

O procedimento permitirá a individualização dos apenados e facilitará a sua execu-

ção penal, principalmente a emissão de documentação civil. A partir da identificação biométrica, os apenados receberão números de registro para a Base de Dados da Identificação Civil Nacional (BDCIN) e, quando possível, emissões de DNI (Documento Nacional de Identificação), com número único para cada pessoa. O procedimento fortalecerá a segurança dos dados, que serão integrados aos bancos de dados do TSE. Serão cadastrados foto, impressão digital e assinatura.

Com CPF, o apenado pode se matricular nas escolas dentro das unidades. Com a Carteira de Identidade, é possível emissão do Cartão SUS. E com a Carteira de Trabalho estas pessoas podem conseguir trabalhos externos, no regime semiaberto, e, assim, uma maior reinserção social.

O acordo não envolve repasse de verbas e apenas delimita divisões de responsabilidades. Enquanto o CNJ fica responsável por pela coleta, pela estrutura de pessoal e de equipamentos, assim como a coordenação com outros órgãos públicos envolvidos, o TSE se encarregará do fornecimento de software para coleta e transmissão das informações e treinamento e suporte técnico às unidades de atendimento.

Segundo o presidente do CNJ, um dos maiores dramas vividos pelo Judiciário hoje é o desconhecimento sobre as pessoas privadas de liberdade que estão sob custódia do Estado. “Não sabemos quem essas pessoas são, de onde vêm, perfil e respectivas aptidões -, o que traz o imenso desafio de levantarmos o véu da invisibilidade de quem está sob a custódia e a proteção do Estado”, disse. De acordo com o ministro, facilitar a individualização dessas pessoas permitirá reintegração mais efetiva e o acesso a políticas públicas, como as de educação, saúde e trabalho. “Estamos concretizando o direito dessas pessoas à reintegração social. E o assumimos como um dever de Estado”, concluiu. **(IT)**



Veja mais em:
cnj.jus.br/noticias

28.6.2019

Integração de informações vai facilitar diagnóstico do sistema carcerário

28.6.2019

SEEU está promovendo revolução na execução penal, apontam juízes

G.Dettmar/Ag.CNU



Mesa de abertura do I Encontro Nacional do SEEU reúne representantes do CNJ, PNUD e MJSP

28.6.2019

Dias Toffoli: SEEU é avanço extraordinário em gestão judiciária

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, ressaltou, durante o Encontro Nacional do SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado), que a ferramenta é essencial para uma gestão judiciária cada vez melhor. O ministro falou nesta manhã a usuários do SEEU de todo o país que se reuniram em Brasília para discutir avanços e desafios, além de pensar nos próximos passos para que o sistema otimize e simplifique cada vez mais a gestão da execução penal.

Toffoli ressaltou que o SEEU, já presente em 20 tribunais, unifica procedimentos e rotinas judiciais, e que o sistema irá aperfeiçoar os mutirões carcerários que hoje são realizados de forma heterogênea. “A implantação nacional do SEEU em todos os tribunais brasileiros representa um avanço extraordinário para o alcance de uma gestão judiciária mais eficiente, transparente e responsável, com respostas compatíveis com a grave crise que se abate sobre nosso sistema prisional e a segurança pública”, comentou.

O SEEU é uma plataforma tecnológica oferecida pelo CNJ para centralizar e unificar a gestão da execução penal. A expansão e constante melhoria do SEEU, incluindo sua integração com outros sistemas como o Banco Nacional de Mandados de Prisão e o Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional

(SISDEPEN), é um dos objetivos do programa Justiça Presente, parceria entre o CNJ, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública para enfrentar a crise penal no país.

O sistema já registra mais de 900 mil processos cadastrados. “Em todo o País, equipes de juízes, servidores, estagiários e colaboradores estão mobilizadas, neste momento, transportando, higienizando e digitalizando processos em meio físico, cadastrando processos no sistema, lançando metadados e peças processuais no SEEU”, contou o secretário-geral do CNJ, Carlos Vieira Von Adamek. “Uma vez que o SEEU esteja universalizado em todos os tribunais, teremos, pela primeira vez, dados confiáveis, qualificados, de toda a população privada de liberdade no Brasil”, completou.

Na opinião do Corregedor Nacional da Justiça, ministro Humberto Martins, o Sistema possibilita a correta execução penal e a racionalidade no emprego da pena privativa de liberdade. “A automatização dos cálculos judiciais fará com que o tempo de cumprimento da pena não se estenda além do sentenciado. Os dados relativos à execução penal poderão ser mais bem compreendidos e os advogados e os interessados terão acesso às informações prisionais”, disse.

Representando o PNUD, Maristela Baioni reforçou que a situação do sistema prisional brasileiro chama a atenção da comunidade internacional pois a oferta digna de condições para cumprimento de pena é condição essencial para efetividade do sistema prisional. “Sistemas prisionais que oferecem dignidade aos presos têm mais sucesso na ressocialização e, com isso, na redução da violência”, destacou. “E não se pode haver desenvolvimento sustentável sem paz, e não se tem paz sem desenvolvimento sustentável”. **(PA)**

1.7.2019

Justiça Presente já trabalha com 26 tribunais para melhorar sistema penal

O programa Justiça Presente encerrou nesta semana o ciclo de apresentação e pactuação de atividades estruturantes pela melhoria do sistema prisional brasileiro em 26 unidades da Federação. Com a adesão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), o programa poderá focar na implementação, com o protagonismo das cortes locais, dos planos executivos customizados à realidade de cada estado e do Distrito Federal.

Na missão em Florianópolis, a equipe do programa apresentou dados locais e os principais desafios do sistema penal, indicando as ações do programa. “No país, temos praticamente o dobro de população carcerária do que temos de vagas. E não temos recursos para suprir as necessidades que as vagas disponíveis exigem e as vagas que precisaríamos para encarcerar os que aí já se encontram em dignidade mínima para possibilitar a reeducação”, afirmou o secretário-geral do CNJ, desembargador Carlos von Adamek.

Com uma agenda que incluiu visita à central de monitoramento eletrônico e ao complexo penitenciário de São Pedro de Alcântara, a comitiva foi recebida pelo Judiciário local na figura do presidente do TJSC, desembargador Rodrigo Collaço. Representantes do Executivo, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil também marcaram presença. Para o coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário local, juiz Leopoldo Bruggemann, o programa deixará o sistema mais digno. “Estamos trabalhando no investimento na tecnologia do sistema e na produção da documentação civil dos apenados”, disse.

O coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização (DMF) do CNJ, Luís Lanfredi, lembrou que a prisão sem qualidade agrava a situação da segurança pública. “O sistema só reproduz violência e fortalece as organizações criminosas. A repercussão é o descrédito da sociedade e o aumento da insegurança. Por isso, as portas de entrada e de

CNJ e PNUD encerraram ciclo de apresentação e pactuação de atividades estruturantes pela melhoria dos sistemas prisional e socioeducativo



Programa Justiça Presente é apresentado para autoridades no TJDF, em maio de 2019

saída, além da execução da pena, devem receber intervenções do Judiciário e do Executivo”.

Distrito Federal

O Distrito Federal recebeu a missão do programa ainda em maio. Durante a solenidade com a cúpula do poder público local, o presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), Romão Oliveira, frisou os desafios para lidar com um sistema prisional em expansão e destacou a importância da educação para conter a violência. O vice-governador do DF, Paco Britto, declarou apoio ao programa. “Acredito na ressocialização dos presos, principalmente por meio de políticas de incentivo ao trabalho. O Governo do Distrito Federal está à disposição para desenvolvermos juntos um sistema menos punitivo e mais socioeducativo.”

Segundo o supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do DF, desembargador Roberval Belinati, o TJDFT já possui ações alinhadas com o programa Justiça Presente. “Todas essas iniciativas são acompanhadas de perto pelos juízes das varas de execuções penais e pelo GMF, que mantém constante diálogo com os órgãos responsáveis pela gestão direta do sistema penitenciário, a fim de buscar a ampliação desses projetos para que alcancem um número cada vez maior de pessoas”, frisou. A juíza titular da Vara de Execuções Penais do DF, Leila Cury, realçou a importância da participação de todos os órgãos presentes na continuidade dos trabalhos iniciados com a reunião

Para o secretário geral do CNJ, Carlos von Adamek, o programa facilitará ações

coordenadas em escala nacional ao mesmo tempo em que servirá de apoio aos magistrados na ponta. “Precisamos dar efetividade à decisão do Supremo Tribunal Federal que reconheceu o estado de coisas inconstitucional em nossos presídios”, disse. Também participaram do evento de adesão membros do Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF). A agenda da missão no DF ainda incluiu reuniões com técnicos do programa e visita ao núcleo de audiências de custódia do tribunal.

Bahia

A Bahia também abraçou a iniciativa do CNJ em maio. Durante a missão ao estado, o presidente da corte local, Gesivaldo Britto, destacou a importância de ações conjuntas para superar a crise prisional. “Ninguém sozinho faz coisa alguma. Precisamos nos unir para dar à sociedade baiana o melhor nível de segurança possível”, afirmou.

Para o secretário de Segurança Pública do estado, Maurício Barbosa, a aposta do programa em ressocialização e medidas alternativas é um avanço. “É um olhar diferenciado. O país passa por um panorama completamente contrário a tudo isso, que prega o encarceramento sem base e sem pensar no pós-prisão. Esse sistema não funciona a longo prazo. Espero que a Bahia se torne referência”, afirmou.

O supervisor do GMF baiano, desembargador Livaldo Reaiche, destacou a importância do Justiça Presente e garantiu que, no estado, haverá união de esforços entre os Poderes para sua implementação. O secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização, Nestor Duarte, afirmou que haverá recursos para a implantação do Justiça Presente, melhorando a gestão prisional e a assistência jurídica aos apenados.

Roraima

Na missão do Justiça Presente a Roraima, em maio, o presidente do Tribunal de Justiça local, Mozarildo Cavalcanti, disse que o programa traz um novo modo

de pensar o sistema prisional. “Nós, que vivemos um problema sério nos últimos anos quanto à questão penitenciária, precisamos procurar novas formas de enfrentar esse problema. Esse programa trazido pelo CNJ é muito importante para caminharmos nesse sentido”, disse.

Para o corregedor-geral de Justiça e supervisor do GMF, Almiro Padilha, a missão do programa ao estado tornou-se um marco por viabilizar o fortalecimento de parcerias de uma maneira mais planejada. “É importante que todos colaborem com informações, sugestões e ações diversificadas para tentarmos melhorar a realidade do sistema prisional em Roraima. Acredito que a visita do CNJ promoverá esse pontapé nas atividades necessárias para esse trabalho, que deve envolver o máximo possível de parceiros”, destacou. A opinião foi compartilhada pelo secretário geral do CNJ, Carlos von Adamek. “O desafio para superar a crise em escala nacional que se instalou em nosso sistema prisional impõe esforços coordenados e conjuntos em diferentes níveis, e é esse apoio que viemos oferecer ao estado”.

O secretário de Justiça e Cidadania, André Fernandes, também aprovou o programa fomentado pelo CNJ. “O que existia em Roraima era um verdadeiro caos, até a chegada da força tarefa do Ministério da Justiça, que atuou na intervenção do sistema prisional por quase dois anos. Agora, com as unidades sendo reestruturadas, temos condições de dar um cumprimento de pena melhor aos reeducandos. Esta parceria com o CNJ, tendo o Judiciário como coordenador, é fundamental para as melhorias necessárias”, afirmou.

Durante a missão, técnicos do programa foram à central de monitoração de detentos e ao fórum criminal, onde reuniram-se com os responsáveis pelas audiências de custódia e entes que atuam na área prisional, como Conselho da Comunidade, Defensoria Pública, Pastoral Carcerária e Ministério Público. Também foram discutidos convênios, recursos de fundos e iniciativas de trabalho para presos. **(IT)**

2.7.2019

Consultores em audiência de custódia iniciam trabalho nos estados

Os 27 consultores em audiência de custódia atuarão nos Tribunais de Justiça e darão apoio técnico aos profissionais que atuam na temática penal com base em diretrizes e boas práticas internacionais. Os consultores ainda trabalharão para facilitar o acesso dos custodiados à rede local de políticas públicas de proteção social (saúde, educação, trabalho e emprego, etc.), assim como auxiliar no desenvolvimento de ações relativas às políticas de alternativas penais e monitoração eletrônica.



TRF-2

4.7.2019

Justiça Federal adere ao SEEU e fortalece execução penal no país

Uma das principais apostas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para enfrentar o estado de coisas inconstitucional do sistema prisional brasileiro (ADPF 347), o Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU) já é realidade também na Justiça Federal. O sistema já está em funcionamento nas Cortes Federais da 5ª Região e 3ª Região, e, na última semana, os tribunais federais da 1ª e da 2ª Região também formalizaram adesão ao sistema.

17.7.2019

CNJ e GDF assinam acordo para aplicativo inédito voltado a egressos

Trata-se da versão digital do Escritório Social, modelo de ressocialização fomentado pelo CNJ desde 2016



O presidente do CNJ e do STF, ministro Dias Toffoli, e o governador do DF, Ibaneis Rocha, na assinatura de acordo

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Governo do Distrito Federal assinaram acordo de cooperação técnica para o desenvolvimento de tecnologia inédita de apoio aos egressos do sistema prisional. Trata-se da versão digital do Escritório Social, modelo de ressocialização fomentado pelo CNJ desde 2016 para atender àqueles que já cumpriram suas penas e irão retomar o convívio com a sociedade.

“Temos que superar o pensamento de que aquele que cometeu um delito tenha que ser um pária para a sociedade, porque esse pensamento é incompatível com a Constituição”, afirmou o ministro Dias Toffoli durante solenidade no Supremo Tribunal Federal (STF). “Em nome não apenas dos egressos e de seus familiares, mas em prol de toda a sociedade, é que medidas precisam ser garantidas a fim de que essas pessoas possam reconstruir suas trajetórias de vida e contribuir, de forma ativa, para edificar uma

nova nação, com menos criminalidade e mais cidadania”, completou.

Para o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, é preciso superar a ideia de que as prisões são depósitos de pessoas. “Aqueles que cumprem pena vão voltar às ruas melhores ou piores do que entraram, dependendo do governo e da sociedade. Eu acredito que temos que ter o compromisso com essas pessoas e na ressocialização como única forma de re-inserção”, disse.

Aplicativo

A ideia é que, após ser testado em formato piloto no Distrito Federal, o Escritório Social Virtual seja replicado em todo o país e chegue a um público alvo de quase 200 mil pessoas por ano. A Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) ficará responsável pelo fomento de soluções tecnológicas para o desenvolvimento do aplicativo, com apoio técnico

do CNJ. As secretarias do DF auxiliarão no mapeamento dos egressos e na implementação do programa.

“Este encontro virtual possibilitará, de maneira inovadora, que essas pessoas possam ser vistas nas singularidades que as diferenciam do restante da população brasileira e tenham, de fato, dentro de uma perspectiva emancipadora, a oportunidade de seguir sua própria rota, passando a integrar um círculo virtuoso de recuperação e ressocialização”, disse Toffoli. “Acreditar nas pessoas é, antes de tudo, sair do estado de conformismo e ir atrás da dignidade da pessoa humana, com a transformação social e a conquista da paz social, que é o destino e a função da Justiça”.

Para o presidente da FAP-DF, Alexandre Santos, o aplicativo será uma oportunidade para demonstrar como ciência e tecnologia podem estar a serviço da inclusão social. “A tecnologia será um agente transformador de garantias de direitos a uma parcela importante da sociedade”, disse. De acordo com ele, o projeto já está pronto e, agora, os órgãos envolvidos vão desenvolver uma metodologia que pode passar por startups e pesquisas associadas a universidades para o desenvolvimento do aplicativo.

Também participaram da solenidade de assinatura o secretário de Justiça e Cidadania do DF, Gustavo Rocha; o secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do DF, Gilvan Máximo; e o secretário de Segurança Pública do DF, Fernando Torres.

Funcionalidades

O aplicativo oferecerá serviços de suporte às pessoas egressas e seus familiares, com funcionalidades que permitirão o acesso individual a informações, serviços, orientações e oportunidades de emprego, renda e qualificação. O Escritório Social é uma política fomentada pelo CNJ desde 2016 para que Executivo e Judiciário trabalhem de forma conjunta para oferecer atendimento qualificado a egressos. **(IT)**

Judiciário e Executivo dialogam sobre alternativas penais em webinar

Evento mobilizou cerca de 300 integrantes do sistema de Justiça e gestores públicos em diferentes partes do Brasil para discutir a política

O programa Justiça Presente realizou a primeira edição de uma série de webinários sobre o sistema penal. Por meio da tecnologia que permite a realização de seminários online, o evento mobilizou cerca de 300 integrantes do sistema de Justiça e gestores públicos em diferentes partes do Brasil para discutir a atual política de alternativas penais e fomentar boas práticas a partir dos casos da Bahia e Ceará, estados considerados referência nessa área.

A mobilização em escala nacional envolvendo diferentes agentes públicos e instituições foi fomentada pelos 27 coordenadores estaduais do programa Justiça Presente alocados em cada unidade da federação. “A ideia do webinar surgiu como forma rápida e barata de disseminarmos conhecimento fundamental para o desenvolvimento das atividades do programa na ponta. Muitas vezes, a dificuldade de desenvolver uma política pública não vem da falta de vontade de fazer, mas da dificuldade em dar o primeiro passo, e aqui mostramos experiências onde isso deu certo”, avalia o coordenador da atividade, Rafael Barreto, representante do Eixo 1 do programa (Ações para redução da superlotação e superpopulação carcerária).

A coordenadora-geral da Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas da Bahia, Andréa Mércia Batista de Araújo, destacou a importân-

cia da atuação de equipes multidisciplinares completas, a necessidade dos estudos de casos e, sobretudo, a importância de uma discussão política sobre as questões raciais que perpassam o encarceramento no Brasil. Já o coordenador de Central de Alternativas Penais do Ceará, Elton Alves Gurgel, falou sobre o trabalho no dia a dia no setor e do acompanhamento jurídico das pessoas que passam pela Central, além dos encaminhamentos assistenciais necessários.

Mobilização imediata

De acordo com os coordenadores estaduais, o webinar permitiu o diálogo entre o Poder Judiciário e o Executivo para debater estratégias de implementação de Centrais de Alternativas Penais e também para seu fortalecimento. Em Mato Grosso, a coordenadora Natália Vilar relata que o webinar resultou na criação de um grupo de trabalho para pensar em modelos adequados para o estado. “Pudemos ter mais noção de como são feitas experiências exitosas e, com diálogo sobre realidade local, avaliar como poderá ser no estado”, avalia.

Na Paraíba, onde o evento reuniu atores diversos do Tribunal de Justiça do Estado, Secretarias de Administração Penitenciária e de Desenvolvimento Humano, Comitê Estadual de Combate à Tortura, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Escola de Gestão Administrativa e diretorias de presídios, o juiz titular da Vara de Penas Alternativas da Capital (Vepa), Geraldo Pontes, destacou a urgência do trabalho da equipe interdisciplinar e da correta fiscalização das medidas aplicadas para o sucesso das alternativas penais.

No Acre, o juiz de Direito Robson Aleixo, titular da Vara de Delitos de Organizações Criminosas, e a juíza de Direito Rosinete Reis, titular da 5ª Vara Criminal, falaram sobre a central integrada de alternativas penais, que além das alternativas penais, também possui estrutura adequada pra



Servidores do TJAC participam de webinar

audiências de custódia. “A atividade serviu para nos dar conhecimento de como está sendo desenvolvido esse sistema de forma integrada em outros estados. Na Bahia, foram desenvolvidas políticas públicas e esse é um caminho a ser construído no Acre. Outro avanço é inclusão de todos os atores do sistema de justiça criminal, sobretudo, a sociedade civil organizada”, salientou a magistrada.

Alternativas penais

As alternativas penais se baseiam na legislação penal brasileira e foram fortalecidas tanto pela Lei n. 9.099/1995 (Juizados Especiais), como pela Lei n. 12.403/2011 (Lei de Medidas Cautelares). Atualmente, as alternativas penais se estruturam como um campo consolidado das políticas penais, tendo entre seus marcos fundamentais as Regras de Tóquio das Nações Unidas, o Modelo de Gestão da Política Nacional de Alternativas Penais, a Resolução n. 213/2015 do CNJ e a recente Resolução n. 288/2019 também do CNJ. Em junho, o CNJ aprovou nova resolução (Resolução CNJ 288/2019) que atualiza a política institucional do Poder Judiciário. (IT)

5.8.2019

Força-tarefa do SEEU atua em rede para implantar processos pelo país

Após o término da implantação dos processos do TJRN, equipe ajudou à distância colegas que realizavam a mesma missão no TJRS e no TRF-5



Cerimônia marcou finalização de implantação de processos do TJRN

As forças-tarefa do programa Justiça Presente, formadas por servidores do CNJ e de tribunais de todo o país que desde o início de 2019 percorrem todo o país capacitando magistrados e servidores dos TJs, proporcionaram a integração de três estados. Após o término da implantação dos processos do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte no SEEU, a equipe ajudou à distância os colegas que realizavam a mesma missão no TJ do Rio Grande do Sul e no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, localizado no Recife.

Cada força-tarefa passa um mês nos tribunais para a missão de implantação dos processos no SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado). Todos os processos de execução penal são digitalizados (se estiverem em papel), têm seus dados cadastrados na plataforma e, enfim, são implantados, ou seja, passam a tramitar exclusivamente por meio eletrônico. Neste período, os prazos são suspensos e uma equipe exclusiva, formada por servi-

dores e magistrados dos tribunais e outros designados pelo CNJ, dedica-se exclusivamente à tarefa.

O coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Medidas Socioeducativas do CNJ, Luís Geraldo Lanfredi, salienta que a implantação do SEEU em rede, respeitando as particularidades de cada tribunal, demonstra a intenção do software. “O SEEU estará presente em todas as varas que tratem de execução penal, garantindo uma imensa conectividade e, assim, mais garantias para a aplicação de uma pena justa. O CNJ prepara um plano específico para cada tribunal e, assim, tudo é feito com cuidado e envolvimento dos interessados”, afirmou. “Há incremento da melhoria da gestão, do controle da qualidade da informação aperfeiçoando a jurisdição, na perspectiva de que todos passam a trabalhar na lógica da correção dos dados e dos expedientes de execução penal para garantir a inte-

gridade de uma mesma base eletrônica utilizada por todos.”

Em 22 de julho, em ato simbólico, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte digitalizou os últimos cinco processos físicos de execução penal, marcando assim o encerramento da implantação do SEEU no estado. O TJRN foi um dos primeiros do Nordeste a concluir a digitalização e agora auxilia outros tribunais – foram digitalizados e inseridos 17.026 processos no sistema. A força-tarefa, então, auxiliou na implantação de cerca de 600 processos do TJRS e mais 80 do TRF-5.

“Temos orgulho de sermos o tribunal de um pequeno estado, com recursos limitados, porém com muita disposição para realizar e é por isso que agora temos a condição de contribuir com estados maiores. E sabemos que lá também vamos aprender bastante”, afirma o presidente do TJRN, desembargador João Rebouças. Ele estima que, apenas no curto prazo, a utilização do SEEU permita a liberação de 500 vagas no sistema penitenciário do Rio Grande do Norte a partir da previsibilidade da progressão de regime proporcionada pelo sistema.

O juiz coordenador da força-tarefa do CNJ para a implantação do SEEU, Eduardo Lino, destacou que o Rio Grande do Norte, de forma inédita, conseguiu encerrar a implantação de todos os processos antes do prazo determinado pelo CNJ. Lino elogiou a dedicação e a organização de todos os envolvidos na tarefa.

“A interligação, com o sistema funcionando em diversos estados, permite também o controle de presos que se encontram em cumprimento de pena, possibilitando que os poderes Judiciário, Executivo e Legislativo possam estabelecer políticas públicas voltadas para a melhoria do sistema carcerário”, finaliza Consuelo Neto, juiz do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **(IT)** Com informações do TJRN



Programa Justiça Presente defende que articulação entre os Poderes é fundamental para superar a crise penal de forma estruturada e sustentável

12.8.2019

Judiciário deve dialogar para incluir políticas penais nos PPAs

Parecer orienta TJs a articular inclusão de políticas de alternativas penais e para pessoas egressas do sistema prisional em planos plurianuais

Em iniciativa inédita, o Departamento de Departamento de Monitoração e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema Socioeducativo do Conselho Nacional de Justiça (DMF/CNJ) enviou aos Tribunais de Justiça de todo o país parecer técnico orientando articulação com o Poder Executivo para inclusão de previsão orçamentária visando à implantação da Política Nacional de Alternativas Penais e da Política de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional. O diálogo deve ser feito no contexto de elaboração dos Planos Plurianuais (PPA) 2020-2023 para o fomento de Centrais Integradas de Alternativas Penais e dos Escritórios Sociais. O parecer foi enviado aos Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema Socioeducativo (GMFs), órgãos ligados aos tribunais responsáveis pelo cumprimento das políticas penais judiciárias emitidas pelo CNJ.

O fortalecimento das políticas de alternativas penais e de atenção aos egressos

é campo de ação do programa Justiça Presente. O parecer explica que a incidência do Judiciário junto ao orçamento precisa contemplar não apenas a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Para o CNJ, também é preciso atenção ao PPA para que as ações possam ter continuidade para além de uma gestão. Conforme a Constituição Federal, cabe ao PPA fixar as diretrizes, os objetivos e as metas para a Administração no período de quatro anos, enquanto a LDO dispõe sobre as prioridades e metas a cada exercício anual e a LOA determina a programação orçamentária para execução dessas políticas.

De acordo com o parecer, é necessário garantir o planejamento e a previsão orçamentária dos estados e Distrito Federal quanto às políticas voltadas às alternativas penais e às pessoas egressas do sistema prisional devido à precariedade do quadro atual, uma vez que essas políticas em geral são difusas, fragmentadas

ou inexistentes. “A eficiência e efetividade dessas iniciativas são reduzidas, dentre outros fatores, pela ausência de garantia de fonte de recursos da Administração Pública para despesas de custeio e para investimentos”, afirma o parecer encaminhado aos TJs.

Para o coordenador do DMF/CNJ, Luís Lanfredi, a articulação entre os Poderes é fundamental para superar a crise penal de forma estruturada e sustentável. “Judiciário, Executivo e Legislativo precisam trabalhar juntos. Ao garantir o uso de alternativas ao encarceramento para crimes de baixo e médio potencial ofensivo, assim como oferecer serviços e oportunidades aos egressos, permitimos que o sistema prisional cumpra a função inerente ao Estado de promover o bem estar social”, afirma.

Alternativas penais

O parecer destaca que, com o surgimento das audiências de custódia em 2015 e com a aprovação da Resolução 213/2015, intensificou-se o debate sobre o uso excessivo de prisões preventivas e também sobre a importância do encaminhamento das pessoas que recebem cautelares para as Centrais Integradas de Alternativas Penais (CIAP). O tema voltou a ser foco de atenção do CNJ neste ano com a atualização da política nacional judiciária de alternativas penais com foco restaurativo, reforçando a importância do atendimento por meio de equipes multidisciplinares (Resolução CNJ n. 288/2019).

No entanto, visitas técnicas realizadas pelo Justiça Presente no primeiro semestre confirmaram que a execução da política de alternativas penais encontra obstáculo na insuficiência de recursos destinados para esse fim. Por isso, o documento destaca a importância da interlocução junto ao Executivo para o estabelecimento de rubricas próprias para estruturação do serviço no PPA. O CNJ recomenda que, onde não houver CIAP ligada ao Executivo, o Judiciário deve instituir serviço psicossocial junto às varas de execução penal, fomentando redes para acompanhar o cumprimento das alternativas penais.

Pessoas egressas

Com o objetivo de reduzir as vulnerabilidades da vivência da prisão, apoiar o egresso no retorno à vida em liberdade e prevenir a reentrada no sistema, o Justiça Presente incentiva os estados e municípios a instalarem o Escritório Social, equipamento público que promove em um só local o acesso a políticas públicas de trabalho, educação e saúde, atuando também na mediação entre essas pessoas e iniciativas da sociedade civil. (IT)

12.8.2019

Acordo entre CNJ e Arpen emitirá documentação gratuita a presos

Termo prevê emissão de CPF, carteiras de identidade e de trabalho e certidões de nascimento, casamento e óbito

A falta de documentos básicos, como RG e CPF, é um transtorno na vida de qualquer pessoa, mas quando se trata de pessoas privadas de liberdade e de egressos do sistema prisional e socioeducativo, pode representar uma barreira extra para acesso a itens básicos como moradia, saúde, estudo e trabalho. Suprir essa falha é o principal objetivo de acordo firmado entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen Brasil).

A partir do acordo, as entidades se comprometem a criar fluxos e estruturas para a emissão gratuita de documentação civil para pessoas privadas de liberdade e egressos do sistema prisional e socioeducativo em todo o país. O acordo prevê emissão de CPF, carteiras de identidade e de trabalho e certidões de nascimento, casamento e óbito, entre outros.

Representando o presidente do CNJ, ministro Dias Toffoli, o secretário-geral do CNJ, Carlos Vieira von Adamek, afirmou que a identificação de pessoas submetidas à privação de liberdade é indispensável para a garantia de direitos dentro e fora das prisões. “A falta de documentos civis básicos afeta a possibilidade de exercício de direitos e impede o acesso a políticas públicas, como as de educação, saúde e trabalho. Estamos nos referindo à lamentável constatação de que o sistema carcerário brasileiro, no contexto de crise em que se encontra, abriga cidadãos invisíveis, pessoas anônimas”, disse. “É momento de reverter essa situação, de construirmos políticas públicas aptas a conter o avanço das falhas estruturais do sistema carcerário brasileiro.”



Assinatura de Termo de Cooperação Técnica entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Associação Nacional dos Registradores (ARPEN). Em destaque, o secretário-geral do CNJ, Carlos Vieira von Adamek, e o presidente da Associação Nacional dos Registradores (ARPEN), Arion Toledo Cavalheiro Junior.

Para o presidente da Arpen Brasil, Arion Toledo, o acordo é importante para os custodiados, mas também para a sociedade que irá receber os egressos após o cumprimento de penas. “As pessoas precisam estar documentadas para terem emprego. A identificação documental a partir da biometria permitirá uma melhor reintegração, tirando os cidadãos das margens da sociedade.”, disse.

Presente na solenidade, o corregedor nacional de Justiça, ministro do STJ Humberto Martins, disse que o acordo entre CNJ e Arpen irá qualificar a cidadania. “A ressocialização dos internos do sistema prisional é um dos objetivos essenciais para construção de sociedade mais justa, humana, fra-

terna e solidária. Todos sabemos das graves dificuldades que Brasil enfrenta no campo da segurança pública. A criação de meios para reintegração de presos à vida em sociedade deve ser vista como forma de assegurar direitos fundamentais de toda a população, reduzindo a reincidência e gerando pacificação das relações sociais. Todos merecem dignidade”, afirmou.

Martins citou levantamento feito pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) segundo o qual, de cada dez detentos brasileiros, oito não possuem documentos pessoais no prontuário dos estabelecimentos prisionais. “Essa situação representa um grande entrave para a ressocialização dos presos”, disse. Segundo ele, “o exercício da ci-

dadania pressupõe que o cidadão tenha seus documentos pessoais. Isso é importante para todo cidadão e ainda mais para aqueles que buscam uma chance de se ressocializar e se reintegrar à vida em sociedade”, concluiu.

Prestigiaram a cerimônia de assinatura do termo os conselheiros do CNJ Valtércio de Oliveira, Arnaldo Hossepian e Maria Tereza Uille, assim como o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Sistema Socioeducativo (DMF/CNJ), Luís Geraldo Lanfredi, e o juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça Márcio Luiz Coelho de Freitas. Também participaram o desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) Luiz Fernando Tomasi Keppen e o juiz substituto em segundo grau do TJPR Márcio José Tokars.

Dados imprecisos

Embora a falta de documentos seja uma realidade percebida pelos atores que acompanham o dia a dia da execução penal, não há levantamento nacional atualizado que permita estimar quantos documentos serão emitidos com a parceria entre CNJ e Arpen. No entanto, levantamento divulgado em 2017 pelo Depen dá uma ideia da dimensão do problema: em 1.331 estabelecimentos penais em 16 estados, apenas 490 armazenavam algum documento para os presos. Nessas 490 unidades, somente 31.566 presos, de um total de 363.703 pesquisados, possuíam alguma documentação em seu prontuário. Por meio dessa amostragem, notou-se que mais de 80% dos presos não possuíam documentação.

Em junho, durante a assinatura do acordo sobre coleta biométrica com o TSE, o presidente do CNJ e do STF, ministro Dias Toffoli, falou sobre a importância da identificação biométrica da população privada de liberdade para emissão de documentação civil. “Precisamos tra-

balhar em uma proposta de reintegração mais efetiva, alinhada com a perspectiva de lhes destinar investimentos sociais condizentes com a abertura de novos horizontes e oportunidades pessoais, bem como a formulação de políticas públicas de acesso à educação, saúde e trabalho, inclusão em programas sociais e em atividades profissionalizantes e laborais”, afirmou. “Estamos concretizando o direito dessas pessoas à reintegração social. E o assumimos como um dever de Estado”.

Na justificativa do acordo, as entidades explicam que a exclusão da documentação civil básica alcança, em considerável dimensão, a população carcerária do Brasil que, diante da situação social em que se encontram, tem dificuldade de acesso a serviços e programas sociais como benefícios previdenciários, auxílio-saúde, aposentadoria, inclusão em programas de educação e capacitação profissional, por exemplo. “Para mudar esse paradigma, é necessário padronizar e organizar fluxos de documentação civil, garantindo a fruição e o exercício, com mais efetividade, dos direitos a ela inerentes”, afirmam.

Funcionamento

O termo de cooperação prevê entre as ações a articulação com órgãos e entidades para garantir a emissão gratuita dos documentos, como Ministério da Economia e institutos de identificação estaduais. Também prevê articulação com Tribunais de Justiça, Administrações Penitenciárias e aparelhos públicos de atendimento a pessoas egressas para definição de acompanhamento periódico por cada instituição para garantir o acordo.

O acordo assinado entre CNJ e Arpen Brasil prevê o atendimento de pessoas em situação de prisão apresentadas em audiências de custódia. Também prevê, de acordo com o Provimento CNJ n. 73/2018, a possibilidade de emissão, alteração e averbação do prenome e do gênero das pessoas transexuais e transgêneras privadas de liberdade ou egressas do sistema penitenciário, a fim de adequá-los à identidade autopercebida, independente de prévia autorização judicial. **(IT)**

10.9.2019

Justiça Presente debate nova agenda penal em evento sobre segurança pública

Representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do programa Justiça Presente participaram da 13ª edição do Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) realizado em João Pessoa (PB). As ações do programa e a interlocução entre as áreas de justiça criminal, execução penal e segurança pública foram discutidas com participantes de diferentes unidades da federação, fomentando ações qualificadas para uma nova agenda penal para país.



Veja mais em:
cnj.jus.br/noticias

3.9.2019

CNJ lança mutirão carcerário eletrônico no Espírito Santo



Lançamento do Mutirão Carcerário Eletrônico, iniciativa inédita do CNJ, no Espírito Santo

Serão revisados cerca de 9 mil processos digitalizados a partir do SEEU, sistema oferecido pelo CNJ que unifica o controle da execução penal

O Espírito Santo tem hoje mais de 43 mil processos de execução penal em andamento sob responsabilidade de dez juízes, uma média de 4,3 mil processos por juiz. A sobrecarga de processos, que reflete o crescimento de 45% no número de presos nos últimos cinco anos, também tem efeitos no trabalho de promotores, defensores e do próprio Executivo. Todos os atores relatam dificuldades para manejar um sistema marcado pela superlotação crescente considerando limitações de recursos humanos e financeiros – o valor para a manutenção de cada vaga no sistema prisional é de mais de R\$ 3 mil ao mês, excluídos os gastos com construção de novas unidades.

Com o objetivo de apoiar o poder público local e responder a esse desafio, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) iniciou o mutirão carcerário eletrônico no estado. A ação é fomentada pelo programa Justiça Presente. Serão revisa-

dos cerca de 9 mil processos, mas não há previsão de quantos presos receberão benefícios ou progressões pois os processos ainda serão alvo de análise por defensores, promotores e magistrados nas próximas semanas.

Para o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do CNJ (DMF/CNJ), Luís Lanfredi, o novo modelo de mutirão proposto pelo CNJ só se tornou possível devido ao pioneirismo e engajamento dos juízes do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) na busca de soluções para equacionar as dificuldades do sistema carcerário. “É preciso destacar a singularidade dos juízes capixabas, os primeiros a receberem o Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU) nesta gestão do CNJ e um grupo coeso que está comprometido com a qualidade da execução penal”, aponta.

Lançamento

O trabalho em processos digitalizados a partir do SEEU, sistema oferecido pelo CNJ que unifica o controle da execução penal em todo o país, é um dos principais ganhos do novo mutirão. “Até pouco tempo, muitos estados ainda tramitavam milhares de processos em papel. A implantação do SEEU em escala nacional contribui para que esse problema fique no passado. O Tribunal de Justiça do Espírito Santo fez um trabalho pioneiro de implantação, um esforço hercúleo, pelo qual o CNJ o parabeniza e que permite chegarmos aqui hoje para inaugurar essa ação inédita no Brasil”, registrou o representante do DMF/CNJ no lançamento, Victor Pimenta.

Os avanços do SEEU e a importância da união entre atores também foi apontada pelos representantes do TJES. “O SEEU é um desafio que demanda constante superação porque o sistema demanda compatibilização, mas o CNJ tem se mostrado um imenso parceiro com respostas às nossas demandas”, disse o Supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Espírito Santo (GMF-ES), desembargador Fernando Zardini. “Estamos em uma complexidade que leva ao estado de coisas inconstitucional apontado pelo STF, e essa complexidade demanda a atuação de setores distintos. Hoje mostramos que é possível fomentar isso pelo diálogo”, destacou o corregedor geral de Justiça Samuel Meira Brasil Junior.

Responsabilidade conjunta

A importância do trabalho coletivo também foi abordada pelo representante do Ministério Público do Espírito Santo, promotor Sérgio Alves Pereira. “Cada vez mais o direito penal é convocado a exercer seu papel como controle social, basta ver notícias de jornais. E isso nos preocupa muito, porque quando se assume esse prota-

gonismo é porque existem falhas, seja como sociedade e como sistema público, e quando temos sistema prisional lotado é ainda pior. Por isso criamos essa força tarefa, para dar mais um passo para que o sistema de tratamento penal possa ser adequado, possa corrigir essas falhas”, disse.

A mobilização de quase 70 defensores de 26 unidades da federação para atuar no mutirão por meio do programa Defensoria Sem Fronteiras (DSF) é outro exemplo de atuação conjunta. “Hoje, pela primeira vez o Defensoria Sem Fronteiras vai atuar não apenas com o Departamento Penitenciário Nacional, mas também com o CNJ, com o Ministério Público, com a Secretaria de Justiça e o Tribunal de Justiça. O sistema carcerário mudou – precisamos de soluções novas, não podemos mais usar o que usávamos há 10 anos”, disse o coordenador do DSF no Espírito Santo, defensor público Marcelo Mello.

Falhas estruturais

A inadequação das atuais respostas do poder público para que a prisão cumpra a função de reintegrar e garantir uma sociedade mais segura foi outro ponto abordado durante o lançamento. “A ressocialização através da prisão hoje é praticamente impossível, e permanecer com um condenado além do prazo no sistema carcerário é puni-lo duas vezes, pela falta de estrutura do sistema, e além do que foi condenado”, disse o defensor geral do Espírito Santo, Gilmar Batista.

A representante do Departamento Penitenciário Nacional, Luna Luz, destacou a preocupação do órgão em fomentar políticas de alternativas penais e atenção ao egresso durante e após o mutirão. Já o secretário de Justiça do Espírito Santo, Luiz Carlos Cruz, disse que o governo quer uma política de segurança transversal, com o fomento de ações de educação, trabalho e renda tanto nas unidades prisionais quanto no atendimento aos egressos via Escritório Social. Ele também mencionou a aposta na melhoria da gestão de dados por meio do SEEU e do Infopen para facilitar o acompanhamento da pena, identificando os casos de remição pelo trabalho e pelo estudo, por exemplo. **(DZ)**



Detran-RJ

6.9.2019

Justiça Presente realiza missões para integrar bancos de dados biométricos

Integrantes do programa Justiça Presente iniciaram em julho uma série de missões aos estados para fomentar a construção de um banco nacional de dados biométricos para facilitar a emissão de documentação civil às pessoas privadas de liberdade. As missões envolvem reuniões de alto nível para articular acordos de cooperação envolvendo a integração dos registros regionais com a Base de Dados da Identificação Civil Nacional (BDCIN), mantido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Até o início de setembro já haviam sido realizadas missões a Rio de Janeiro (foto), São Paulo, Santa Catarina e Bahia.

10.9.2019

Justiça Presente: integração com diferentes atores garante avanços no SEEU

A contribuição de diferentes instituições e usuários é uma das apostas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a melhoria e expansão do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU) em um curto espaço de tempo. A integração entre sistemas tem o objetivo de aprimorar a alimentação dos bancos de dados e de sistemas de acompanhamento da execução penal, e prevê, entre outras coisas, o desenvolvimento de módulos de informações sobre alternativas penais e monitoração eletrônica e a capacitação de servidores para preenchimento dos sistemas. A integração do SEEU com outros sistemas do CNJ, como o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) e o Sistema Audiências de Custódia (Sistac), também é uma frente de ação.

25.9.2019

CNJ e Humanitas360 expandem projeto para Complexo Penitenciário no Maranhão

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Instituto Humanitas360 lançaram em 25 de setembro a primeira expansão do modelo de inserção produtiva para pessoas privadas de liberdade e egressos fomentado pela organização não governamental em São Paulo desde 2018. Juntamente com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e com o Governo do Maranhão, as entidades assinaram memorando de entendimento para o início de atividades no Complexo Penitenciário de São Luís.

27.9.2019

Atuação de tribunais no combate à crise penal permanente é discutida em evento

Magistrados e servidores dos GMFs discutem as potencialidades de intervenções a partir do programa Justiça Presente

O impacto que pode ser fomentado via Judiciário para o enfrentamento da crise permanente do sistema penal e socioeducativo do país é o tema do II Encontro Nacional dos GMFs, evento promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nos dias 26 e 27 de setembro em Brasília. Magistrados e servidores dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMFs) discutem as potencialidades de intervenções a partir do programa Justiça Presente, parceria entre o CNJ, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Ministério da Justiça e Segurança Pública para enfrentar problemas estruturais no sistema penal e socioeducativo.

Os GMFs são ligados aos tribunais de Justiça e têm a responsabilidade de implementar as políticas penais judiciais difundidas pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do CNJ (DMF/CNJ). Durante a abertura do evento na noite desta quinta-feira (26/9), o corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, afirmou que o Judiciário não pode ser partícipe de um sistema com condições degradantes de cumprimento da pena, além da carência de ofertas de educação e trabalho. “Ao reconhecer esse quadro, a gestão do ministro Dias Toffoli estabeleceu um conjunto de ações para a área, que ganha contornos de política judiciária ao prever a articulação de diversos órgãos e instituições para o real enfrentamento da questão prisional”, destacou.



Mesa de abertura do II Encontro Nacional dos GMFs, da esq. para dir.: o representante-residente adjunto do PNUD, Carlos Arboleda; o secretário-geral do CNJ, desembargador Carlos Vieira von Adamek; o corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins; o defensor público geral federal, Gabriel Faria Oliveira; o diretor-geral do Depen, Fabiano Bordignon; e o coordenador da Unidade de Estado de Direito do UNODC, Nívio Nascimento

Iniciado pelo CNJ em janeiro deste ano, o programa Justiça Presente busca atacar os problemas estruturais do sistema prisional e socioeducativo de forma simultânea, desenvolvendo soluções adaptadas à realidade de cada unidade da federação e reforçando o protagonismo dos atores locais para o sucesso das iniciativas. Após missões de apresentação em todo o país entre março e junho para início das atividades locais, o Encontro Nacional dos GMFs reúne representantes dos tribunais e integrantes da equipe do programa para discutirem desafios comuns para resultados de curto e médio prazo, assim como a pactuação de novas atividades.

Secretário-geral do CNJ, o desembargador

Carlos Vieira von Adamek propôs uma reflexão sobre a atuação da magistratura em uma lógica punitivista, lembrando que a maioria das pessoas encarceradas cometeram crimes sem violência. “Quando se compreende a complexidade do problema e as realidades locais, percebe-se que soluções simples são enganosas”, disse. “O Justiça Presente enfrenta o problema em toda sua complexidade, da porta de entrada à de saída, trazendo modernidade e dignidade ao sistema. Tenho confiança que, juntos, podemos oferecer respostas que o país exige há tanto tempo”, disse.

O defensor público-geral federal, Gabriel Faria Oliveira, disse ser importante avançar na melhoria do sistema



Luiz Silveira/Agência CNU

O ministro do STF Gilmar Mendes profere palestra sobre ADPF 347 e o sistema prisional, durante II Encontro Nacional dos GMFs

com comunhão de trabalho de atores, opinião reforçada pelo diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional, Fabiano Bordignon. “Precisamos de todos juntos para melhorar o nível e qualidade de nossa execução penal”, disse. O diretor do Depen propôs um olhar além do disciplinar, com a abordagem de temas como alternativas penais, monitoração eletrônica, superlotação e ociosidade das pessoas privadas de liberdade.

Representante residente adjunto do PNUD no Brasil, Carlos Arboleda afirmou que o Justiça Presente é estratégico para o desenvolvimento do país, com grande potencial de transformação. “A reintegração de egressos pode ser a chave para a construção de uma sociedade mais justa e pacífica”, disse. O coordenador da Unidade de Estado de Direito do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), Nívio Nascimento, abordou a qualificação das audiências de custódia realizado pelo órgão junto ao Justiça Presente. “É a primeira vez que vejo um programa ser integral, trazendo todos os elos da justiça penal para tentar reverter um grave quadro”, afirmou.

Atividades

A programação incluiu diálogos internos entre os representantes dos GMFs, as coordenações estaduais e as equipes nacionais do Justiça Presente e do DMF/CNJ para o refi-

namento de estratégias. Também foi apresentado um histórico dos GMFs e um raio x sobre a atual configuração dos grupos em todo o país, com variações ainda sentidas de tribunal a tribunal quatro anos após a resolução que regulamentou o funcionamento dos GMFs (214/2015). “O maior desafio é como transformar a boa vontade de pessoas e gestões em uma política judiciária institucionalizada, que atenda ao interesse público de forma continuada e com base em evidências”, analisou o coordenador do DMF/CNJ, Luís Lanfredi.

Para o juiz auxiliar do DMF Carlos Gustavo Direito, é fundamental o trabalho articulado entre o DMF e os GMFs. “É impossível que o DMF conheça todas as necessidades e problemas vividos nos GMFs locais e dar soluções ao sistema penal e socioeducativo, especialmente em um país de dimensões continentais. As palavras-chave devem ser colaboração e construção conjunta, e isso tem sido elemento de sucesso do programa Justiça Presente até agora”, disse.

Também fez parte da programação a conferência Punição, Estigmatização e Subjetividades, apresentada pelo psicólogo professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ex-integrante da Polícia Militar do Rio de Janeiro, Pedro Paulo Bicalho. Ao destacar a seletividade penal, ele lembrou que a punição não nos atinge da mesma forma considerando mar-

cadores como gênero, identidade e raça. “Falar em subjetividade não é de algo etéreo, é muito concreto. Sua concretude serve para nos estigmatizar e está presente e palpável quando analisamos o sistema prisional e o socioeducativo”, afirmou.

O especialista propôs, então, que o reconhecimento entre todas as partes é fundamental para o enfrentamento deste quadro. “Isso só é possível quando entendemos que cumplicidade é estruturante no tipo de intervenção que queremos pensar. Mudar as lógicas, enfrentar, ou- sar, fazer diferença.”(IT)



Veja mais em:
cnj.jus.br/noticias

30.9.2019

“Justiça criminal é central em debate de segurança pública”, afirma Gilmar Mendes

30.9.2019

Justiça Presente: novas ações com judiciário nacional

1.10.2019

Sistema é atualizado para melhorar dados sobre audiências de custódia

Sistac será refinado para otimizar informações sobre público que passa pela porta de entrada da Justiça criminal, permitindo políticas públicas efetivas

O Sistema Audiência de Custódia (Sistac), lançado em 2015 para apoiar tribunais na gestão de informações sobre o instituto, está passando por uma reformulação para qualificar a alimentação e a análise dos dados extraídos da ferramenta. O sistema desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e oferecido gratuitamente aos tribunais terá um refinamento em seus campos de preenchimento para otimizar a coleta de informações sobre o público que passa pela porta de entrada da Justiça criminal, permitindo a elaboração de políticas públicas mais efetivas.

A reformulação do Sistac faz parte das ações do programa Justiça Presente, parceria do CNJ, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). “A audiência de custódia é uma das principais políticas do Poder Judiciário. E aperfeiçoar os procedimentos a ela inerentes, inclusive a atualização do Sistac, é providência essencial para fortalecer a prática e compreender a importância e o significado do ato. O Sistac nos permitirá uma leitura e análise mais apurada sobre o trabalho que estamos realizando e as pessoas com que estamos lidando, além dos cuidados dispensados no dia a dia da atuação judicial”, afirma o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e

do Sistema Socioeducativo (DMF/CNJ), Luís Lanfredi.

Além de campanhas e treinamentos para reforçar a importância do Sistac, o CNJ está implementando mudanças em alguns campos de preenchimento para medir avanços e tendências. Essas mudanças resultam do esforço conjunto entre o DMF, a equipe nacional do programa e os consultores em audiência de custódia alocados em cada unidade da federação. Desde julho, os consultores observam fluxos e analisam as necessidades das dinâmicas do judiciário em cada estado. Um webinar realizado pelo Justiça Presente no dia 20 de setembro capacitou usuários do sistema em tribunais de todo o país sobre essas alterações.

Novidades

Entre as mudanças que entraram em vigor, estão a obrigatoriedade do preenchimento dos campos sobre o encaminhamento dos custodiados para atendimento em rede psicossocial, o intervalo de tempo para a pessoa ser apresentada a juízo após a prisão em flagrante, se foram decretadas cautelares e quais foram elas. Também foi alterado o campo que informa o tipo de crime cometido –deixa de ser de preenchimento livre e passa a ter as opções no próprio sistema, ou seja, a pessoa que preencher tem de escolher dentro de um rol já apresentado pelo Sistac. Outros indicadores que passam a ser obrigató-

rios são informações sobre se a audiência foi realizada em dia útil ou em regime de plantão (fim de semana, feriado e recessos forenses). Para as mulheres, deverá ser informado se ela é gestante ou lactante e se tem filho com menos de 11 anos de idade. Há também reformulações de campos já existentes e a criação de novos, como no caso a situação de moradia da pessoa custodiada. Com as mudanças, será possível obter dados mais precisos sobre raça e gênero e relatos sobre tortura e maus-tratos praticados na prisão ou sob custódia do estado.

Para o coordenador da Unidade de Estado de Direito do UNODC, Nívio Nascimento, a gestão da informação, por meio de monitoramento e análise de evidências, é um componente fundamental para o sucesso de qualquer projeto. “No contexto específico das audiências de custódia, a melhoria do Sistac é essencial para entender o impacto do projeto. Com os esforços coletivos de CNJ, PNUD e UNODC para o aprimoramento desse sistema, as audiências de custódias poderão ter sua eficácia, eficiência e efetividade mensuradas e ampliadas como uma importante contribuição para a redução do número de prisões provisórias no Brasil”, afirma.

Justiça Presente

As audiências de custódia são um das prioridades do programa Justiça Presente, executadas em parceria com o UNODC. O programa alocou 27 consultores em cada unidade da Federação para qualificar o instituto, o que inclui ações de articulação da rede de atendimento psicossocial, capacitação e coleta de dados, fortalecimento da política de alternativas penais e de monitoração eletrônica, além do combate a maus-tratos e tortura. Ao todo, 42 indicadores serão monitorados. (IT)

2.10.2019

Soltura qualificada de egressos é destaque de mutirão no ES

A qualificação de procedimentos de soltura e a preocupação com a acolhida social daqueles que deixam o estabelecimento prisional, permitindo que pessoas que já resolveram pendências com a Justiça tenham condições mínimas de retornarem ao convívio social, é um dos principais ganhos promovidos pelo CNJ no mutirão iniciado em setembro no Espírito Santo. Os novos fluxos foram desenvolvidos pelo DMF junto com o programa Justiça Presente.



Agência CNJ

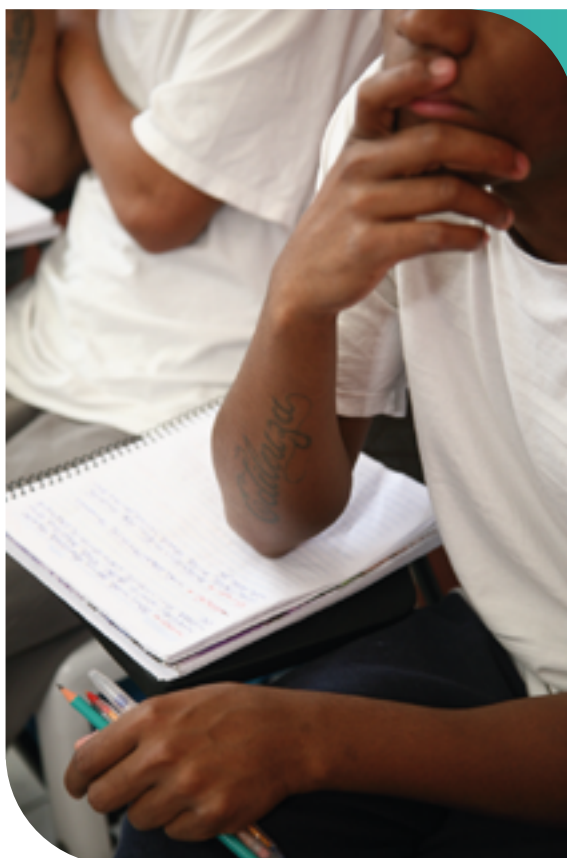
Justiça Presente inicia atividades voltadas ao sistema socioeducativo

Foco é garantir acesso à educação e à qualificação, assim como acompanhamento durante internação e reforço a laços familiares e comunitários

No Brasil, dados mais recentes do governo federal indicam que cerca de 150 mil adolescentes entre 12 e 18 anos cumprem medidas socioeducativas por terem cometido algum ato infracional, sendo que pelo menos 24 mil se encontram em privação de liberdade. No entanto, a dificuldade na gestão de sistemas de informação, as falhas na articulação entre atores e os desafios na consolidação de estruturas e fluxos adequados acabam desvirtuando o funcionamento de um sistema que deveria promover a autonomia e a emancipação desses adolescentes, essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e digna para todos.

Desde julho, o sistema socioeducativo tornou-se mais um dos focos do programa Justiça Presente. São diversas ações previstas, que vão desde antes de o adolescente ingressar no sistema socioeducativo até a garantia de direitos para os que estão internados e voltarão ao convívio social. O foco é garantir acesso à educação e à qualificação profissional, assim como o acompanhamento constante durante a internação e o reforço a laços familiares e comunitários.

O Justiça Presente buscará incidir em instrumentos que regem o funcionamento do socioeducativo, como sistemas de informação e de atenção, fortalecendo a atuação de todos os envolvidos. As ações seguem o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo



Luiz Silveira/Agência CNJ

(Sinase), assim como o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo. Elaborado pela Secretaria de Direitos Humanos em 2013, o plano preconiza que as medidas socioeducativas “(re)instituem direitos, interrompam a trajetória infracional e permitam aos adolescentes a inclusão social, educacional, cultural e profissional”.

De acordo com a coordenadora adjunta do eixo do socioeducativo no Justiça Presente (Eixo 2), Fernanda Givisiez, o cometimento de ato infracional por adolescentes se relaciona diretamente à negação de direitos sociais básicos a que foram submetidos durante sua formação. “Partindo desse cenário, garantir esses direitos no sistema socioeducativo não é tarefa fácil, mas essencial no contexto de proteção integral à criança e ao adolescente previsto nas legislações brasileiras

e internacionais. A base já existe, o desafio é a implementação das medidas”, avalia.

Para o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema Socioeducativo (DMF/CNJ), Luís Geraldo Lanfredi, como também para o juiz auxiliar da Presidência, Gustavo Direito, o desconhecimento sobre o sistema socioeducativo impede a maior efetividade de políticas públicas. “Precisamos saber mais sobre quem são os adolescentes cumprindo medidas socioeducativas e qual o contexto atual do sistema socioeducativo no país. Ter uma exata impressão desse panorama permitirá construir ações para que essas pessoas, que mal iniciaram a vida, tenham oportunidades de construir trajetórias que lhes permitam o pleno desfrute e exercício da cidadania”, aponta Lanfredi.

Ação

O Justiça Presente vem no caminho de outros programas que buscaram entender e fortalecer o sistema de medidas socioeducativas, em órgãos como o próprio CNJ e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Para estruturar as ações, os 27 coordenadores estaduais do programa, alocados em todas as Unidades da Federação, iniciaram coleta de dados detalhados sobre o funcionamento do sistema pelo Brasil e, posteriormente, pactuarão as ações com atores dos poderes Judiciário e Executivo.

“Buscamos estruturar a atuação do programa de acordo com as realidades locais, garantindo horizontalidade e continuidade de nossas ações”, explica a coordenadora do Justiça Presente, Valdirene Daufemback. Segundo ela, foram construídos planos estaduais para nortear a atuação, tendo sempre o adolescente como sujeito de direito. “Queremos que o sistema socioeducativo sirva para possibilitar trajetórias de vida socialmente integradas. Para tanto, apostamos em ações de escolarização e profissionalização, políticas públicas básicas, mas que não foram implementadas adequadamente.

Além da coleta de dados estaduais, está em curso o aperfeiçoamento dos sistemas de monitoramento Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL) e Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade (CNIUS), ambos ligados ao CNJ. A medida atende a demandas formuladas pelos Tribunais de Justiça e busca produzir subsídios para orientar políticas públicas. Ainda na seara da gestão da informação, serão elaborados modelos de indicadores para avaliação do Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento essencial no acompanhamento do cumprimento de medidas.

Uma equipe multidisciplinar, que envolve psicólogos e assistentes sociais, entre outros profissionais, elabora um plano para cada adolescente e para sua família, com metas e desejos de realização pessoal e profissional, por exemplo.

Racionalização

A melhoria na gestão de informações terá um impacto positivo em outra frente de ação do programa, que busca a racionalização na aplicação de medidas de internação. Essa ação atende à determinação do ECA e de parâmetros internacionais que preconizam a brevidade e excepcionalidade das interna-

ções. No Brasil, um levantamento do CNMP indicou que um mesmo ato infracional pode implicar em medida de nove meses em um estado e até dois anos e meio em outro. Segundo outro estudo do CNMP, no sistema socioeducativo em geral “há superlotação, poucas oportunidades de formação educacional e profissional, espaços insalubres, rebeliões das unidades, fugas, dificuldades de atendimento de saúde, entre tantos outros”.

Uma das ações previstas neste eixo estratégico é o apoio ao desenvolvimento dos Núcleos de Atendimento Integrados (NAI), equipamento que reúne atores como Tribunal de Justiça, Ministério Público e Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, por exemplo. Também serão criadas metodologias de audiências concentradas, para que haja reavaliação constante das medidas impostas aos adolescentes. Para tanto, serão mapeadas experiências já existentes e implantados projetos pilotos.

Está previsto, ainda, o desenvolvimento de Núcleos de Justiça Restaurativa nos estados. Centrais de Vagas, que controlam o número de adolescentes internados de acordo com as vagas disponíveis, também serão propostas, garantindo que a internação sirva como espaço de desenvolvimento pessoal. Ações de fortalecimento do meio aberto, para o fortalecimento dos laços familiares e comunitários com acompanhamento, serão efetivadas. Todas essas ações serão pactuadas previa-

mente com os Tribunais estaduais e em cooperação com União, estados e municípios.

Aperfeiçoamento do Sinase

Instituído pela Lei n. 12.594/2012 com base em normativas internacionais, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) envolve diversas áreas de governo, representantes de entidades e especialistas, desenvolvendo programas intersetoriais de atendimento socioeducativo. Nos últimos sete anos, o sistema enfrenta desafios para sua implementação, principalmente na articulação da rede necessária para o funcionamento, que envolve atores das três esferas do Poder Executivo. Buscando auxiliar neste quadro, o Justiça Presente trabalha no desenho de matriz de conteúdos mínimos para formação inicial e continuada de magistrados e servidores, incluindo a inserção de módulo sobre o Sinase na matriz curricular das Escolas de Magistraturas estaduais.

Outro eixo estratégico de atuação do Justiça Presente se debruça sobre estratégias de aumento da escolarização e profissionalização dos adolescentes. Para tanto, serão propostos fluxos para a emissão de documentação civil para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa como primeiro passo. Outras medidas incluem instituir políticas permanentes de acompanhamento para adolescentes pós-cumprimento de medidas e aprendizagem profissional deles. **(IT)**

Justiça Presente é apresentado em evento sobre Agenda 2030

Programa contribui diretamente para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) participou de encontro organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) no Panamá para a Consulta Regional para Países da América Latina sobre a Revisão Periódica Universal e a Agenda 2030. O CNJ apresentou o caso do Justiça Presente. A participação no evento ocorreu por meio de convite do PNUD Brasil.

O Justiça Presente, que contribui diretamente para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, foi apresentado pelo coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (DMF/CNJ), Luís Lanfredi. “Um sistema penal justo e moderno se baseia na capacidade das instituições em promover e garantir o direito das pessoas que por ele passam. O Justiça Presente, ao ter seus indicadores vinculados aos ODS da ONU, aposta em soluções estruturantes e inovadoras para problemas antigos e complexos, o que nos coloca na vanguarda do movimento mundial por sociedades mais seguras e desenvolvidas, pois mostra exatamente o papel que o Poder Judiciário joga para a estabilidade da economia e o desenvolvimento do país”, avalia.

O CNJ participou de painel na manhã de quarta-feira (23/10), quando foram apresentadas experiências de países como Chile, México e Panamá na monitoração da Agenda 2030. De acordo com a coordenadora da Unidade de Paz e Governança do PNUD Brasil, Moema Freire, o Justiça Presente representa um marco de inovação do Poder Judiciário. “O programa inova ao liderar ações de transformação no sistema prisional, assim como de articulação interinstitucional com o Poder Executivo em diferentes níveis para implantar novas metodologias de qualificação e responsabilização efetiva na porta de entrada, de otimização da gestão do sistema por meio da



ONU

implantação nacional do SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado), e de fortalecimento da porta de saída, com ações de reintegração socioeconômica das pessoas egressas”, avalia.

CNJ e a Agenda 2030

Também participou do evento a conselheira Maria Tereza Uille, coordenadora do comitê instituído pelo CNJ para realizar estudos de integração das metas do Poder Judiciário aos indicadores e metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ela apresentou o trabalho desenvolvido pelo grupo interinstitucional, assim como uma experiência inovadora de inclusão da Agenda 2030 pelo CNJ.

“A Agenda 2030 é uma agenda de direitos humanos, sendo que os indicadores da agenda permitem medir como está a sua implementação. Quando os direitos humanos são violados e judicializados cabe ao Poder Judiciário dar transparência aos dados de forma integrada à Agenda 2030”, afirma Uille. “O Programa Justiça Presente está diretamente relacionado com as metas e indicadores do ODS 16 da Agenda 2030. Em conjunto, estamos construindo indicadores específicos do Poder Judiciário na área penal”, explica.

Sobre o evento

O evento é organizado pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O processo de consultas se iniciou em 2017 e envolve diversas etapas. O objetivo é o intercâmbio de boas práticas, a identificação de desafios e de oportunidades de alinhamento das ações de acompanhamento dos compromissos internacionais em direitos humanos, assim como esforços para cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, base da Agenda 2030 da ONU.

A programação conta com 70 participantes de 19 países, entre representantes do poder público, de instituições de direitos humanos e de organizações da sociedade civil. Além dos painéis temáticos, o evento tem grupos de trabalho para temas específicos e sessões plenárias. Atuando como integrador da Agenda 2030 em âmbito global, o PNUD realiza assessoria técnica a países nos esforços de cumprimento dos ODS, por meio da promoção de uma perspectiva integral de desenvolvimento, aliando os pilares social, econômico e ambiental. **(IT)** Com informações do PNUD Brasil

7.11.2019

Migração de dados entre SAJ e SEEU mobiliza tribunais

Tecnologia foi tópicos de visita técnica realizada por representantes dos Tribunais de Justiça do Acre e de Alagoas a Mato Grosso do Sul



Representantes dos TJs de Acre e Alagoas conhecem experiência do TJMS

A migração de dados do SAJ para o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) foi o tópico de uma visita técnica realizada no final de outubro por representantes do Tribunal de Justiça do Acre e do Tribunal de Justiça de Alagoas ao Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, corte pioneira no desenvolvimento da tecnologia em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Adotado como política nacional pelo Conselho em 2016, o SEEU centraliza e unifica o controle da execução penal nacionalmente.

A migração de dados entre sistemas facilitará a integração dos tribunais ao SEEU – além dos três estados mencionados, o SAJ é o sistema usado em São Paulo, Santa Catarina, Ceará e Amazonas, que juntos somam cerca de 700 mil processos de execução penal segundo levantamento feito pelo CNJ em fevereiro deste ano com dados informados pelas próprias cortes. Outra unidade da federação que também usava o SAJ, a Bahia já havia migrado para o SEEU anteriormente.

A melhoria e expansão do SEEU para todo o país é um das metas do programa Justiça Presente. Desde o início do programa em 2019, o sistema já chegou a 21 tribunais de justiça e quatro tribunais regionais federais, com mais de 950 mil processos em tramitação – a estimativa é de que o país tenha mais de 1,5 milhão de processos de execução penal.

Para o juiz coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do CNJ (DMF/CNJ), Luís Geraldo Lanfredi, a política difundida pelo CNJ objetiva apoiar os magistrados e tribunais para que a tramitação de processos de execução penal chegue a patamares de excelência. “Alcançaremos com isso, e de uma vez por todas, um cenário que permitirá fiscalização e monitoramento diários do sistema prisional, para além da uniformização do processamento das execuções penais, em condições de assegurar uma melhor qualificação da jurisdição, em tempo e modo compatíveis com uma justiça que se posicione e se implemente garantindo direitos”, avalia.

Desenvolvimento

O desenvolvimento do migrador de dados do SAJ para o SEEU teve início em julho, em caráter piloto, na Vara Militar do TJMS. Desde então a equipe do tribunal, com suporte do Justiça Presente, aprimorou o software – a partir desta segunda-feira (4), uma força-tarefa com 60 analistas judiciários e 10 integrantes da equipe do CNJ fará a complementação dos dados migrados automaticamente. Segundo o supervisor da Coordenadoria das Varas de Execução Penal do TJMS, desembargador Luiz Gonzaga Mendes Marques, o trabalho pioneiro poderá agora ser compartilhado com outros tribunais que utilizem o mesmo sistema.

É o que também atestam o desembargador Celyrio Adamastor Tenório Accioly, do Tribunal de Justiça de Alagoas, e o juiz auxiliar da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Acre, Leandro Grossi, que participaram das reuniões em Campo Grande. “Tomamos conhecimento que a equipe de tecnologia da informação do TJMS havia desenvolvido alguns sistemas de migração e extratores, e que isso facilitaria de uma forma benéfica para que o Acre entrasse neste processo de implantação do SEEU”, explicou Grossi. “Pretendemos fazer um piloto com esta mesma sistemática. Este é o sentido da cooperação entre os tribunais”, disse Grossi.

Os visitantes também se reuniram com a equipe da Presidência do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul e conheceram o trabalho realizado na Central de Processamento Eletrônico, onde aprofundaram conhecimento sobre o caminho percorrido pela corte e debateram questões de códigos e regras de negócio para realizarem a migração em seus respectivos estados. Também foram apresentados os procedimentos internos do Tribunal para que a migração acontecesse.

“É um esforço articulado entre cortes para a implantação do SEEU”, afirma Fernanda Calderaro, coordenadora adjunta do eixo de Sistemas e Identificação do Justiça Presente. Para o especialista em TI do programa, Hely Sousa, o traba-

lho em equipe com os atores locais tem sido fundamental para o aprimoramento contínuo do sistema. “O trabalho colaborativo entre as equipes de Tecnologia da Informação do TJMS e do CNJ proporcionou esse resultado que vemos hoje, com soluções que serão compartilhadas com outros tribunais e que tornarão mais céleres e precisas a implantação do SEEU neste tribunal, reduzindo o prazo para que os benefícios do SEEU possam ser refletidos na execução penal”.

Desde o início da expansão do SEEU, o CNJ tem apoiado não apenas o processo de implantação, mas também atua na capacitação e em novos desenvolvimentos para atender às realidades locais. Neste processo, também são envolvidos os atores externos, como Ministério Público, Defensoria Pública e advocacia, que contribuem com sugestões e integração de sistemas próprios. **(IT)** Com informações do TJMS



1.11.2019

CNJ e APT assinam acordo para combate à tortura em privação de liberdade

O Conselho Nacional de Justiça e a Associação para a Prevenção da Tortura assinaram Termo de Cooperação Técnica para promover e implantar ações voltadas à prevenção e combate à tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes em situações de privação de liberdade. Entre outros itens, o termo prevê a elaboração de manual de orientação a tribunais e magistrados e identificação e difusão de boas práticas nacionais e internacionais no tema, com foco especial nas audiências de custódia.

14.11.2019

CNJ articula equipes psicossociais em audiências de custódia

Uma parte significativa dos presos em flagrante estão em condições de vulnerabilidade – não possuem casa ou família, estão em situação de rua ou fazem uso de entorpecentes. Nesse sentido, garantir atendimento psicossocial durante seu primeiro encontro com um juiz durante a audiência de custódia é fundamental para a realização de encaminhamentos necessários. A medida vem sendo fomentada nacionalmente pelo Conselho Nacional de Justiça, com resultados no Maranhão, Mato Grosso do Sul e Paraná, além de um novo grupo intersetorial em Minas Gerais.



Gil Ferreira/Agência CNJ

18.11.2019

CNJ firma parceria para fortalecer diálogo com polícias

Reunião com Fórum Brasileiro de Segurança Pública marcou início da parceria para diálogo com polícias

Acordo com Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) busca fortalecer canais de diálogo entre o Poder Judiciário e o sistema de segurança pública do país e aprimorar os fluxos de trabalho entre a Justiça e os órgãos policiais. Para o CNJ, as polícias são agentes estruturantes cujas ações têm impactos imediatos junto ao sistema prisional. O Fórum ficará responsável por desenhar, a partir da escuta a instituições policiais em todo o país, propostas para aperfeiçoar a governança e a articulação entre os sistemas de Justiça e de Segurança Pública.



G. Dettmar/Ag.CNJ

PNUD e CNJ promovem processos formativos para Escritório Social

20.11.2019

CNJ articula ações sobre raça no Justiça Presente

Entre os inúmeros desafios que permeiam o sistema penal brasileiro, a questão racial é um dos mais estruturantes, uma vez que é nas prisões que desagua a série de violações e negação de direitos a que a população negra é historicamente submetida. Justiça Presente promove ações com recorte racial para contribuir com a elaboração, o monitoramento e a fiscalização e execução de políticas penais e socioeducativas. O objetivo das ações é enfrentar o racismo que permeia relações de controle e responsabilização, fomentando o mesmo tratamento a todos os cidadãos sob custódia do Estado.

21.11.2019

Encontros do Justiça Presente sobre egressos formam 300 pessoas

Participantes tiveram contato com metodologias de atendimento, mobilização de rede de assistência e marcadores sociais de diferença

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) concluiu série de encontros formativos regionais dos Escritórios Sociais, política fomentada pelo órgão desde 2016 para atenção às pessoas egressas do sistema penitenciário. A ação, que resultou na capacitação de 300 pessoas, faz parte do programa Justiça Presente.

Brasília sediou o encerramento dos encontros após a realização de cinco capacitações entre outubro e novembro. Além de representantes do Distrito Federal, o encontro reuniu participantes de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins, que, por três dias, tiveram contato com metodologias de atendimento, mobilização de rede de assistência e marcadores sociais de diferença.

Para o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Penitenciário e Socioeducativo do CNJ, Luís Lanfredi, novas formas de atenção a pessoas egressas necessariamente envolvem os profissionais que atuam na ponta. “A forma como o assunto vem sendo tratado pelo Estado brasileiro, com alguma variação local ou outra, se repete ao longo de décadas com um cenário de negligência. Se queremos trazer novas ideias, especialmente por meio da articulação entre diferentes poderes públicos, redes e outros interessados, precisamos fomentar esse espaço de diálogo e troca”, explica.

Segundo a coordenadora geral do Justiça Presente, Valdirene Daufemback, o modelo de encontros regionais atendeu a dois propósitos. “Não apenas fizemos o



Felipe Athayde, coordenador do Eixo 3 do Justiça Presente, durante processo formativo no TJPR

repasso de conteúdo de forma otimizada em um curto espaço de tempo, como também fomentamos uma troca positiva entre os participantes, que puderam discutir experiências locais entre si”. Para a coordenadora-adjunta do Eixo de Cidadania do programa, Pollyanna Alves, os eventos de formação foram um passo importante na construção de uma política nacional de atenção à pessoa egressa. “Além de fomentarmos a implementação do Escritório Social, estamos potencializando outras iniciativas já existentes, tanto pelo Poder Judiciário quanto pelo Executivo, compreendendo os desafios que esta política demanda”, pontua.

Processos formativos

A programação dos processos formativos incluiu três dias de formação, sendo os dois primeiros destinados ao treinamento em duas metodologias desenvolvidas pelo Justiça Presente. A primeira, de mobilização de pré-egressos, tem o objetivo de apresentar os serviços do Escritório Social para pessoas em fase final de cumprimento de pena, identificando demandas individuais para mobilização de rede de atendimento. Já a metodologia da singularização identifica as demandas e os potenciais de cada um, assim como compreensões individuais de vínculos e esfe-

ras de sociabilidade para superação de vulnerabilidades.

No terceiro dia de formação, os participantes tiveram contato com estratégias de mobilização de redes de instituições da sociedade civil e do Poder Público para atuação de forma articulada que responda adequadamente às pessoas que buscam esses serviços após encaminhamento pelo Escritório Social. Neste dia, também houve abordagem dos marcadores sociais de diferenças, principalmente questões de gênero e de raça. O objetivo é construir parâmetros de atuação do Escritório Social para enfrentar a reprodução de discriminação e criminalização de grupos vulneráveis.

Os processos formativos foram articulados com a colaboração dos coordenadores estaduais do Justiça Presente e oferecidos para convidados do Judiciário, do Executivo e da sociedade civil que trabalham ou irão trabalhar com atenção a egressos, assim como instituições de ensino. A programação teve início no Paraná, em outubro, e reuniu os outros estados da região Sul. Em seguida, houve formações no Espírito Santo (ES, MG, RJ e SP), Roraima (AC, AM, RO e RR), Piauí (AP, CE, MA e PA) e Paraíba (AL, BA, PE, RN e SE). (IT)

TJPR

CNJ encerra missões para identificação biométrica de presos

Foram realizadas 12 missões estaduais e cinco missões regionais para conhecer o trabalho desenvolvido por cada unidade da federação

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) finalizou em Alagoas missões envolvendo as 27 unidades da federação para construção de um banco nacional de dados biométricos de pessoas privadas de liberdade. O objetivo da ação, desenvolvida como parte do programa Justiça Presente, é proporcionar a emissão gratuita de documentação civil desta população, garantindo acesso a serviços que resgatem a cidadania e proporcionem oportunidades a quem vivencia o cárcere ou egressos do sistema prisional.

Desde setembro, foram realizadas 12 missões estaduais e cinco missões regionais para conhecer o trabalho desenvolvido por cada unidade da federação no cadastramento biométrico da população privada de liberdade e para desenhar planos de ação para a integração dos bancos de dados à Base de Dados da Identificação Civil Nacional (BDICN), mantida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Por meio de acordo de cooperação com a Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen Brasil), serão emitidos documentos como CPF, Carteira de Identidade e de Trabalho, entre outros.

Durante as missões, os representantes do CNJ e do TSE reuniram-se com os Tribunais de Justiça, Poder Executivo e institutos de identificação estaduais. Os encontros definiram escopo de atuação de cada entidade e a estratégia para a integração de bancos de dados e de coleta. Está em andamento a aquisição de 4.3 mil kits de coleta biométrica –eles serão distribuídos aos Estados para cobrir a porta de entrada do sistema carcerário, e para aquelas pessoas que já se encontram no sistema prisional e não têm documentação.

Para o secretário-geral do CNJ, desembargador Carlos Vieira von Adamek, que participou das missões aos estados, essa identificação é indispensável para a construção de política públicas



Missão para pactuação de ações de biometria no TJAL

Itawri Albuquerque/TJAL

que ajudem a superar falhas estruturais do sistema carcerário brasileiro. “Não ter documentos impede o acesso a políticas públicas e, conseqüentemente, o exercício de direitos básicos, como trabalho, moradia e educação. O sistema carcerário, infelizmente, abriga milhares de cidadãos invisíveis”, afirmou.

Segundo o juiz coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (DMF/CNJ), Luís Geraldo Lanfredi, a estratégia nacional é inovadora e tem potencial de se manter a médio e longo prazo. “A pessoa em privação de liberdade não perde seus direitos, muito menos sua cidadania. Se queremos garantir uma reintegração social efetiva, precisamos primeiro garantir os direitos de todas as pessoas. Esta é uma obrigação do Estado”, afirma.

Missões

Iniciado em setembro, o ciclo de missões promovido pelo CNJ foi dividido em duas fases. Na primeira, foram priorizados estados que já coletam e identificam biometricamente as pessoas privadas de liberdade. O objetivo foi construir

ação para integrar os bancos existentes ao do TSE. Nesta etapa foram visitadas as seguintes UFs: BA, CE, DF, ES, GO, MS, PE, PR, SC, SP, RJ e RS.

O segundo momento da estratégia envolveu aqueles estados que não mantêm banco de dados biométricos ou cujos bancos não podem ser integrados à base do TSE. Foram organizados cinco encontros regionais, reunindo três estados em cada uma, completando, assim, as 27 UFs. Durante o mês de novembro, as missões visitaram os seguintes estados: Minas Gerais (MG, MT e TO), Pará (PA, RR e AP), Rondônia (RO, AM e AC), Paraíba (PB, MA e PI) e Alagoas (AL, RN e SE).

Além de participar das missões, o TSE realizará a capacitação dos profissionais dos estados para manuseio dos kits de coleta biométrica e do software para armazenamento dos dados. Segundo o assessor de Gestão de Identificação da presidência do TSE Paulo Lemos, o intuito é estabelecer a uniformização de procedimentos, para que as instituições possam enviar ou receber dados dentro de um padrão interoperável. **(IT)** Com informações do TJAL

11.12.2019

CNJ valida estratégia de atendimento com pessoas egressas do cárcere

Arquivo



Representantes do Justiça Presente (CNJ/PNUD) com grupo de pessoas egressas do sistema prisional em encontro para validar metodologias

Programa desenvolveu metodologias para atendimento de pessoas que estão prestes a sair do cárcere e na individualização destes encontros

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou, em sua sede em Brasília, atividade com grupo focal formado por pessoas que já viveram em privação de liberdade. O objetivo do encontro de dois dias era ouvir suas contribuições quanto a instrumentos desenvolvidos pelo programa Justiça Presente para qualificar o atendimento a pessoas egressas do sistema prisional.

O primeiro dia do encontro começou com uma roda de conversa entre a equipe do Justiça Presente e os convidados, que compartilharam suas histórias e expectativas sobre como se deve dar o atendimento. Também foram aplicados questionários que guiarão serviços de atendimento, com objetivo de fortalecê-los e garantir que sejam instrumentos de mudança social. Após coletar as impressões dos participantes, a equipe do programa realizou adaptações ao produto final.

Política nacional

A atividade faz parte do eixo de ação do Justiça Presente que pretende contribuir para a construção de uma política nacional para egressos no Brasil, o que inclui a disseminação de Escritórios Sociais. O coordenador do DMF/CNJ, Luís Geraldo Lanfredi esclareceu a todos que o Escritório Social surgiu em 2016 com a proposta de apresentar um novo olhar para o pós-cárcere.

“A experiência do cárcere deixa marcas e estigmatiza. Como vencer isso, se não for por meio do Estado cumprindo esse papel de prover suporte a essa gente? O que o Judiciário se propõe com o Escritório Social é permitir que possamos promover um freio de arrumação ao escopo de integração social dessa gente e, com o Justiça Presente, ampliar a pers-

pectiva de programas exitosos como o “Começar de Novo”. Com o resgate dessa proposta, estamos tentando chegar a uma modulação que seja interessante e tenha aplicabilidade, consistência, compensando diferenças para transformar a vida de pessoas que continuam invisíveis para sociedade”, disse Lanfredi.

Coordenadora da Unidade de Paz e Governança do PNUD, Moema Freire também acompanhou as atividades e explicou que as ações envolvendo o Escritório Social tocam em pontos essenciais do mandato da instituição. “No contexto da Agenda 2030 da ONU, focada no desenvolvimento, a ideia é não deixar ninguém para trás, olhar para populações mais vulneráveis e fazer com que as políticas públicas busquem elas. O Escritório Social é tradução de tudo isso”, afirmou.

Documentação civil

Emerson Ferreira, da ONG Reflexões da Liberdade, afirmou que a existência de facilitadores que auxiliem nos desafios da vida pós-cárcere é importante. “A prisão psicológica pode ser tão forte quanto a prisão física. Para curar traumas, é essencial saber quem é você, de onde veio”, afirmou. Ele indica o auxílio para emissão de documentação civil, como título de eleitor, como um dos maiores entraves para as pessoas egressas. Uma das ações do Justiça Presente é a emissão gratuita de documentos para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional.

Karine Vieira da Silva, do Instituto Resposta, explicou que o processo de volta à vida fora da prisão é complexo. “É preciso ter pessoas que acreditam no seu potencial de desenvolvimento, com acolhimento e escuta. Só assim a pessoa egressa tem habilidade de se reconhecer novamente e se inserir socialmente”, afirmou.

Metodologias

O Justiça Presente desenvolveu metodologias para auxiliar profissionais dos poderes Judiciário e Executivo no atendimento de pessoas que estão prestes a sair do cárcere e na individualização destes encontros. A mobilização de pré-egressos apresenta os serviços do Escritório Social para pessoas em fase final de cumprimento de pena, identificando demandas individuais para mobilização de rede de atendimento. Já a metodologia da singularização identifica as demandas e os potenciais de cada um, assim como compreensões individuais de vínculos e esferas de sociabilidade para superação de vulnerabilidades. Recentemente, as metodologias fizeram parte de uma capacitação realizada pelo Justiça Presente para 300 profissionais que trabalham com pessoas egressas.

O coordenador do eixo de cidadania do Justiça Presente, Felipe Athayde, frisou a importância do encontro final de sistematização e validação das metodologias. “As capacitações foram um processo interessante, porque cada encontro era uma oportunidade de aprimorar os instrumentos, tanto no aspecto conceitual quanto de aplicação. Agora é o momento de fazer uma discussão final para alinhar as metodologias”, resumiu. **(IT)**



TJCE

Nacionalização do SEEU conta com experiências entre tribunais, como missão ao Ceará para conhecer migração de processos

17.12.2019

CNJ altera para 2020 conclusão de implantação do SEEU

O prazo para que o SEEU seja o sistema padrão em todos os tribunais brasileiros foi estendido para 2020. A decisão considerou a necessidade de garantir o progresso da implantação do sistema em todo o território nacional sem sobressaltos. O sistema já está presente em 25 tribunais de Justiça e quatro tribunais regionais federais. As alterações constam da Resolução CNJ n. 304/2019.

18.12.2019

CNJ aprova política de documentação civil e identificação de presos

Apontada como uma das principais necessidades para a retomada da vida em liberdade, a emissão de documentos por meio de ações de identificação da população privada de liberdade foi institucionalizada como política judiciária. Resolução estabelece diretrizes e parâmetros para emissão de documentos e identificação como forma de garantir cidadania. O texto também regulamenta e cria fluxos para a identificação biométrica no âmbito do Poder Judiciário, destacando que a ação se destina exclusivamente à identificação civil e emissão de documentação civil.

18.12.2019

CNJ aprova política judiciária de atenção a egressos do sistema prisional

Resolução CNJ n. 307/2019 institui a Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário. Os Escritórios Sociais passam a centralizar as ações do Judiciário na atenção às pessoas egressas e seus familiares. A política judiciária de atenção a egressos pretende suprir a ausência de ações de Estado articuladas nacionalmente voltadas a esse público com base em boas práticas e evidências. Texto incentiva trabalho conjunto entre Judiciário e Executivo em escala local.

20.12.2019

Convênios viabilizam projetos para ampliação de direitos

Toffoli destacou que a medida irá fortalecer estratégias para reduzir a superlotação e superpopulação carcerária no Brasil

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) assinaram três termos de cooperação técnica para viabilizar e ampliar projetos voltados a garantir a efetividade a direitos fundamentais assegurados pela Constituição e diplomas internacionais dos quais o Brasil é signatário. Os acordos contemplam a consolidação e disseminação dos Laboratórios de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (LIODS) no Poder Judiciário; o desenvolvimento de estudos e pesquisas para investigar o atendimento às crianças pelo Sistema de Justiça brasileiro; e a ampliação do programa Justiça Presente, que, desde janeiro de 2019, vem trabalhando para o fortalecimento do monitoramento e da fiscalização do sistema prisional e socioeducativo.

O presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, destacou a importância dos termos para a promoção de avanços na Justiça brasileira. “Estou certo de que estas parcerias resultarão no constante aprimoramento da atuação do Poder Judiciário nos eixos da eficiência, da transparência, da responsabilidade e da cidadania, em alinhamento com as diretrizes e preceitos de direito internacional”, declarou. O ministro ressaltou que a ampliação dos LIODS vai aperfeiçoar a prestação dos serviços e alinhar as diretrizes estratégicas do Judiciário às Metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, além de agregar valor aos produtos gerados e às propostas elaboradas pelos tribunais.

Toffoli enfatizou a importância do desenvolvimento de metodologia de pesquisa para se conhecer a qualidade e extensão do atendimento prestado às crianças pelo Sistema de Justiça brasileiro e instituições da rede de proteção e promoção à primeira infância. Ele ressaltou ainda que a parceria com o PNUD vai permitir o aprimoramento das políticas judiciárias relativas a essa área. Sobre a ampliação do convênio relativo ao programa Justiça Presente, Toffoli destacou que a medida irá fortalecer estratégias para reduzir a su-



Assinatura de acordos entre CNJ e PNUD Brasil: garantia e efetividade de direitos fundamentais

Gil Ferreira/Agência CNJ

perlotação e superpopulação carcerária no Brasil, a garantia direitos de adolescentes em cumprimento e pós-cumprimento de medidas socioeducativas por meio do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), além de promover a cidadania e os direitos de pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, assim como a implementação nacional do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU).

A representante do PNUD no Brasil Katyna Argueta declarou que a parceria entre a entidade e o CNJ está focada no alcance do Objetivo 16 da Agenda 2030 da ONU. “Trata-se de um objetivo estruturante para avançar nos demais objetivos. Nesse contexto, a parceria com o Judiciário é primordial para fortalecimento das garantias e dos direitos humanos, com o acesso à justiça para todos”, afirmou. Ela apontou que os acordos visam também garantir a dignidade, particularmente, das pessoas privadas de liberdades, bem como os direitos de crianças e adolescentes.

Convênios

O convênio que visa consolidar os LIODS no âmbito do Poder Judiciário e o fortalecer a capacidade do CNJ para produção e gestão de dados em temas relacionados à Agenda 2030 contribui, conforme ava-

lia a conselheira Maria Teresa Uille, para a integração das metas e indicadores da Agenda 2030 e do Poder Judiciário.

O projeto “Justiça Começa na Infância: fortalecendo a atuação do Sistema de Justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral”, do CNJ, vai realizar diagnóstico nacional da situação de atenção às crianças na primeira infância no Sistema de Justiça brasileiro. A pesquisa abrangerá 120 municípios e, para alcançar esse objetivo, o acordo com o PNUD vai fortalecer a capacidade do Conselho para a produção e gestão de dados e pesquisas.

O acordo que promoveu a revisão o Justiça Presente expande as ações já implementadas, amplia o número de escritórios sociais, a identificação biométrica para verificar a identificação de quem ingressa no sistema e implementa o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU). O convênio prevê ainda a implementação de medidas para reduzir a superlotação carcerária, garantir direitos de adolescentes atendidos pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e, ainda, e estimular a cidadania e direitos de pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional. **(JM)**



Luiz Silveira/CNJ

Objetivo é promover as transformações necessárias no sistema penal e socioeducativo do país

20.12.2019

Programa do CNJ na área penal avança com apoio de tribunais

Em 2020, o Justiça Presente continuará trabalhando para fortalecer as ações já iniciadas e para desenvolver novos projetos

Em janeiro de 2019, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) iniciou o programa Justiça Presente com uma proposta ambiciosa: atuar de forma simultânea em problemas históricos do sistema prisional e socioeducativo, promovendo resultados visíveis de curto e médio prazo em soluções adaptadas a cada unidade da federação.

“É animador perceber o potencial de transformação de um trabalho realizado de forma colaborativa, que busca incidir nas causas ao invés de insistir nas mesmas e conhecidas consequências, sofridas de forma ainda mais intensa pelas classes mais vulneráveis. Quando a mais alta corte do país entende que pelo menos 800 mil brasileiros vivem em um estado de coisas que opera à margem da nossa Constituição, não nos resta outro caminho senão agir”, registrou o presidente do CNJ, ministro Dias Toffoli, na apresentação do relatório com as principais entregas do primeiro ano do programa Justiça Presente.

Uma das ações desenvolvidas por meio do programa, a ampliação e melhoria do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) resultou na expansão para 28 tribunais e quase 1 milhão de processos em tramitação. A ferramenta

que centraliza a gestão dos processos de execução penal em todo o país é considerada política de Estado prioritária pela gestão do ministro Dias Toffoli. Com a centralização de processos no SEEU e integração com sistemas complementares, será possível obter dados mais qualificados sobre processos para apoiar juízes e gestores na tomada de decisões.

Outra frente de ação é a garantia de fluxos permanentes de emissão de documentos à população privada de liberdade via identificação biométrica, política judiciária institucionalizada por meio de resolução aprovada nesta semana. O Justiça Presente vai viabilizar a compra de mais de 4 mil kits de coleta biométrica a serem enviados às 27 unidades da federação em 2020. Também foram realizadas 17 missões às unidades da federação para soluções de integração e coleta biométrica de pessoas que já estão em privação de liberdade, mobilizando mais de 110 instituições em todo o país. Houve, ainda, assinatura de acordos com o Tribunal Superior Eleitoral e com a Associação de Registro de Pessoas Naturais para garantir a operacionalidade e eficiência das ações.

Porta de entrada e de saída

O Justiça Presente também trabalha pa-

ra mais racionalidade no uso da prisão, em consonância com a legislação e com normas nacionais e internacionais. Regulamentadas pelo CNJ em 2015 a partir de pactos internacionais internalizados pelo Brasil e de decisões do STF, as audiências de custódia estão sendo fortalecidas em todo o país, com resultados visíveis em 13 unidades da federação. Os avanços foram registrados em áreas como atendimento por equipes psicossociais, melhoria do espaço arquitetônico, redução no uso de algemas, incidência com recorte racial, novos fluxos, insumos aos custodiados, articulação interinstitucional, formação e melhoria na gestão de dados.

O programa ainda incentiva a consolidação de políticas nacionais de alternativas penais e de monitoração eletrônica, apoiando as unidades da federação na liberação de milhões de reais em convênios com o Executivo federal. Também foram iniciadas parcerias para diálogos entre Judiciário e polícias, ações de justiça restaurativa e mutirões carcerários eletrônicos com nova metodologia desenvolvida pelo Justiça Presente e testada recentemente no Espírito Santo.

Estrutura fomentada pelo CNJ desde 2016 para atendimento mais qualificado às pessoas egressas do sistema prisional por meio de gestão compartilhada entre poderes públicos, o Escritório Social foi expandido para seis unidades da federação (RR, PB, AL, PI, RJ e BA) em 2019 e deve ter 15 unidades em funcionamento até março de 2020. A versão virtual do equipamento está sendo viabilizada por meio de parceria com o Fundo de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal e será lançada em 2020.

O programa também tem foco de atenção no sistema de responsabilização de adolescentes autores de ato infracional, o chamado sistema socioeducativo, que atende jovens de 12 a 18 anos (excepcionalmente até os 21 anos). Foram iniciadas ações envolvendo núcleos de atendimento integrado, centrais de vagas, justiça restaurativa, audiências concentradas e melhoria em gestão de dados.

Próximos passos

Em 2020, o Justiça Presente continuará trabalhando para fortalecer as ações já iniciadas e para desenvolver novos projetos com o objetivo de promover as transformações necessárias no sistema penal e socioeducativo do país. O programa também fechou parceria com diversas instituições para a execução das atividades via atuação em rede. **(DZ)**

15.1.2020

Audiência de custódia: reunião para traçar ações de 2020

Luiz Silveira/ Agência CNU



Consultores alocados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nas 27 unidades da federação para fortalecer as audiências de custódia em todo o país participam, em Brasília, de atividades de treinamento, debates e avaliação das atividades realizadas em campo. A ação faz parte do programa Justiça Presente.

Na abertura do encontro, o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (DMF/CNJ), juiz Luís Geraldo Lanfredi, exaltou o trabalho realizado nos seis meses iniciais do projeto. “Muitos desafios foram apresentados nesta ação, que é inovadora na perspectiva de que, pela primeira vez, lidamos com consultores dentro do Judiciário. Com delicadeza e tato, sensibilizando sem afastar, mostraram os senhores que o serviço que o Judiciário presta à sociedade pode sempre melhorar”, destacou. “O CNJ trabalha para dar mais suporte à atuação dos consultores e permitir que todos os senhores possam fazer a diferença e contribuir para o aperfeiçoamento das realidades locais, garantindo uma Justiça mais próxima e efetiva para o cidadão”, concluiu.

Segundo a representante residente assistente do PNUD no Brasil, Maristela Baioni,

o Justiça Presente é um projeto extremamente inovador dentro de um contexto complexo e com prazo de execução exigente, motivando importante compromisso para as entregas e realizações deste ano. “O PNUD Brasil agradece muito a parceria com o UNODC na estratégia para as audiências de custódia, racionalizando a porta de entrada do sistema carcerário brasileiro”, disse.

A nova diretora do UNODC no Brasil, Elena Abbati, destacou o trabalho conjunto entre a instituição e os outros parceiros do Justiça Presente. “No país que conta com a terceira maior população carcerária do mundo, temos nessa conquista uma oportunidade de racionalizar a porta de entrada de um sistema oneroso”, afirmou. “O UNODC reitera o compromisso de parceria com o governo brasileiro e agências da ONU no marco da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável,

que reconhece a importância do Estado de Direito e de um sistema penal efetivo e eficiente. Que os aprendizados resultem em ações eficazes e concretas, consolidando o avanço para garantia de direitos e efetiva execução das audiências de custódia.”

Programação

Coordenador da Unidade de Estado de Direito do UNODC, Nívio Nascimento apresentou a programação da semana, que envolve as quatro ações principais da iniciativa das audiências de custódia – definição de parâmetros e diretrizes, assessoria técnica nas UFS, ações de monitoramento, avaliação e advocacy e a construção de uma Rede de Altos Estudos sobre o tema. Nestes cinco dias de atividades, a equipe nacional e os consultores trarão reflexões sobre os aprendizados da primeira fase do projeto e identificarão novas necessidades, além de construir o planejamento da implementação das estratégias locais.

Ao longo dos dias, os consultores em audiência de custódia terão atividades voltadas para temas como questões raciais nas audiências de custódia e parametrização jurídica do instituto. Proteção social e prevenção e combate à tortura também serão abordados, assim como arquitetura judicial para a realização das audiências. Todos são temas de consultorias especializadas que estão sendo desenvolvidas no âmbito do Justiça Presente. Juntamente aos aspectos técnicos, serão apresentadas experiências locais e que podem ser replicadas em outros Estados.



Veja mais em:
cnj.jus.br/noticias

21.1.2020

Audiências de custódia: encontro discute temas e ações para 2020



Luiz Silveira/CNJ

20.1.2020

Escritório Social Virtual auxiliará pessoas egressas do sistema prisional

Escritório Social Virtual facilitará fluxos de informações, em linguagem simples e direta, sobre a rede de serviços e inserção em políticas públicas

Cerca de 169 mil pessoas deixaram as penitenciárias do país no primeiro semestre de 2017, de acordo com os dados mais recentes do Departamento Penitenciário Nacional (Depen). Quando retornam à vida em liberdade, muitas destas pessoas se encontram desamparadas e em situação de vulnerabilidade, com dificuldades para encontrar oportunidades de trabalho e para acessar políticas públicas básicas que apoiem uma nova trajetória.

É para incidir nesse quadro que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está criando, por meio do programa Justiça Presente, o Escritório Social Virtual, aplicativo que reunirá diversos serviços e informações direcionado a esse público. Desenvolvido em parceria com o Governo do Distrito Federal e a Universidade de Brasília o aplicativo se propõe a facilitar fluxos de informações aos egressos, em linguagem simples e direta, sobre a rede de serviços públicos aos quais podem recorrer para buscar oportunidades e inserção em políticas públicas adequadas como educação, cultura, saúde, trabalho, entre outras.

De acordo com juiz o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do CNJ, Luís Lanfredi, o aplicativo trará ao ambiente virtual parte dos serviços oferecidos nas versões físicas do Escritório Social, política fomentada pelo CNJ. “O aplicativo se propõe a usar a tecnologia para facilitar um atendimento individualizado sobre as necessidades do egresso, considerando que cada pessoa tem uma trajetória de vida própria. Ao mesmo tempo, a ferramenta simplifica a reintegração social, poupando o egresso de estigmas e processos marcados por burocracia e restrições”, avalia.

Funcionalidades e apoio

Uma das vantagens do aplicativo é a possibilidade de apoiar a pessoa egressa enquanto ainda se encontra em cumprimento da pena, considerando a transição do regime fechado para o semiaberto, por exemplo. Nesta fase, o preso obtém o direito de pedir para deixar a prisão sem escolta por determinados períodos. Pela Lei de Execuções Penais (Lei 7.210/84 – LEP),

esse tipo de saída temporária depende de autorização prévia do juiz e só pode ser solicitada para o preso visitar a família, estudar ou participar de atividades que concorram para o retorno ao convívio social.

Mesmo assim, o preso tem de cumprir critérios que serão observados pelo juiz ao avaliar a solicitação de saída temporária, que, quando concedida, estipula determinadas condições. “Quando a gente vai para o regime semiaberto, é complicado sair e ir em uma consulta, ou fazer um exame. A gente não tem liberdade para procurar, não pode procurar um médico. Na prisão (regime fechado) a gente só tinha acesso a um clínico geral”, afirma Leandro Brito, que cumpre pena em regime aberto no Distrito Federal desde abril de 2018. Com o aplicativo na mão, o homem de 39 anos poderia procurar o serviço de que precisa e anotar o local do compromisso médico na solicitação de saída temporária. O aplicativo ainda indicará serviços como albergues públicos, restaurantes populares e unidades hospitalares.

Outro serviço importante que estará em formato digital é a situação processual do usuário. “Muitos presos relataram a sensação de sair ‘perdido’ da prisão, com dificuldades para entender a própria situação processual, por não entender as exigências e o trâmite burocrático para regularização da documentação e reabilitação criminal”, disse Pollyanna Alves, coordenadora adjunta do eixo do programa Justiça Presente responsável pelo projeto. Caso ainda esteja cumprindo pena fora da prisão, em regime de semiliberdade ou aberto, a pessoa egressa saberá quanto tempo de pena ainda tem por cumprir no celular.

Mundo do trabalho

Uma outra frente trabalhada no aplicativo são opções de educação e empregabilidade para o egresso, com reunião de informações sobre rede de ensino, cursos profissionalizantes gratuitos e dicas de atuação no mundo do trabalho. Além do estigma que envolve a passagem pelo sistema prisional, os egressos também enfrentam desafios de colocação profissional resultantes da baixa escolaridade. Metade deles (51,3%) não têm o ensino fundamental, de acordo com os dados mais recentes do Depen, referentes a junho de 2017. Quanto à experiência profissional, a prisão não melhorou as chances de emprego, embora a LEP assegure à população prisional direito ao trabalho. Apenas 17,5% dos 726 mil brasileiros presos tiveram alguma atividade laboral na prisão. Mesmo assim, 57,8% deles não recebiam por isso, ao contrário do estabelecido em lei. (MM)

30.1.2020

CNJ realiza encontro sobre audiências de custódia com magistrados

Durante reunião, juízes dialogaram sobre o significado, alcance, limites referenciais e etapas do processo decisório



Luiz Silveira/Agência CNJ

Magistrados participam de encontro sobre estudo de audiência de custódia

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) reuniu magistrados de todas as regiões do país para um encontro que discutiu parâmetros nacionais para tomada de decisão judicial em audiências de custódia. O fortalecimento do instituto conforme parâmetros internacionais é uma das principais ações do Justiça Presente. Foram convidados magistrados que atuam ou que tenham atuado nas audiências de custódia.

O desenho de parâmetros nacionais foi iniciado a partir dos objetivos e valores indicados na Resolução CNJ n. 213/2015, que dispõe sobre o funcionamento das audiências de custódia no país. Segundo o juiz coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (DMF/CNJ), Luís Geraldo Lanfredi, o apoio técnico para a construção de parâmetros busca ampliar o protagonismo dos magistrados e garantir a independência judicial.

“Esse documento vai suprir uma lacuna que o CNJ tem com o Judiciário desde a regulamentação das audiências de custódia. É função do CNJ proporcionar instrumentos e insumos para que juízes desempenhem suas funções, notadamente atuando perante audiências de custódia, e tenham performance que lhes permita oferecer justiça com qualidade”, afirmou na abertura do evento.

“A gestão do ministro Dias Toffoli no CNJ sempre se mostrou preocupada com a discussão crítica do que se denomina ‘superencarceramento’, mas não apenas na perspectiva quantitativa, senão pela velocidade como vem acontecendo. Esse movimento é compatível e está conectada à lógica do bom e satisfatório funcionamento da Justiça? O Justiça Presente propõe-se a essa investigação, forjando-se em evidências científicas para legar à própria magistratura luzes para que a questão possa ser descober-

ta a partir do conhecimento dos próprios juízes”, completou Lanfredi.

Estudo

O estudo que deu origem à proposta de parametrização foi elaborado pela professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Máira Machado a partir da análise de cerca de duas mil decisões de todas as Unidades da Federação. “Parametrizar é favorecer a consistência das decisões, sem automatização e garantindo, desse modo, a independência judicial”, disse.

Durante o encontro, os magistrados dialogaram sobre o significado, alcance, limites referenciais e etapas do processo decisório. “Estamos tentando reafirmar neste espaço e, de modo claro, fornecer à magistratura de base ferramentas para que possa fazer encaminhamento de liberdade de maneira mais criteriosa e segura, com população percebendo a importância do desencarceramento com qualidade”, afirmou a juíza Andréa Brito, do Tribunal de Justiça do Acre.

O juiz federal Tiago Bologna Dias, do TRF-3, destacou a importância de as iniciativas voltadas às audiências de custódia abordarem a questão de pessoas estrangeiras presas em flagrante. “Foi um workshop muito interessante, por poder trocar experiência com juízes estaduais, podendo comparar o que temos em comum e o que temos em comum”, disse.

De acordo com a juíza Lorena Ocampo, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, o diálogo com magistrados de outras partes do país e com o próprio CNJ é importante para a qualificação da prestação jurisdicional. “Temos um país enorme e com realidades diferentes, então foi importante poder trocar experiências com juízes de outros Estados. É bom, por exemplo, conhecer experiências positivas e, assim, poder aplicar e aprimorar a realização da audiência de custódia.”, finalizou. **(IT)**

SEEU: inovações em migração aceleram expansão no país

Além de apoio em expansão e desenvolvimento, o CNJ já realizou mais de 60 missões para capacitação de equipes locais e intercâmbio com UFs

O Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU), ferramenta disponibilizada gratuitamente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e que centraliza a gestão de processos de execução penal no país, chega nesta semana ao Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) com inovações para otimizar o processo. A partir de ferramentas de migração de dados desenvolvidas pelo Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJMS) e pelo Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), servidores da corte amazonense conseguiram otimizar e acelerar o tempo de implantação do sistema. O SEEU já está presente em 26 tribunais de todo o país, com cerca de 1 milhão de processos em tramitação.

O SEEU é política prioritária da gestão do ministro Dias Toffoli e será a única ferramenta de gestão de processos de execução penal no país ainda em 2020 (Resolução CNJ nº 304/2019). Sua expansão e melhoria vêm sendo promovidas por meio do Justiça Presente. Além de apoio em expansão e desenvolvimento, o CNJ já realizou mais de 60 missões para capacitação de equipes locais e intercâmbio com outros estados.

A migração para o SEEU de dados de outros sistemas – no caso do Amazonas, o e-SAJ – é uma etapa de elevada complexidade, considerando quantidade e tamanho de arquivos que precisam ser transmitidos, o que está por exigir ferramentas que facilitem e ao mesmo tempo agilizem todo o processo. No Amazonas, uma mudança no fluxo de informações dentro do processo reduziu para apenas um dia uma das etapas que costumava levar mais de uma semana. A automatização completa da migração, sem implantação manual das peças e documentos, evitando-se o retrabalho de servidores do Poder Judiciário, é uma vantagem que já se apresenta aos tribunais como São Paulo e Santa Catarina, que dispõem de sistemas de automação semelhantes e possuem um grande volume de processos.

“Eis a demonstração do comprometimento do Judiciário brasileiro para tornar realidade um sistema que está sendo estruturado e aperfeiçoado a cada dia para o devido enfrentamento do estado de coisas inconstitucional em que se encontram nossas prisões. Deixar para trás velhas concepções metodológicas e acreditar que é possível modernizar a gestão da execução penal do país, integrando processos em uma mesma plataforma, está aparecendo no horizonte como algo cada vez mais real e sensível. Honra-se, assim, a confiança de todos os Tribunais no CNJ e se fortalece o comprometimento com uma prestação jurisdicional célere e de qualidade, a benefício direto das mais de 800 mil pessoas privadas de liberdade em todo o país”, afirma o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ), Luís Geraldo Lanfredi.

Melhorias

O juiz da 2ª Vara de Execução Penal do TJMS, Albino Coimbra Neto, vem trabalhando em missões de implantação do SEEU e avalia que o aperfeiçoamento da migração de dados alcançada pelo CNJ é resultado da observação e mitigação de problemas que vão surgindo em todo e qualquer processo de implantação de sistemas eletrônicos. “A cada novo Tribunal, já antevemos as situações que podem acontecer e, assim, também encaminhar as soluções. A expertise acumulada é diária e qualifica todos os dias esse ambicioso projeto a bem da execução penal de todo o país”, diz. O magistrado integra a força-tarefa de implantação no TJAM e elogia o empenho do CNJ em construir uma plataforma nacional. “É uma atividade sem precedente, servidores e juizes de vários estados integram as missões e buscam construir um legado”, completou. Magistrados que participam da implantação pelo país destacam a nova metodologia adotada pelo CNJ, que adapta o processo às realidades locais.



TJAM realiza capacitação para utilização do SEEU

Diretor da área de TI do TJAM, Thiago Franco explica que o contato com outros Estados permite aperfeiçoar os recursos humanos envolvidos nas ações. “Toda vez que um Tribunal dá continuidade no trabalho do migrador e extrator, a ferramenta se aprimora e permite incorporar elementos que facilitam a transferência de dados dos sistemas de origem para o SEEU. Isso torna o trabalho da força-tarefa no momento da implantação muito mais focado na análise em si dos processos, reduzindo a inserção manual de informações”, explica.

No Ceará, onde a ferramenta utilizada pelo Amazonas tomou forma, o trabalho em conjunto e cooperação com outros tribunais também é destacado. “Parceria é um fator condicionante para o sucesso do projeto. Quando unimos esforços e integramos ideias e conhecimentos fica mais fácil superarmos as dificuldades”, avalia Denise Maria Olsen, secretária de Tecnologia da Informação do TJCE. Além do Amazonas, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro também está em processo de implantação do SEEU, migrando processos a partir do PROJUDI, por meio de ferramentas desenvolvidas em parceria com o CNJ. (IT)

20.2.2020

Justiça Restaurativa chegará a 10 tribunais do país

Ação com CDHEP apoiará cortes locais a estruturar núcleos que atendam ao sistema de justiça criminal e ao sistema de justiça juvenil e socioeducativo

Divulgação/TJMT



Iniciativa será desenvolvida nos tribunais de Justiça do Acre, Alagoas, Amapá, Ceará, Paraíba, Piauí, Roraima e Rondônia, assim como no Tribunal Regional Federal da 3ª Região

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) firmou parceria com o Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo (CDHEP) para promover ações de Justiça Restaurativa em 10 tribunais do país ao longo de 2020. A ação irá apoiar as cortes locais a estruturar núcleos restaurativos que atendam ao sistema de justiça criminal e ao sistema de justiça juvenil e socioeducativo, colaborando para a resolução pacífica de conflitos e para a redução da superlotação da população privada de liberdade no Brasil, que hoje ocupa a terceira posição no mundo.

A iniciativa será desenvolvida nos tribunais de Justiça do Acre, Alagoas, Amapá, Ceará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima e Rondônia, assim como no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Mato Grosso do Sul e São Paulo). A escolha das unidades atendeu a critérios objetivos, visando atender aos estados com iniciativas mais incipientes, considerando o grau de desenvolvimento de ações restaurativas em cada local, existência de normativa para guiar os trabalhos, disponibilidade de quadro de pessoal e quantidade de varas de abrangência e respec-

tivas áreas. Os subsídios para a seleção foram fornecidos pelo Mapeamento dos Programas de Justiça Restaurativa, realizado pelo Comitê Gestor de Justiça Restaurativa do CNJ em 2019.

De acordo com o coordenador do Comitê Gestor de Justiça Restaurativa do CNJ, conselheiro Luiz Fernando Keppen, o trabalho do Justiça Presente mostra a priorização que o tema tem no Judiciário. “É com alegria e entusiasmo que, ao assumirmos a coordenação nacional da Justiça Restaurativa no CNJ, noticiamos a organização de curso de capacitação de formadores para operarem junto a tribunais selecionados”, afirmou.

A iniciativa irá constituir e qualificar equipes locais com processos contínuos de formação e colaborar para o fortalecimento de redes parceiras para o desenvolvimento de práticas de Justiça Restaurativa. Também serão promovidos estudos de casos, formação e supervisão de equipes e o acompanhamento dos resultados obtidos, como foco na sensibilização de atores chave como magistrados, promotores e defensores e também na sustentabilidade das ações.

Alternativas

Para o juiz coordenador do DMF/CNJ, Luís Geraldo Lanfredi, a ação representa um novo passo para o enfrentamento do estado de coisas inconstitucional em nossas prisões apontado pelo Supremo Tribunal Federal. “A difusão das práticas de Justiça Restaurativa contribui para a construção de uma sociedade mais pacífica. É bastante claro que a prisão como única forma de responsabilização não tem atendido às expectativas de diminuição da violência e da insegurança. Quando o Poder Judiciário tem a coragem de enveredar por outros caminhos, buscando a raiz dos conflitos e envolvendo positivamente as partes, ele contribui para uma cultura de paz.”

Coordenadora da Unidade de Paz e Governança do PNUD, Moema Freire explica que a Justiça Restaurativa traz como proposta a ressignificação dos processos de realização de justiça, privilegiando o diálogo entre as partes envolvidas no conflito e buscando soluções satisfatórias e mais duradouras. “Há contribuição importante para a construção da pacificação social e de promoção de convivência. No âmbito do Justiça Presente, realizaremos iniciativa inovadora de suporte junto aos Tribunais e acreditamos que os resultados proporcionarão uma nova frente da Justiça Restaurativa no país com as metodologias que serão sistematizadas e testadas.”

A coordenadora de Justiça Restaurativa no CDHEP, Petronella Maria Boonen, destaca o caráter inovador da metodologia ao abarcar casos da justiça criminal e do sistema penal. “As instituições estarão em diálogo com cada Tribunal. Como uma organização da sociedade civil, o desafio é poder partilhar nossa experiência e, assim, fortalecer a atuação dos tribunais.”

A ação desenvolvida pelo programa Justiça Presente também atende à política nacional instituída pelo Comitê Gestor de Justiça Restaurativa do CNJ e pela Resolução nº 225/2016, que apresenta as diretrizes para as ações do Judiciário na área. **(IT)**

21.2.2020

Justiça Presente contribuiu para a melhoria no quadro prisional

Programa supera o discurso histórico de que apenas mais vagas resolverão problemas e inova ao trabalhar eixos estruturantes de forma simultânea

Dados divulgados recentemente pelo governo federal e pelo projeto Monitor da Violência apontam que menos pessoas estão presas, tanto com trânsito em julgado como em sentença provisória. Estes resultados reforçam as ações do programa Justiça Presente. “O programa supera o discurso equivocado e ineficaz de que apenas mais vagas resolverão todos os problemas”, explica o supervisor do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ), conselheiro do CNJ Mário Guerreiro.

O programa é inovador, por “apostar na expansão do Sistema Eletrônico de Execução Unificado, qualificação das audiências de custódia, ampliação de políticas de alternativas penais e monitoração eletrônica e ações de atenção a egressos via Escritórios Sociais”, afirma Guerreiro.

O coordenador do DMF/CNJ, juiz Luís Lanfredi, destaca o esforço do Poder

Judiciário. “Prender é necessário. Mas devemos entender melhor o que significa a prisão enquanto exceção e não regra. Os números já não deixam esconder e evidenciam, por exemplo, o manejo adequado das estratégias de intervenção em audiências de custódia, como opção e forma de se melhorar a performance do juiz penal.”

Por meio do Justiça Presente, atuam 27 consultores que oferecem apoio técnico a juízes nas audiências de custódia e fortalecem redes de atendimento e proteção social. “Os juízes estão podendo perceber melhor o seu trabalho, o seu papel, já que passam a entender as dinâmicas institucionais e interrelacionais com outros órgãos, aperfeiçoando a forma de intervir sobre o conflito penal, que tem muito de social também.”

Lanfredi ainda explica a importância do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), que centraliza e unifica a tramitação de processos de execução penal, to-

talmente automatizado e emitindo alertas sobre prazos e vencimentos. “Estamos buscando maior eficiência na fiscalização, no controle dos expedientes e assegurando uma melhor qualidade na intervenção do juiz durante o processo, garantindo que as pessoas tenham seus direitos reconhecidos no tempo certo.”

Ele aponta também outras iniciativas promovidas pelo programa, como o incentivo ao monitoramento responsável e a políticas de alternativas penais. “Os números são sintomáticos e podemos associá-los, também, ao Justiça Presente, já que as ações nas quais investimos tendem a impactar ‘o como’ e ‘o porquê’ se deve prender, igualmente despertando meios e opções concretas para que egressos não voltem a delinquir.”

Inovação

Para a coordenadora da área de Paz e Governança do PNUD Brasil, Moema Freire, o Justiça Presente inova ao trabalhar eixos estruturantes para o fortalecimento da gestão dos sistemas penal e socioeducativo, assim como das alternativas penais. “Os resultados do primeiro ciclo de implementação do programa já começam a ser registrados e espera-se que este deixe um importante legado para o país, a partir da atuação do Poder Judiciário nessas temáticas.”

O Justiça Presente também trabalha para a qualificação de preenchimento e saneamento de sistemas do CNJ, como o Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei e o Sistema Audiências de Custódia, novas metodologias de mutirão carcerários, ações com polícias e iniciativas de justiça restaurativa.

3.2.2020

No México, CNJ discute direitos humanos e política de drogas

Conselho participou de evento no México para discutir a implementação de diretrizes internacionais sobre direitos humanos e políticas sobre drogas. O diálogo regional é parte da Parceria Global sobre Política de Drogas e Desenvolvimento (GPDPD), que envolve instituições governamentais, sociedade civil e academia, e reuniu representantes de países da América Latina para análise de ações em campos como saúde, desenvolvimento e justiça criminal. O protagonismo do Judiciário no tratamento do tema está sendo fomentado por meio do programa Justiça Presente.



No Maranhão, participantes assistem a evento Jornada da Leitura no Cárcere

14.2.2020

Jornada Leitura no Cárcere reúne 2,5 mil participantes em todo o país

Despertar o interesse e estimular as pessoas em privação de liberdade para a leitura, enfatizando o poder dos livros na redução das penas e a importância da educação para o retorno à sociedade: esses foram os temas debatidos durante a Jornada Nacional da Leitura no Cárcere, evento transmitido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e constituído por palestras assistidas por mais de 2,5 mil pessoas em todos os estados do país. As salas tiveram a presença de magistrados, representantes do Executivo, do Ministério Público e da Defensoria Pública, servidores e outros entusiastas.

3.3.2020



G.Dettmar/Agência CNJ

Ministro Dias Toffoli fala durante a abertura do evento

Toffoli defende conhecimento para debater crise prisional

‘Não há caminho para a superação do estado de coisas inconstitucional senão pela compreensão do caráter estrutural da crise’, diz presidente do CNJ

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, reafirmou respostas “simplistas” a problemas complexos, como a situação do sistema prisional brasileiro. “Não há caminho para a superação do ‘estado de coisas inconstitucional’ do sistema prisional senão pela compreensão do caráter estrutural da crise que enfrentamos. Só seremos capazes de promover mudanças efetivas quando as soluções forem capazes de atacar as raízes dos nossos problemas.”

Toffoli participou da abertura do seminário internacional Judiciário, sistema penal e sistema socioeducativo: questões estruturais e mudanças neces-

sárias, organizado pelo CNJ e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e que está sendo realizado em Brasília. Durante o evento, especialistas brasileiros e estrangeiros debatem a política do aprisionamento e saídas para o modelo punitivo que coloca o Brasil entre os países com mais pessoas presas no mundo.

O ministro comentou os resultados do estudo inédito sobre a reincidência no Brasil, apresentado na cerimônia de abertura. “Partindo das bases de dados do próprio Conselho Nacional de Justiça, o estudo comparou estatísticas do sistema socioeducativo e do sistema prisional, concluindo que

a taxa de reentrada no sistema prisional é bastante superior àquela encontrada no sistema socioeducativo.”

Comparando uma amostra dos processos de 5.544 adolescentes com passagens pelo sistema socioeducativo à de ações penais de 82.063 adultos presos, concluiu-se que 22,9% dos adolescentes com uma sentença condenatória voltam a ser condenados. Entre os adultos, o índice chega a 42,5%. A base de dados usada para os adolescentes foi o Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL) e, para os adultos, o repositório processual chamado de Replicação Nacional – ambos do CNJ. O período analisado foi de 2015 a 2019.

Políticas públicas

Para o corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, Dias Toffoli estabeleceu um conjunto de ações para a área penal durante sua gestão que ganha contornos de política judiciária, ao prever a articulação de diversos órgãos e instituições para o real enfrentamento da questão prisional. Como exemplo, ele cita o Programa Justiça Presente, forte parceria entre o CNJ e os tribunais de todo o país, “no compromisso conjunto da qualificação de suas atividades e da performance de toda a magistratura, da promoção da cidadania e garantia de direitos das pessoas privadas de liberdade, bem como para a qualificação da gestão da informação e melhoria do sistema prisional brasileiro como um todo”.

Para o representante do PNUD, Carlos Arboleda, qualificar as políticas judiciárias é um investimento nas pessoas, na paz e no planeta. Ele sustentou que a “efetiva integração social e econômica” de pessoas que passaram pelo sistema prisional e socioeducativo demanda um novo olhar para as trajetórias delas e constitui um desafio para alcançar novos estágios de desenvolvimento. “Em um mundo sem justiça, não há como acelerar o progresso rumo a patamares cada vez mais elevados de desenvolvimento e alcançar os compromissos da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.”

Experiências como a do Justiça Presente elevam o Brasil a uma posição de destaque no plano da cooperação internacional na área da Justiça, contou o diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), embaixador Ruy Pereira. “As soluções implementadas por iniciativa deste CNJ demonstram a capacidade do país de enfrentar com inteligência e equilíbrio o desafio de promover a garantia de direitos e os elementos básicos do exercício da cidadania para um segmento significativo da população privado de liberdade, creditando o Brasil a se posicionar de forma pró-ativa em debates internacionais sobre o assunto.”

Diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional (Depen/MJSP) – que também é parceiro do programa Justiça Presente –, Fabiano Bordignon reafirmou a parceria com o CNJ e anunciou para um ranking prisional da qualidade dos cerca de 1,5 mil estabelecimentos do sistema carcerário, avaliando gestão, segurança e assistência. “Divulgar dados sobre a qualidade dos serviços penais é uma obrigação que o Depen pretende entregar para a sociedade brasileira neste mês de março e fico feliz de dizer que há mais as unidades com nota A do que aquelas com a pior nota. A partir daí, com o trabalho de todos nós, e da sociedade, vamos melhorar – e estamos melhorando – o sistema prisional brasileiro, e isso é um trabalho de todos.” (MM)



G.Dettmar/Agência CNJ

5.3.20

Para Zaffaroni, prisões superlotadas comprometem segurança pública



Luiz Silveira/Agência CNJ

11.3.20

Justiça Restaurativa é defendida pela ativista Fania Davis

Especialistas debatem como aperfeiçoar justiça juvenil

Compensação penal pode responder a condições das prisões nas Américas

Aspectos subjetivos da atividade judiciária e da pena são temas de seminário

América Latina: Panorama é de superlotação e prisões provisórias



Veja mais em:
cnj.jus.br/noticias

12.3.2020

Centrais de vagas no socioeducativo são fomentadas em webinar

Experiências para o sistema socioeducativo desenvolvidas no Paraná e em Santa Catarina foram apresentadas para 226 participantes de 24 UFs

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou webinar para divulgar a experiência das Centrais de Vagas para o sistema socioeducativo desenvolvidas no Paraná e em Santa Catarina, locais com as experiências mais antigas e estruturadas do país. Por meio da Central de Vagas, busca-se cumprir o princípio lógico de uma pessoa ocupando uma vaga, com sistema de gestão para evitar a superlotação e que atende a critérios objetivos e transparentes e princípios assegurados em normas nacionais e internacionais.

O encontro foi realizado pelo programa Justiça Presente. Devido ao alto interesse dos poderes locais, o webinar teve a participação de 226 pessoas em 24 estados.

O juiz auxiliar da presidência do CNJ que atua no sistema socioeducativo no DMF, Antonio Tavares, explica que a gestão da informação é uma alternativa à utilização da internação, conforme orientação do Supremo Tribunal Federal. No Habeas Corpus (HC) 143988, em 2019, delimitou em 119% a taxa de ocupação em unidades de internação em quatro estados. De acordo com a decisão, o excedente desse percentual deveria ser transferido para outras unidades, não havendo vagas em outras unidades, os adolescentes teriam o direito de serem incluídos em meio aberto, exceto para atos infracionais cometidos mediante grave ameaça ou violência.

Falando do Paraná, o desembargador do Tribunal de Justiça Ruy Muggiati afirmou que o socioeducativo não pode virar um sistema de contenção, a exemplo do que ocorreu no sistema carcerário. “Isso criaria um círculo vicioso, não dando mais condições adequadas aos adolescentes. Precisamos ressaltar o que está disposto na Convenção sobre os Direitos da Criança, garantindo dignidade a elas.”

Experiências

O sistema paranaense foi apresentado pelo responsável pela Central de Vagas no Departamento Geral de Ações

Socioeducativas (Degase), Alison Batista, e o advogado Pedro Giamberardino, que coordenava o órgão na época da implementação, em 2015. Também participou o diretor do Departamento de Administração Socioeducativa (Dease), coronel Davi Pancotti. Eles afirmaram que foi fundamental a articulação conjunta entre os poderes Executivo e Judiciário na construção da normativa que regulamentou a Central de Vagas.

Em Santa Catarina participaram a juíza da Vara da Infância e Juventude de Florianópolis, Brígide Remor de Souza May, e o diretor do Degase estadual, Zeno Augusto Tressoldi. A magistrada destacou a importância de se observar a temporalidade da implementação das medidas socioeducativas, podendo o juízo examinar a condição dos adolescentes na fila para internação, que no estado já está zerada. Também frisou a articulação entre Judiciário e Executivo como essencial para o bom funcionamento do sistema. Em ambas as localidades foram aprovadas Resoluções regulamentando o funcionamento das Centrais de Vagas, além de acompanhamento e fiscalização das filas de espera.

Ampliação

Ao fim do webinar, os representantes do CNJ se dispuseram a auxiliar os estados que tenham interesse em implementar a Central de Vagas. Em cada um, será elaborado Plano de Trabalho adaptado à realidade local e em conjunto com os gestores estaduais, como destaca a coordenadora-adjunta do Eixo socioeducativo do Justiça Presente, Fernanda Givisiez. “O encontro superou as expectativas de participantes, mostrando a força e a importância do tema. Também foi essencial para que magistrados e gestores estaduais conhecessem duas boas práticas que funcionam de forma efetiva, para entendermos a possibilidade de sua implementação em outros estados.”



Webinário organizado pelo programa apresentou experiências de PR e SC

De acordo com Givisiez, a gestão de vagas deve estar vinculada à capacidade de atendimento do sistema, uma vez que a superlotação leva à contenção e não permite a socioeducação. “Isso resulta na deficiência em aspectos pedagógicos da medida socioeducativa. Em um entendimento mais ampliado, podemos dizer que a, longo prazo, atuaria de forma preventiva, evitando a reiteração de atos infracionais, uma vez que o atendimento socioeducativo passa a ser mais efetivo.”(IT)

12.3.2019

Magistrados atualizam dados do CNACL

Em fase de atualização do Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNACL), instituído em 2009 para reunir informações sobre atos infracionais realizados por adolescentes de todo o país, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) passou a emitir janelas de alerta a magistrados destacando a importância de qualificar os dados do sistema. Por meio de um pop-up na tela inicial, recomenda-se aos juízes das Varas da Infância e Juventude que providenciem, imediatamente, a baixa da Guia após extinção da medida socioeducativa. Recomenda, também, revisão de decisões passadas, extinguindo Guias de medidas antigas e que não tenham sido baixadas.

COVID-19: CNJ emite recomendação sobre sistema penal e socioeducativo

Texto diz que manutenção da saúde das pessoas privadas de liberdade é essencial para a garantia da saúde coletiva e da segurança pública

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) emitiu nesta terça-feira (17/3) recomendação a tribunais e magistrados para adoção de medidas preventivas à propagação do novo coronavírus no sistema de justiça penal e socioeducativo (Recomendação CNJ 62/2020). As medidas devem vigorar por 90 dias, com possibilidade de prorrogação. A recomendação foi enviada aos presidentes de tribunais para divulgação aos magistrados.

A recomendação traz orientações ao Judiciário em cinco pontos principais: redução do fluxo de ingresso no sistema prisional e socioeducativo; medidas de prevenção na realização de audiências judiciais nos fóruns; suspensão excepcional da audiência de custódia, mantida a análise de todas as prisões em flagrante realizadas; ação conjunta com os Executivos locais na elaboração de planos de contingência; e suporte aos planos de contingência deliberados pelas administrações penitenciárias dos estados em relação às visitas.

O texto considera que a manutenção da saúde das pessoas privadas de liberdade, especialmente devido à situação de confinamento e superlotação nos presídios brasileiros, é essencial para a garantia da saúde coletiva e da segurança pública. Destaca, ainda, a importância da adoção de medidas para zelar pela saúde dos profissionais que atuam no sistema de justiça penal e socioeducativo enquanto se mantém a continuidade da prestação de Justiça.

Sistema prisional

O texto recomenda a suspensão da realização das audiências de custódia por 90 dias, com a manutenção do controle de prisão pela análise do auto de prisão em flagrante, além de medidas preventivas em outras audiências necessárias. Sugere também a reavaliação de prisões provisórias, especialmente quanto a grupos mais vulneráveis (como mães, portadores de deficiência e indígenas) ou quando o estabelecimento estiver superlotado ou sem atendimento médico. Recomenda, ainda, reavaliação de prisões preventivas com prazo superior a 90 dias ou que resultem de crimes menos graves, além de indicar que novas ordens de prisão devem respeitar 'máxima excepcionalidade'.

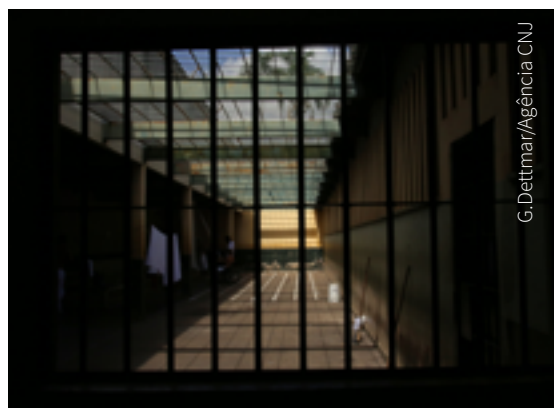
Quanto aos presos que já cumprem pena, o texto sugere que os magistrados avaliem a concessão de saída antecipada nos casos previstos em lei e na jurisprudência, e também a reconsideração do cronograma de saídas temporárias em aderência a planos de contingência elaborados pelo Executivo. Recomenda a opção pela prisão domiciliar aos presos em regime aberto ou semiaberto ou quando houver sintomas da doença, assim como suspensão da obrigatoriedade de apresentação em juízo pelo prazo de 90 dias nos casos aplicáveis.

O texto ainda recomenda que os magistrados zelem pela elaboração e implementação de um plano de contingências pelo Poder Executivo com medidas sobre higiene, triagem e circulação, assim como racionalização da organização das visitas para garantir a saúde dos envolvidos enquanto se mantém o fluxo de abastecimento de itens de necessidades básicas trazidos pelos visitantes, muitas vezes essenciais para a manutenção de padrões mínimos de sobrevivência.

Adolescentes

Em relação aos adolescentes autores de ato infracional, o texto recomenda aos juízes a aplicação preferencial de medidas socioeducativas em meio aberto e a revisão das decisões que determinaram

a internação provisória, especialmente em relação a adolescentes mães, indígenas e portadores de necessidades especiais, adolescentes que estejam em unidades superlotadas ou nas quais não exista equipe de saúde. **(DZ)**



G. Dettmar/Agência CNJ



Veja mais em:
cnj.jus.br/noticias

3.20

Recomendação sobre coronavírus voltada ao sistema prisional é bem recebida

Nações Unidas difundem recomendação do CNJ sobre coronavírus em prisões

Judiciário se mobiliza para prevenir Covid-19 em presídios

CIDH pede que países adotem medidas do CNJ para enfrentar novo coronavírus em prisões

Judiciário destina verbas pecuniárias ao combate da Covid-19

2.4.2020

CNJ atua para fortalecer Centrais de Alternativas Penais

Incidência técnica permitiu a continuidade de convênios para contratação de equipe e estruturação de serviços em Rondônia, Roraima e Sergipe

O fortalecimento da política de alternativas penais junto às unidades da federação, o que inclui a implantação e fortalecimento das Centrais Integradas de Alternativas Penais (CIAP), é uma das apostas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para enfrentar o estado de coisas inconstitucional do sistema penitenciário brasileiro. A incidência técnica junto aos gestores locais, que vem ocorrendo em articulação com o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) por meio do programa Justiça Presente, permitiu a continuidade de convênios para contratação de equipe e estruturação dos serviços em Rondônia, Roraima e Sergipe.

De acordo com o juiz auxiliar da presidência do CNJ com atuação no DMF/CNJ Antonio Carlos Tavares, essas iniciativas concretizam a política de alternativas penais aprovada pelo CNJ por meio da Resolução N° 288 em junho do ano passado, que trata das alternativas penais, com enfoque restaurativo, em substituição à privação de liberdade. “Precisamos incentivar medidas que aplaquem o anseio coletivo pela retribuição à infração à lei penal, e que favoreçam a efetiva ressocialização. É preciso que tenhamos o encarceramento como razão última, quando não houver outra alternativa”, afirma.

Para o assessor técnico de implementação de projetos estaduais do Justiça Presente, André Lima, as reuniões tripartite e orientações técnicas entre CNJ, PNUD e DEPEN e tendo o Poder Executivo Estadual no papel de conveniente permitiu a retomada de instrumentos. “Eles seriam encerrados pela não execução e falta de emissão dos relatórios de execução parcial, entre outras razões. Agora foi possível prorrogar e até suplementar em alguns casos, com a anuência dos órgãos de controle”

A seleção das UFs ocorreu por mapeamento realizado pelas coordenações estaduais do Justiça Presente, que atuam nos 27

estados e identificaram convênios com o Depen que não estavam sendo executados na área de alternativas penais. A partir deste diagnóstico, o Justiça Presente buscou os gestores dos poderes Executivo e Judiciário locais para oferecer insumos técnicos para destravar a execução em questões como elaboração de edital para contratação de equipe, emissão de relatórios e preenchimento de formulários.

Além de permitir a identificação e retomada de convênios, o Justiça Presente também atua na capacitação de equipes. Em março, um seminário on-line com as equipes e os gestores que atuarão nas futuras CIAPs colocou os profissionais em contato com as normativas que regem as alternativas penais, além de definir fluxos de atendimento. Também foi desenvolvido Termo de Referência padrão, em colaboração com o Depen, para contratação, por meio de edital, de Organização da Sociedade Civil (OSC) para gerir as equipes que atuarão nas CIAPs.

Sergipe

Em Sergipe, como explica a coordenadora estadual do Justiça Presente, Isabela Cunha, havia desde 2015 convênio entre a Secretaria de Estado da Justiça, do Trabalho e da Defesa do Consumidor e o Depen para implantação da primeira CIAP do estado. O CNJ atuou junto ao Executivo para iniciar os processos licitatórios para a implantação e apoiou articulação junto ao município de Nossa Senhora do Socorro, vizinho a Aracaju, para a reforma do espaço que sediará o serviço. Também garantiu a presença de núcleo de atendimento da CIAP junto às audiências de custódia da capital e estimulou a criação de comitê gestor. Os recursos destravados foram de cerca de R\$ 2 milhões.

A juíza-corregedora do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE), Brígida Fink, elogia a articulação feita pelo CNJ. “É de extrema

importância a abertura da CIAP, pois que possibilita ao cidadão da cidade de Nossa Senhora do Socorro o acesso a políticas sociais e de assistência que, até então, vinham sendo implementadas pelo esforço dos magistrados que atuavam na área de execução criminal na comarca.”

Roraima

Em Roraima, a articulação junto a atores locais, como a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania (SEJUC) e a Procuradoria Geral do Estado (PGE), foi decisiva para o lançamento de edital de mais de R\$ 1,9 milhão, que permitiu a seleção da equipe que executará as práticas de acompanhamento e fiscalização do cumprimento de alternativas penais na cidade de Boa Vista. O coordenador estadual Gustavo Bernardes afirma que também houve sensibilização dos atores locais para a importância de ter uma equipe de atendimento psicossocial nas audiências de custódia, assim como a cessão de espaço pelo Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR) para abrigar a Central.

O secretário estadual de Justiça e Cidadania, André Fernandes Ferreira, destaca o trabalho conjunto entre Executivo e Judiciário, afirmando que a CIAP será de extrema importância para “acompanhamento e fiscalização das alternativas penais aplicadas, dar suporte às atividades inerentes da implantação da audiência de custódia no Estado, contribuir para o fortalecimento da política de alternativas penais e redução da população carcerária, assim como atuar na prevenção da violência e criminalidade a partir de intervenção em fatores de risco por meio da promoção e proteção social ao público atendido”.

Rondônia

Em Rondônia, foram realizadas reuniões entre equipes do CNJ, da Secretaria de Estado da Justiça de Rondônia e do DEPEN para que as orientações para o destravamento das metas do convênio, no valor de R\$ 1,5 milhão, fossem dadas, o que viabilizou o lançamento do edital e a contratação da OSC para implantação da equipe técnica. Como explica a coordenadora estadual Arine Caçador, também houve incidência na reformulação do plano de trabalho e do Termo de Referência para o chamamento público, na audiência pública para mobilização das organizações da sociedade civil, ocorrida em agosto de 2019, e nas articulações junto ao Executivo e ao Judiciário para as demais deliberações necessárias à implantação da Central, como a definição de imóvel, obrigações e contrapartidas de cada ente envolvido. (IT)



G. Dettmar/Agência CNJ

6.4.2020

Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos apoia recomendação do CNJ

Organização afirma que a medida coincide com recomendações para adoção de medidas para proteger saúde e segurança de pessoas em privação de liberdade

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) emitiu carta de apoio e reconhecimento ao presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Dias Toffoli, pela aprovação de recomendação sobre medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. A Recomendação 62/2020 foi aprovada no dia 17 de março, pouco depois da declaração da pandemia mundial, e está sendo saudada por diversas entidades técnicas nacionais e internacionais como boa prática, com destaque ao pioneirismo do Judiciário brasileiro no enfrentamento da questão.

Em carta assinada pelo representante regional para América do Sul, Jan Jarab, a organização afirma que a medida adotada pelo CNJ “coincide com as recomendações emanadas pelo Subcomitê da ONU de Prevenção a Tortura e responde ao chamado da Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos, Sra. Michelle Bachelet, para a adoção de medidas urgentes para proteger a saúde e segurança das pessoas em privação de liberdade como parte dos esforços para responder a pandemia do COVID-19”.

O representante do ACNUDH ainda afirma que a aprovação da Recomendação 62 é um ato de grande importância para a garantia dos direitos humanos das pessoas privadas de liberdade no Brasil no

contexto da emergência da pandemia do COVID-19. “Consideramos que a implementação das recomendações constantes da Resolução nº 62 não somente contribuirá para reduzir os riscos de contágio pelo vírus Covid-19, mas também para melhorar as condições dos sistemas prisional e socioeducativo no Brasil.”

Apoio

Desde que foi editada, a Recomendação 62/2020 do CNJ já recebeu inúmeras manifestações de apoio de especialistas, entidades técnicas e organizações da sociedade civil e não governamentais, que destacam o acerto das medidas considerado o quadro de pandemia e a necessidade de medidas urgentes para a realidade brasileira.

Quando a recomendação foi aprovada pelo plenário do CNJ, o presidente Dias Toffoli pontuou que a medida atende à urgência e atipicidade da situação. “Estamos diante de uma pandemia com efeitos ainda desconhecidos. Mas não há dúvidas quanto à urgência de medidas imediatas e de natureza preventiva para os sistemas prisional e socioeducativo, considerando o potencial de contaminação em situação de confinamento de pessoas que se encontram sob a tutela do Estado. É imperativo que o Judiciário não se omita e adote uma resposta rápida e uniforme, evitando danos irreparáveis.” (DZ)

6.4.2020

Coronavírus: Documento orienta uso de monitoração eletrônica

Diretrizes foram elaboradas a partir da Recomendação CNJ 62/2020 e pretendem facilitar o trabalho de magistrados na análise dos casos. As orientações técnicas trazem diretrizes sobre avaliação das condições individuais da pessoa monitorada pelo juiz e das condições sistêmicas para aplicação da medida, assim como orientações para o acompanhamento da medida pelas Centrais de Monitoração Eletrônica e o seu uso nos planos de contingência da Covid-19.

24.4.2020

CNJ e CNMP cobram uso correto do Funpen para conter pandemia do novo coronavírus

Assinada pelo presidente do CNJ, ministro Dias Toffoli, e pelo procurador-geral da República e presidente do CNMP, Augusto Aras, a nota destaca as dificuldades encontradas pelo Judiciário e pelo Ministério Público no monitoramento da doença e entende como indispensável o uso da verba federal para aquisição de material de limpeza, disponibilização de itens de higiene pessoal e equipamentos de proteção individual e reforço no fornecimento de alimentação e outros insumos básicos e itens de saúde. Ainda é ressaltada a importância da aplicação de recursos para Centrais Integradas de Alternativas Penais e serviços de atendimento de pessoas egressas, a exemplo dos Escritórios Sociais.

7.5.2020

Visitas virtuais amenizam impacto de fechamento de presídios



CNJ e Humanitas360 realizam a consolidação de visitas sociais virtuais em projeto iniciado no Maranhão

Com a pandemia do novo coronavírus, as cerca de 1 milhão de visitas mensais a detentos foram proibidas nos presídios. E, para suavizar o impacto do fechamento total das prisões, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a organização sem fins lucrativos Instituto Humanitas 360 realizam a consolidação de visitas sociais virtuais.

O projeto iniciou no Maranhão e a ideia é as visitas sociais virtuais sejam expandidas para todo o país e mantidas como política pública, mesmo ao término da pandemia. A solução virtual apoia, por exemplo, visitas de familiares que moram longe, reforçando vínculos para a volta à sociedade após o cumprimento da pena.

Para desenvolver o projeto no estado, o CNJ forneceu apoio técnico ao Instituto Humanitas 360 para a doação de 55 notebooks, que foram distribuídos por 39 unidades prisionais maranhenses. Países como Canadá, Estados Unidos e Colômbia já realizam visitas sociais virtuais e, devido ao contexto da pandemia, a solução também vem sendo adotada em outros países, como Austrália e Irlanda.

As chamadas acontecem por vídeo com visitantes previamente cadastrados e obedecem a regras estabelecidas pela administração penitenciária, como vestimentas adequadas e o número de visitantes por chamada. Elas devem durar 40 minutos para cada pessoa. No início das visitas, é exibido um vídeo gravado pela cantora maranhense Alcione, madrinha do projeto, apresentando os cuidados que as pessoas privadas de liberdade devem tomar para evitar contaminações nos presídios. O projeto também trabalha com as próprias famílias para atender situações de vulnerabilidade.

Ampliação

O projeto permite a doação de aparelhos para as chamadas de vídeo, como tablets e computadores. Após a pandemia, os aparelhos poderão ser usados para assegurar a visita social virtual a grupos específicos, como populações migrantes e pessoas que cumprem pena em municípios distante de suas origens.

O juiz coordenador do DMF/CNJ, Luís Geraldo Lanfredi, destaca a importância de não suprimir o contato entre pessoas

privadas de liberdade com o mundo externo. “A pandemia da Covid-19 acabou acelerando uma política que já se via como necessária, pois o contato do apenado com o mundo externo atende ao próprio interesse social para que essas pessoas recomecem uma nova vida depois do cárcere. Em tempos de coronavírus, com as visitas suspensas em 100% do país, o contato virtual é ainda mais relevante e urgente.”

De acordo com o supervisor do DMF/CNJ, conselheiro Mário Guerreiro, o Conselho trabalha pela sistematização dessa prática e vai aprovar uma Resolução para esse fim. “Essa é uma iniciativa cuja ambição do CNJ e do Instituto Humanitas 360 vai muito além do alcance das visitas sociais, dispondo-se a aprimorar e fortalecer a assistência jurídica, sanitária e educacional nos presídios.”

Para a presidente do Instituto, Patrícia Villela Marino, viabilizar a comunicação familiar é fundamental em tempos de grande tensão e muitas incertezas, “não só sob a perspectiva humanitária, mas também sob o ponto de vista, importantíssimo, de clima organizacional dentro do sistema na proteção ao policial penitenciário, servidor público altamente desprovido de medidas protetivas e de salubridade”.

Dinâmica

O projeto é estruturado com apoio técnico do Justiça Presente, No eixo de cidadania e garantia de direitos para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema (Eixo 3). Uma das principais preocupações no projeto Visitas Sociais Virtuais é a segurança dos dados e da comunicação entre as pessoas privadas de liberdade e seus familiares, que devem estar regidas pela Lei Geral de Proteção de Dados. Todas as conversas acontecem em salas ambientadas para as visitas virtuais, garantindo, ao mesmo tempo, a segurança da unidade prisional e a privacidade dos usuários. **(IT)**

13.5.2020

Ações apoiam Judiciário a enfrentar Covid-19 em prisões e no socioeducativo

Ações do CNJ partem da premissa de que somente ações técnicas embasadas em evidências poderão levar o Poder Público a dar respostas precisas ao tamanho do desafio

Luiz Silveira/Agência CNJ



Para evitar contaminação em massa do novo coronavírus no sistema prisional e socioeducativo, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vem apoiando o Judiciário a responder a novos desafios. As ações são guiadas pela Recomendação 62/2020, reconhecida pela comunidade internacional ao incentivar medidas práticas para proteger tanto os profissionais que atuam na área quanto as pessoas privadas de liberdade.

Como explica o juiz coordenador do DMF/CNJ, Luís Geraldo Lanfredi, somente ações técnicas embasadas em evidências poderão levar o Poder Público a dar respostas precisas ao tamanho do desafio. “A possibilidade de infecções em massa dentro das unidades de privação de liberdade, situação que estamos observando com preocupação nas últimas semanas, viola a premissa de o Judiciário garantir que as penas serão cumpridas na medida da sentença. Não há responsabilização

possível quando o Estado não provê condições mínimas”, diz.

O CNJ vem atuando em todas as unidades da federação para apoiar o poder público local na adoção de medidas necessárias a partir das propostas da Recomendação 62/2020, como a criação de comitês de acompanhamento com ampla participação do poder público e da sociedade civil, assim como o trabalho para facilitar a criação e implementação de planos de contingência.

Em relação à porta de entrada, os consultores do Justiça Presente prestam apoio técnico a magistrados para oferecer mais elementos para análise dos atos de prisão em flagrante encaminhados pelas polícias. Além disso, foram sugeridos fluxos para garantir a saúde do custodiado e proteção contra possíveis atos de tortura ou maus-tratos e fluxos de proteção social. Também foram emitidas orientações técnicas sobre uso de monitoração eletrônica, alternativas

penais e suplementação de convênios.

No campo da tecnologia, foram criados dois novos filtros no Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) sobre grupos de risco para geração de relatórios que podem auxiliar na análise dos processos durante a pandemia. Outra novidade é a consulta de qualquer classe processual, permitindo a busca de todos os processos cadastrados no sistema. O objetivo é garantir a autonomia dos Tribunais que já utilizam o SEEU em uma melhor análise dos casos, por meio de relatórios detalhados.

Também está em desenvolvimento a autenticação em dois fatores, para que magistrados possam assinar as peças em análise de forma mais ágil – e ainda segura – durante o teletrabalho. As forças-tarefa que atuavam na implantação do SEEU tiveram que ser interrompidas durante a pandemia, mas o trabalho continua de forma remota.

CNJ tem buscado interlocução com parceiros locais para manutenção dos atendimentos dos Escritórios Sociais. Junto aos Tribunais de Justiça e aos órgãos gestores da administração penitenciária, o CNJ busca acompanhar os casos de soltura decorrentes da Recomendação CNJ n. 62/2020, para que sejam encaminhados aos Escritórios Sociais.

Também dialoga com o Judiciário acerca da concessão de remição para pessoas privadas de liberdade que tiveram suas atividades laborais e educacionais suspensas, uma vez que a suspensão das atividades decorre de motivo de força maior. Trabalha, ainda, para evitar situações de violação e descumprimento de orientações sanitárias, com especial atenção para os ambientes de isolamento das unidades de privação de liberdade.

Em relação ao sistema socioeducativo, foi expedida nota sobre audiências de apresentação em complemento à Recomendação 62, orientando para que as audiências de adolescentes privados provisoriamente de liberdade continuem a ser realizadas presencialmente quando viável. **(IT)**



Veja mais em:
cnjus.br/noticias

6.5.20

CNJ atua para enfrentar Covid-19 na entrada do sistema carcerário

14.5.2020

Organismos da ONU destacam papel do Judiciário contra Covid-19 em prisões

Encontros reuniram 600 participantes para discutir ações voltadas a um posicionamento uniforme do Judiciário diante do desafio do coronavírus



Gil Ferreira/Agência CNJ

O papel do Judiciário para evitar contaminações em massa do novo coronavírus no sistema prisional e no socioeducativo foi destacado por organismos das Nações Unidas em uma série de reuniões virtuais promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Os encontros reuniram cerca de 600 participantes, incluindo magistrados de tribunais de todo o país, para discutir ações voltadas a um posicionamento uniforme do Judiciário diante do desafio do novo coronavírus no contexto de privação de liberdade.

“Dada a gravidade do momento, o CNJ está trabalhando de forma alinhada com os tribunais dentro das melhores práticas consensuadas na comunidade

internacional”, pontuou o supervisor do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ), conselheiro Mário Guerreiro. Para o coordenador do DMF, juiz Luís Geraldo Lanfredi, o diálogo de alto nível com organismos internacionais é mais uma ferramenta para reforçar o compromisso do Judiciário com a proteção de direitos básicos, observando as situações específicas da Covid-19 nos espaços de confinamento.

Parceiro do CNJ na implementação do programa Justiça Presente desde janeiro de 2019, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

(PNUD) abordou o impacto da Covid-19 nos níveis de desenvolvimento social e econômico dos países, destacando o protagonismo da Justiça na resposta à pandemia e na mitigação de seus piores efeitos. “O Poder Judiciário tem papel importante na agenda de progresso e de desenvolvimento. O país deve olhar para as populações mais vulneráveis, inclusive aquela sob custódia do Estado”, disse a coordenadora da Unidade de Paz e Governança do PNUD Brasil, Moema Freire.

Ao recordar o lema “Não deixar ninguém para trás”, a oficial do PNUD destacou a importância da atuação preventiva e protetiva nos sistemas carcerário e socioeducativo durante a crise, priorizando o foco nas pessoas, o compromisso com a prevenção de novas exclusões de grupos mais vulneráveis e a observância de compromissos de direitos humanos, incluindo acesso a saúde e proteção social. Ela também elencou como essenciais a inovação, a proteção do público-alvo e dos servidores e a preparação para futuras fases da doença.

O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), que atua no Justiça Presente nas ações sobre audiências de custódia, destacou as adaptações nas atividades durante a pandemia para qualificar a porta de entrada do sistema prisional. Entre as medidas que foram adotadas considerando a suspensão de audiências de custódia em todo o país, estão o fluxo junto aos magistrados para análise qualificada do Autos de Prisão em Flagrante (APF) e o formulário sobre fatores de risco para a doença, a ser preenchido pelas autoridades policiais após prisões em flagrante.

O UNODC também ressaltou que “a prevenção e o controle da Covid-19 nas

prisões devem observar os tratados internacionais, notadamente as Regras Mínimas da ONU para o Tratamento de Presos, conhecidas como Regras de Mandela, e todos os esforços alinhados com a Recomendação n. 62/2020 do CNJ são importantes”, disse o coordenador da Unidade de Estado de Direito do UNODC, Nívio Nascimento.

Saúde e direitos básicos

A Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) lembraram da situação de vulnerabilidade das pessoas privadas de liberdade para introdução de doenças transmissíveis, como Covid-19, uma vez que habitualmente se encontram em situação de aglomeração. “A ausência de medidas de controle de infecção no sistema prisional pode representar um risco elevado para a saúde dos indivíduos privados de liberdade e dos funcionários do sistema, além de poderem impactar na saúde da comunidade como um todo”, informou o médico infectologista Victor Bertollo. Em apresentação conjunta com a consultora em direitos humanos Akemi Kamimura, foram indicadas medidas técnicas para a proteção de servidores e pessoas privadas de liberdade.

Outro ponto-chave para o combate à pandemia intramuros, segundo as organizações, é o repasse de informações de autocuidado e medidas para evitar a estigmatização de pessoas com Covid-19. Na estratégia para saúde mental, é importante garantir contato com familiares, mesmo que de forma eletrônica, já que na maioria dos estados estão suspensas as visitas.

Quarta agência a participar dos diálogos com juízes e desembargadores de todo o país, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) destacou a garantia de direitos no contexto da pande-

mia. “Essa pandemia nos mostra que ninguém é independente dos outros, estamos todos interligados, e mesmo as pessoas privadas de liberdade podem ter papel fundamental na limitação da pandemia”, afirmou, de Genebra, o secretário do Subcomitê da ONU para a Prevenção da Tortura, João Nassaf, acompanhado do oficial de Direitos Humanos Andrés Perez e da assessora de Direitos Humanos Angela Pires Terto.

Para a ACNUDH, o poder público – inclusive o Judiciário – deve fazer avaliação de riscos para identificar os mais vulneráveis dentro do sistema, além de adotar medidas para reduzir a populações carcerárias, em particular os presos que ainda não foram condenados e se enquadram no preceito da presunção de inocência. A entidade ainda destacou o papel do Judiciário para coibir tortura e maus-tratos no contexto de privação de liberdade, evitar mais danos que os causados pela pandemia, e garantir um isolamento que não signifique a violação de condições dignas e humanas, como o isolamento em solitárias.

O objetivo dos encontros regionais foi discutir ações coordenadas para um posicionamento efetivo e uniforme do Judiciário diante do desafio do novo coronavírus, incluindo o fortalecimento dos fluxos de coleta de informação no Judiciário para o acompanhamento e fiscalização de medidas e monitoramento de casos da Covid-19 no sistema prisional. (IT)



Veja mais em:
cnj.jus.br/noticias

18.5.20

Judiciário vai monitorar casos de Covid-19 no sistema prisional e socioeducativo

21.5.2020

CNJ orienta inspeções em locais de privação de liberdade

As recomendações trazem critérios para seleção dos estabelecimentos e como deve se dar sua preparação para as inspeções durante a pandemia de Covid-19, além da periodicidade e procedimentos. A padronização de medidas de monitoramento e fiscalização pelo Judiciário são ainda mais relevantes devido ao fechamento das unidades de privação de liberdade em todo o país desde meados de março, restringindo fluxo de informações sobre a real situação intramuros.

4.5.2020

Novo coronavírus: CNJ emite orientações sobre alternativas penais

O Conselho Nacional de Justiça publicou orientações técnicas aos Tribunais de Justiça e aos governos estaduais sobre as alternativas penais no contexto da Covid-19. O documento aponta caminhos para a redução da contaminação em massa nos presídios por meio de alternativas ao encarceramento. O documento leva em consideração os procedimentos já aplicados pelas Cortes nas unidades da federação, buscando, assim, a uniformização da resposta do Judiciário. As orientações são voltadas aos magistrados e aos serviços de acompanhamento de alternativas penais e de atendimento à pessoa custodiada.

14.5.2020

CNJ atua por verbas para monitoração e alternativas penais

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está oferecendo auxílio técnico, com atuação junto ao Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e a governos estaduais, para a suplementação de convênios federais para políticas de monitoração eletrônica e de alternativas penais durante a pandemia da Covid-19. O fortalecimento dessas medidas tem impacto direto para evitar a contaminação em massa no sistema prisional. Com esse propósito, o CNJ elaborou nota para auxiliar os pedidos das unidades da federação junto ao governo federal, além de articular a prorrogação do prazo para solicitação da suplementação.

5.6.2020

Criação de funcionalidades no SEEU adequa sistema a novos contextos

Atualizações buscam atender melhorias sugeridas pela experiência dos usuários e novas necessidades surgidas a partir de mudanças no contexto nacional

Novas funcionalidades agregadas no Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) prometem trazer agilidade para a execução penal e auxiliar magistrados e servidores de todo o país no manejo da plataforma. As atualizações promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) buscam não apenas atender melhorias sugeridas pela experiência dos usuários, como também novas necessidades em mudanças no contexto nacional, como a aprovação da Lei 13964/2019 (o chamado Pacote Anticrime) e a pandemia do novo coronavírus. A adesão ao SEEU como única plataforma eletrônica de execução penal no país se tornou obrigatória com a Resolução CNJ 280/2019.

O desenvolvimento de novas funcionalidades ocorre sob supervisão dos Departamentos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (DMF) e de Tecnologia da Informação (DTI) do CNJ com auxílio técnico do Justiça Presente.

Desde o início da pandemia do novo coronavírus, as equipes técnicas atuam na criação de funcionalida-

des no sistema capaz de responder tempestivamente à geração de relatórios sobre grupos de risco que podem auxiliar magistrados na análise dos processos durante a pandemia. Outra novidade é a consulta de qualquer classe processual, permitindo a busca de todos os processos já cadastrados. Também já está em funcionamento a autenticação em dois fatores, para que magistrados possam assinar as peças em análise de forma mais ágil e segura, especialmente nesse período de teletrabalho.

A aprovação do Pacote Anticrime no final de 2019 também gerou adequações nas estruturas de tipificações penais, frações de pena e desmembramentos, adequações na Calculadora de Execução Penal e na interface do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI), além da criação de novas funcionalidades e substituição do fluxo de controle para execução de pena de multa. Técnicos ainda trabalham em novas funcionalidades e adequações para o processo de não persecução penal, novidade trazida pela lei.

Essencial para a consolidação nacional da ferramenta, a construção de migradores entre sistemas também é uma preocupação do CNJ para melhorar a eficiência da implantação do SEEU, particularmente no sentido de melhor adequação e customização à realidade e contexto de cada Tribunal do país.

Recentemente, o aporte de mais de 90 mil processos do Projudi no Rio de Janeiro, sistema utilizado pelo tribunal fluminense, para o SEEU ocorreu por meio desse tipo de solução. O mesmo ocorre, neste momento, em relação TJPR, com a previsão de migração de mais de 120 mil processos até o final deste mês.

Também foi desenvolvido migrador para processos do SAJ, plataforma utilizada por diversos tribunais no país. O esforço conjunto teve início no Mato Grosso do Sul e foi levado para Acre, Alagoas, Amazonas e Ceará. No Mato Grosso do Sul, também houve migração automatizada complementar para incidentes e eventos de mais de 13 mil processos.



Parceria e integração

A criação de novas funcionalidades do SEEU ainda envolve o trabalho conjunto com outras instituições. O Conselho da Justiça Federal, por exemplo, solicitou tokens de assinatura de documentos, bem como um módulo específico para Corregedorias atuarem no SEEU. A ideia é que a tecnologia possa ser utilizada em outros sistemas a partir da adaptação do código, facilitando a autenticação de documentos e conferindo maior agilidade no trabalho com o sistema.

Também foram integrados ao SEEU sistemas utilizados por Ministério Público e Defensoria Pública de diversas unidades da Federação, além de funcionalidades para utilização pela advocacia. A versão 5.11 do sistema será lançada em breve e já contará com essas e outras novidades importantes, como a adequação do Sistema ao Pacote Anticrime e aos Acordos de Não Persecução Penal.

Está em desenvolvimento, ainda, a integração do SEEU com outras bases de dados do CNJ, garantindo novas funcionalidades. Com o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0), por exemplo, o processo já está na quarta fase, avançando na integração de mandados, alvarás e outros documentos.

Há também preocupação com os sistemas da fase de conhecimento, com a construção de interface para envio automático das informações do processo para o SEEU – Rio de Janeiro já

usa esta integração, enquanto Sergipe e Paraná estão na fase de testes. Outra novidade prevista é a construção de módulos dentro do sistema para alternativas penais e monitoração eletrônica.

Como explica o juiz auxiliar do DMF/CNJ Carlos Gustavo Direito, o trabalho colaborativo é um dos maiores ganhos do SEEU. “Se antes tínhamos sete sistemas de execução penal no país que não conversavam entre si, além das pilhas de processos em papel, hoje recebemos o retorno de vários tribunais sobre os ganhos visíveis com a adesão um sistema nacional fortalecido. Estamos trabalhando não só para que essa política permanente chegue aos estados, mas para que o SEEU atenda ao padrão de exigência dos usuários locais e tenha sua governança fortalecida”, pontua. **(IT)**



TJAM

Veja mais em:
cnj.jus.br/noticias



8.6.20
Forças-tarefa do CNJ apoiam implantação remota do SEEU em todo o país

23.6.20

CNJ atualiza SEEU com novos dispositivos do Pacote Anticrime

2.6.2020

Covid-19: participação social em privação de liberdade foi tema de debate

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) promoveu encontro virtual com conselhos da comunidade e associações de egressos prisionais e familiares de pessoas presas para discutir estratégias de participação e controle social em estabelecimentos prisionais no contexto da pandemia do novo coronavírus. Cerca de 140 pessoas das 27 unidades da federação, entre representantes de tribunais, associações, conselhos da comunidade, Ministério Público e Defensorias Públicas, se reuniram para discutir orientações, apresentar demandas e propor formas de participação da sociedade civil na assistência às pessoas privadas de liberdade e fiscalização das condições de prevenção e tratamento da Covid-19 no sistema prisional.

3.7.2020

Projeto de justiça restaurativa avança na construção de redes em 10 estados

Foram realizados mais de 15 encontros on-line com magistrados e servidores participantes para um mapeamento detalhado de práticas, projetos e iniciativas já existentes

Após selecionar 10 tribunais para apoiar a estruturação de núcleos de Justiça Restaurativa, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) iniciou as ações de estruturação de serviços e redes com as equipes locais. Em maio, foram realizados mais de 15 encontros on-line com magistrados e servidores participantes para um mapeamento detalhado de práticas, projetos e iniciativas já existentes sobre a temática nos estados e para a construção e o fortalecimento de redes locais, que auxiliarão no desenvolvimento das atividades.

Participam do projeto Rede Justiça Restaurativa os tribunais do Acre, Alagoas, Amapá, Ceará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima e Rondônia, assim como o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Mato Grosso do Sul e São Paulo). A ação irá apoiar as cortes locais a estruturar núcleos restaurativos que atendam ao sistema de justiça criminal e ao sistema de justiça juvenil e socioeducativo, colaborando para a resolução pacífica de conflitos.

O coordenador do Comitê Gestor Nacional da Justiça Restaurativa,

conselheiro Luiz Fernando Tomasi Keppen, destacou o esforço das equipes envolvidas para dar seguimento ao projeto. “No cenário atual, com a pandemia de coronavírus, tivemos que reorientar algumas ações. Mas o empenho dos gestores permitiu que os 10 tribunais escolhidos passassem a ser acompanhados no desenvolvimento da política restaurativa.”

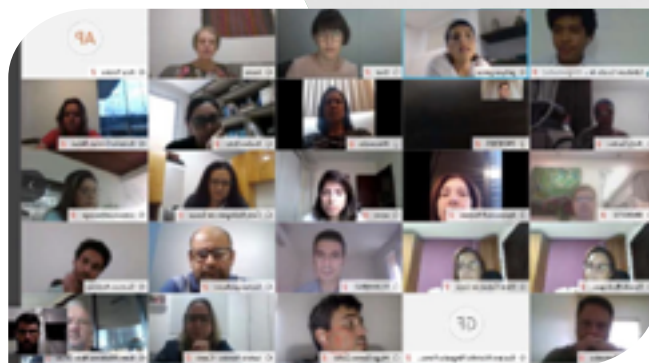
“O avanço do projeto e o envolvimento dos tribunais a despeito do contexto de pandemia mostram como há uma demanda importante para ampliação da justiça restaurativa no país que atenda tanto a justiça criminal quanto o sistema socioeducativo. Há uma política nacional gerida pelo comitê do CNJ e que prevê a implementação de núcleos em todas os estados. O projeto Rede Justiça restaurativa está de acordo com a política nacional e é facilitador para seu desenvolvimento”, avalia o juiz auxiliar do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) Antônio Tavares.

O projeto tem auxílio técnico do programa Justiça Presente. Em fevereiro, o CNJ firmou parceria com o Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo (CDHEP) para promover as ações de justiça restaurativa.

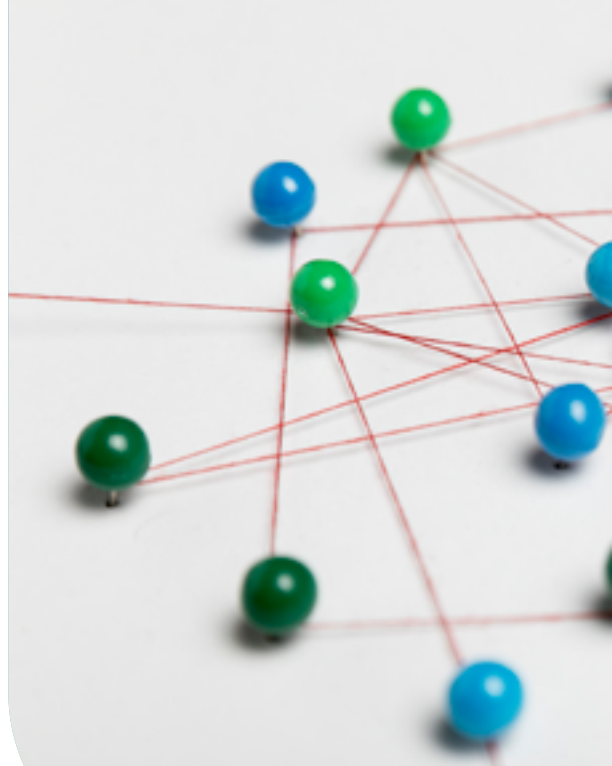
Adaptação

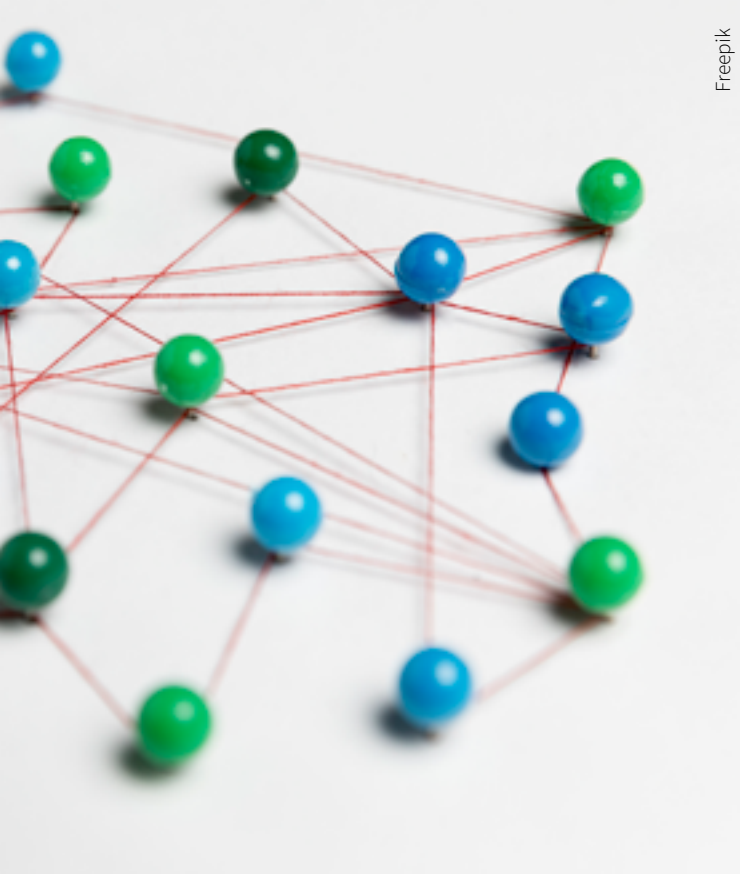
Por conta da pandemia de Covid-19, o projeto foi adequado, com a substituição das capacitações presenciais pelo levantamento de redes e reuniões on-line com cerca de 80 pessoas de 10 unidades da federação, com encontros específicos para magistrados. Servidores foram divididos em núcleos, para facilitar a troca de informações. Também houve encontros gerais, com todos os participantes.

A estruturação da Rede Justiça Restaurativa leva em consideração aspectos como o mapeamento de atores institucionais, o delineamento de almejos de justiça restaurativa de acordo com os contextos locais, a articulação de redes comunitárias e atores da sociedade civil e a sensibilização e formação de funcionários dos sistemas de justiça, entre outros pontos.



Reprodução





O CDHEP elaborou uma série de documentos que auxiliarão na análise dos levantamentos e na construção da rede, além de realizar pesquisa junto a órgãos e entidades como Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil, além de universidades e projetos comunitários.

A escolha das unidades atendeu a critérios objetivos, como o grau de desenvolvimento de ações restaurativas em cada local, existência de normativa para guiar os trabalhos, disponibilidade de quadro de pessoal e quantidade de varas de abrangência e respectivas áreas. Os subsídios para a seleção foram fornecidos pelo Mapeamento dos Programas de Justiça Restaurativa, realizado pelo Comitê Gestor de Justiça Restaurativa do CNJ em 2019.

A juíza federal Katia Herminia Martins Lazarano Roncada, do TRF-3, elogiou a iniciativa do CNJ para a troca de experiências entre os estados. “Essas rodadas iniciais para levantamento de práticas e formação de rede já permitiu, em primeiro lugar, o estabelecimento de um vínculo entre os juízes participantes, que tiveram a oportunidade de partilhar as conquistas, as boas-práticas já alcançadas, mas também dividir as necessidades para o fortalecimento da atuação.”

A juíza ainda avalia como fundamental o engajamento dos magistrados para a readequação de papéis. “Antes o juiz era alguém que dava a última palavra e, agora, um partícipe no contexto de facilitar para que haja um encontro trans-

formador, em que as necessidades das pessoas envolvidas no conflito sejam efetivamente vistas, permitindo a participação, o empoderamento e o reconhecimento da corresponsabilidade, de modo a construir relações mais saudáveis e acolhedoras.”

A iniciativa também promoverá estudos de casos, formação e supervisão de equipes e o acompanhamento dos resultados obtidos, como foco na sensibilização de atores chave como magistrados, promotores e defensores e também na sustentabilidade das ações. Como explica a coordenadora do Eixo que atua com justiça restaurativa no programa, Fabiana Leite, o mapeamento de práticas e a construção de rede são essenciais para o sucesso do projeto.

“A justiça restaurativa trabalha o conflito em dimensão holística, convidando todos os atores para conseguir agir no contexto da violência”, diz. “Um recorte fundamental do projeto Rede Justiça restaurativa é atuar na

justiça criminal. O grande desafio é trazer resultados na reversão de processos de criminalização e no encarceramento de pessoas.”

A coordenadora de Justiça Restaurativa no CDHEP, Petronella Maria Boonen, destaca a amplitude que o projeto ganha com a formação das redes. “Quanto mais ampla a abordagem restaurativa, mais amplos serão os resultados. “Uma vez construída e estabelecida a rede, isso vai se refletir na diminuição de reincidência e no trato de injustiças estruturais, que produzem mais violência.”

A atuação do projeto Rede Justiça Restaurativa envolverá metodologias diversas, tais como a Conferência Restaurativa Vítima-Ofensor-Comunidade, mais conhecida como VOC, assim como Processos Circulares de Construção de Paz e Conferência de Grupo Familiar. Em comum, todas envolvem a participação da vítima e do ofensor, assim como as famílias dos envolvidos e outros membros da comunidade. (IT)

2.7.2020

CNJ publica orientações para políticas de cidadania na privação de liberdade

O texto busca dar subsídio para estratégias de retomada de assistências nos locais de privação de liberdade, com medidas alternativas e condições para o retorno à execução de políticas de cidadania em prisões. As diretrizes abordam as políticas de cidadania que devem ser garantidas, por lei, à população privada de liberdade, como educação, cultura, trabalho, assistência social e de saúde, além de assistências religiosa, material e jurídica.

10.7.2020

CNJ regula videoconferência na área penal com veto em audiência de custódia

Em seu voto, o presidente do CNJ, ministro Dias Toffoli, ressaltou que a videoconferência é inadequada aos objetivos das audiências de custódia, apontando a necessidade de atenção redobrada quando o ato envolver depoimento especial de criança e de adolescente. “Audiência de custódia por videoconferência não é audiência de custódia e não se equiparará ao padrão de apresentação imediata de um preso a um juiz, em momento consecutivo a sua prisão, estandarte, por sinal, bem definido por esse próprio Conselho Nacional de Justiça quando fez aplicar em todo o país as disposições do Pacto de São José da Costa Rica”, destacou.

14.7.2020

Judiciário fortalece inspeções em unidades de privação de liberdade

CNJ padronizou procedimentos respeitando critérios de segurança sanitária para apoiar magistrados nas inspeções, que se tornaram ainda mais relevantes devido à pandemia



G. Dettmar/Agência CNJ

Inspeção no presídio Pedro de Alcântara, em Santa Catarina, em 2011

A publicação de orientações técnicas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a realização de inspeções em locais de privação de liberdade no contexto da pandemia fortaleceu as medidas de monitoramento e fiscalização adotadas por magistrados e tribunais em todo o país. O CNJ padronizou procedimentos respeitando critérios de segurança sanitária para apoiar magistrados nas inspeções, que se tornaram ainda mais relevantes devido ao fechamento de presídios e unidades de internação em todo o país desde o início da pandemia.

No Amazonas, o juiz da Vara de Execução Penal (VEP) e atual corregedor dos presídios de Manaus, Glen Hudson Paulain Machado, concluiu programação de inspeções e visitas técnicas a todas as unidades prisionais da capital com o respaldo da orientação expedida pelo CNJ. “Com apoio da Secretaria de Administração Penitenciária, da Defensoria Pública e dos órgãos de saúde, procuramos atender todas as orientações do CNJ, inclusive respondendo um questionário e seguindo protocolo desde a chegada ao presídio até a saída. Avalio como muito produtiva a ins-

peção, na qual procuramos, inclusive, dialogar com presos, obtendo informações sobre questões de saúde”, disse o magistrado.

As orientações técnicas do CNJ também guiaram a edição de portaria do Tribunal de Justiça do Mato Grosso, que resultou em inspeções em unidades de privação de liberdade em Cuiabá e Várzea. O documento traz uma série de critérios a serem observados nas visitas, como situação de abastecimento de alimentos e de kits de higiene pessoal, periodicidade da limpeza e higienização, se

houve acréscimo no tempo de permanência em ambientes abertos e se estão sendo realizadas ações de educação em saúde.

De acordo com o juiz de direito Geraldo Fernandes Fidelis Neto, o contato do poder público com as pessoas privadas de liberdade ajuda, inclusive, familiares e a população em geral. “A presença do juiz dentro da penitenciária mostra que essas pessoas não estão esquecidas. Também verificam-se as condições de salubridade e de humanidade que são empregadas no sistema penitenciário. É muito importante fazer esse contato, porque também esclarece situações causadas por fake news. Estive lá pessoalmente, e isso tranquiliza as famílias. E é importante que sejam regulares, para mostrar que o trabalho continua”, explica o magistrado, que conta também com o apoio de outras entidades, como Conselhos da Comunidade e Ordem dos Advogados do Brasil, nas inspeções.

No Paraná, a coordenação estadual do programa trabalhou conjuntamente com o GMF na elaboração de um roteiro para auxiliar nas inspeções. No final de junho, a juíza coordenadora do Grupo, Ana Carolina Bartolamei Ramos, realizou inspeção na capital Curitiba. “As inspeções são essenciais neste momento em que há um isolamento ainda maior das pessoas presas, com as visitas suspensas, por exemplo, em razão da pandemia. Por outro lado, o procedimento numa situação dessas deve ser específico, por isso a necessidade de orientações técnicas neste sentido, como feito pelo CNJ”, afirmou a magistrada, que é corregedora de presídios e atua na Vara de Execuções Penais.

Ainda segundo a juíza, as orientações do CNJ dão suporte técnico aos juízes para que tomem os devidos cuidados tanto para evitar a contaminação das presas e presos, como para evitar a contaminação da própria equipe que irá acompanhar inspeção, mas sem deixar de lado objetivo principal que é a presença do Poder Judiciário dentro dos estabelecimentos prisionais para inspecioná-los, ‘tomando providências para o adequado funcionamento e promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade’ (art. 66, II, da LEP)”, continua.

Socioeducativo

O sistema de execução de medidas socioeducativas, voltado a adolescentes que praticaram atos infracionais, também tem sido atendido pelas orientações técnicas do CNJ. Em Pernambuco, a juíza auxiliar da Vara Regional da Infância e Juventude, Marília Ferraz Martins Thum, inspecionou presencialmente uma das unidades de internação da capital Recife. “O receio de contágio nesse momento de pandemia atinge a todos. Mas a magistratura, mesmo nesse momento tão delicado, não se equivocou do seu papel constitucional e, pautado nas diretrizes do CNJ e da Coordenadoria da Infância do TJPE, pude realizar as inspeções de maneira segura a todos os envolvidos”, afirma a magistrada.

Ainda segundo a juíza, a condição peculiar do adolescente como pessoa em desenvolvimento torna a inspeção no sistema socioeducativo ainda mais relevante. “Além de verificar as condições físicas do estabelecimento de internação, fiscalizamos se estão sendo ofertados cursos e estudos aos socioeducandos, como forma de permitir que vislumbrem novas oportunidades e perspectivas de vida e, assim, seja efetivamente ressocializado”, diz a magistrada.

Minas Gerais também tem mantido calendário regular de inspeções no sistema socioeducativo, como explica o juiz Afrânio Nardy, da Vara Infracional de Belo Horizonte, que já realizou 18 visitas desde o início da pandemia. “Inspeções trabalham num duplo eixo: além de verificar condições da unidade, do ponto de vista estrutural e logística, procurar fazer acompanhamento de cada um dos adolescentes. Visitar unidades nesse período é um momento de escuta dos adolescentes sobre a situação nas unidades, rotinas e engajamento em atividades, além de preocupações que manifestam sobre a pandemia. Também ajudam a nortear decisões em cada processo de execução”, completa Nardy.

Magistrados de diversas outras UFs também realizam inspeções, tanto presenciais quanto por videoconferência – método alternativo que pode ser utilizado durante a pandemia. Entre eles estão Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo,

Maranhão, Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Roraima, Santa Catarina e Sergipe. Todas as inspeções geram relatórios que são enviados ao CNJ.

No lançamento das orientações, o juiz auxiliar do CNJ com atuação no DMF Antônio Carlos Tavares destacou que as inspeções merecem atenção especial durante a pandemia, já que 100% das unidades prisionais estão fechadas para visita no país. Também juiz do DMF/CNJ, Fernando Pessoa da Silveira Mello afirmou que é dever dos magistrados garantir que as penas as responsabilizações sejam cumpridas de acordo com padrões estabelecidos de dignidade. “Precisamos garantir que a pandemia não agrave a violação de direitos nos espaços de privação de liberdade”. (IT) Com informações do TJAM

13.7.2020

ECA 30 anos: CNJ atua na qualificação nacional do sistema socioeducativo

Entre as iniciativas estão o desenvolvimento de uma nova versão do CNAEL e construção de parâmetros para as inspeções em unidades

Há 30 anos, a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) representava mais um passo na redefinição da percepção jurídica sobre crianças e adolescentes no país. Partindo do conceito de proteção integral trazido pela Constituição dois anos antes, o ECA reafirmou a prioridade imediata e absoluta como sujeitos de direitos e não mais objetos de tutela do Estado, como ocorria sob a vigência dos Códigos de Menores. Sob essa perspectiva, a proteção a direitos deve levar em consideração a capacidade de protagonizarem as próprias histórias.

Sob o pano de fundo do ECA, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) trabalha, desde julho de 2019, em diversas ações para qualificar o sistema de execução de medidas socioeducativas --as ações fazem parte do programa Justiça Presente. No Brasil, cerca de 150 mil adolescentes entre 12 e 18 anos cumprem medidas socioeducativas como resposta a algum ato infracional, sendo que pelo menos 24 mil se encontram em privação e restrição de liberdade.

O programa abrange os 26 estados e o DF e promove o fortalecimento de comissões intersetoriais estaduais do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), coordenações de Infância e Juventude e, especialmente, os Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF). Entre as iniciativas dessa mobilização está o desenvolvimento de uma nova versão do Cadastro Nacional do Adolescente em Conflito com a Lei (CNAEL). O objetivo é torná-lo um sistema nacional para acompanhamento do trâmite processual e da prática de atos jurídicos nos processos de conhecimento e de execução de medidas.

Também estão em andamento melhorias no Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade



Unidade socioeducativa no Distrito Federal

Gil Ferreira/Agência CNJ

(CNIUIS), com a construção de parâmetros para as inspeções nesses estabelecimentos. As ações buscam qualificar os dados sobre o sistema socioeducativo e, consequentemente, sobre o Sinase, auxiliando na orientação de políticas públicas. Nesta seara, já foram regularizadas mais 16 mil guias pendentes de baixa no CNAEL.

Outra frente de trabalho é o apoio ao desenvolvimento de Núcleos de Atendimento Integrado (NAI) e aos Planos de Atendimento Individual (PIA). Para o NAI, foi realizado mapeamento de experiências já existentes no país e seu fortalecimento, além da elaboração de modelos de acordo de cooperação técnica para instalação de novos equipamentos. A iniciativa reúne atores como Tribunal de Justiça, Ministério Público e Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social. Quanto ao PIA, o objetivo é desenvolver modelos de indicadores para avaliação desse instrumento essencial no acompanhamento do cumprimento de medidas socioeducativas.

Cumprimento do ECA

A melhoria na gestão de informações terá um impacto positivo em outra frente de ação do programa, a que busca a racionalização na aplicação de medidas de internação, conforme estabelece o ECA, e estabelece parâmetros internacionais que preconizam a brevidade e excepcionalidade das internações.

Um exemplo são as audiências concentradas, quando o juiz se reúne regularmente com os adolescentes e familiares para avaliação judicial da medida. Em dezembro de 2019, equipe do CNJ realizou missão no Amazonas para conhecer o projeto desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do estado acerca da temática. Com base nessa experiência, foi desenvolvida metodologia para a replicação da boa prática em todo o país, além de projeto-piloto para cinco estados.

Também está em andamento projeto para estruturação de núcleos de justiça restaurativa em 10 estados brasileiros, além do estímulo à implementação de Centrais

de Vagas – voltadas ao controle do número de adolescentes a serem internados de acordo com a disponibilidade, garantindo que a internação sirva como espaço de desenvolvimento pessoal.

Santa Catarina e Paraná já desenvolvem boas experiências na área, que foram tema de um webinar realizado pelo CNJ, em março, com 226 participantes. Outra importante iniciativa é o fortalecimento das medidas em meio aberto com foco no aprofundamento dos laços familiares e comunitários com acompanhamento.

Covid-19

Atento à gravidade da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da Covid-19, o CNJ tem também monitorado a ocorrência de contaminações e óbitos em unidades socioeducativas de todo o país, além de promover ações de enfrentamento e controle para evitar a propagação do novo coronavírus nesses estabelecimentos. A iniciativa é um esforço coordenado entre o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ) e os Tribunais de Justiça.

“Pela primeira vez, um programa coordenado pelo Judiciário em escala nacional mobiliza atores em todas as Unidades da Federação, com diálogo contínuo e elaboração de planos específicos para a sustentabilidade das medidas. O programa também traz como objetivo contribuir com aporte técnico e fomentar articulação para a construção de produtos, estruturas e serviços, disseminando boas práticas baseadas em evidências e construindo novas narrativas sobre o tema, além da articulação com instituições nacionais e internacionais para garantir resultados”, destaca o juiz auxiliar da Presidência do CNJ Antonio Tavares, que atua no DMF.

Já o coordenador do eixo que trata do sistema socioeducativo no Justiça Presente, Cláudio Vieira, explica que o programa do CNJ e do PNUD Brasil, coloca-se ao lado das iniciativas que, ao longo destas três décadas, buscam concretizar a proteção integral nas políticas públicas.

“O foco são as medidas socioeducativas, com ações que buscam sanar lacunas e aperfeiçoar os mecanismos previstos no ECA. A execução destas medidas conforme o preconizado, é uma dívida e um compromisso do país. O programa contribui com a estruturação e adequação das medidas socioeducativas aos princípios da Doutrina da Proteção Integral advinda da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, da qual o ECA é afiliado”, explica Vieira. **(IT)**

21.7.2020

Tribunais voltam a discutir ações contra Covid-19 em privação de liberdade

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou a segunda série de reuniões on-line de alinhamento do trabalho frente à Covid-19 realizado pelos Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMFs) dos tribunais estaduais de Justiça e tribunais regionais federais. A série de reuniões, com a participação de cerca de 250 pessoas em todo o país, teve como objetivo engajar os representantes das cortes na adoção de providências a partir de dados produzidos pelo CNJ, fortalecendo a atuação conjunta no combate à Covid-19 nos sistemas de privação de liberdade.

Os tribunais de Justiça também apresentaram as iniciativas de inspeção em unidades de privação de liberdade, enquanto o CNJ reforçou a observância de aspectos da orientação técnica publicada em maio, como reavaliação de medidas de privação de liberdade no contexto da pandemia, retomada de atividades e fluxos com o mundo externo.

22.7.2020

Casos de Covid-19 no sistema prisional aumentam quase 100% em 30 dias

Os estabelecimentos prisionais brasileiros registraram um crescimento de 99,3% nos casos de contaminação pelo novo coronavírus nos últimos 30 dias, contabilizando 13.778 ocorrências. O acompanhamento é uma iniciativa do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça (DMF/CNJ) e é o único em escala nacional que traz dados sobre contágios e óbitos também de servidores e sobre a situação da pandemia no sistema socioeducativo, que chegou a 2.356 casos nesta semana – crescimento de 80,2% ao longo do período.

16.7.2020

Extinção de serviço de apoio a presos com transtornos mentais é revertida

O Ministério da Saúde reverteu portaria que extinguiu o Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAPs). A extinção do serviços havia sido questionada por diversas instituições, organizações e especialistas, incluindo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O CNJ ainda pontuou que o serviço das EAPs desempenha importante papel de apoio aos magistrados para que as leis em vigor no Brasil no campo da saúde mental tenham interface com a justiça. Afirmou, ainda, que a complexidade que envolve o tratamento adequado a esse segmento populacional ultrapassa o âmbito da justiça e impõe uma atuação intersetorial, que ficaria prejudicada com a extinção da política pública.

25.8.2020



Luiz Silveira/Agência CNJ

Adolescente estuda em unidade socioeducativa de Aracaju (SE)

Socioeducativo: CNJ altera Resolução para fortalecer atuação do Judiciário

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) atualizou a Resolução nº 77/2009, que dispõe sobre a inspeção nos estabelecimentos e entidades de atendimento ao adolescente e sobre o Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNACL). O novo texto, aprovado por meio da Resolução nº 326/2020, apresenta novos procedimentos para inspeções e para coleta e sistematização de dados. Também inclui a previsão de criação e implantação de um novo sistema de tramitação de processos de conhecimento e de execução de medidas socioeducativas.

A partir de agora, magistrados devem preencher um formulário obrigatório nas inspeções semestrais a entidades ou programas para cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Também foram realizadas modificações no formulário de inspeção

em unidades de internação e semiliberdade. Para otimizar o trabalho, os campos agora são discriminados de acordo com a periodicidade das inspeções, bimestrais ou semestrais.

O Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade (CNIUIS) também foi modificado e passa a ser o local para preenchimento dos formulários de inspeção de unidades de meio aberto. O sistema passa a ser denominado Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades e Programas Socioeducativos (CNIUPS).

O Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ) também irá elaborar, em até 90 dias, manual com orientações quanto às inspeções em meio fechado e em meio aberto.

Como explica o juiz auxiliar da presidência do CNJ Antonio Tavares, a modificação da Resolução nº 77 foi importante para que o Judiciário acompanhe todos os tipos de medida, desde a internação provisória, definitiva e de semiliberdade até o meio aberto. “Há grande dificuldade em diagnósticos, e por esse motivo, a inovação quanto ao CNIUPS se fez necessária.”

Outra mudança na Resolução nº 77/2009 é a adequação do texto à Resolução CNJ nº 214/2015, incluindo o Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF) dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal como órgão responsável por fiscalizar o sistema de execução de medidas socioeducativas e por auxiliar os magistrados quanto ao tema.



TJCE

Qualidade de dados

O DMF/CNJ também está atuando para sanear dados do CNAEL, que reúne informações sobre medidas aplicadas em cada estado. Um dos principais desafios é a diferença entre os dados extraídos do Cadastro e aqueles fornecidos diretamente pelos Tribunais de Justiça sobre a quantidade efetiva de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

No final de 2019, o CNJ publicou recomendação para que magistrados de todo o país apoiassem o saneamento do CNAEL, baixando as guias de medidas já extintas, por exemplo. Até agosto foram baixadas cerca de 23 mil guias. Foi ainda estabelecido prazo de 180 dias para elaboração de proposta executiva para criação e implantação de sistema de tramitação de processos de conhecimento e de execução de medidas socioeducativas, que tramitará em interoperabilidade com o CNAEL.

Parceria

As medidas de modernização e fortalecimento da atuação do Judiciário estão sendo executadas no âmbito do Programa Justiça Presente. Como explica a coordenadora-adjunta do eixo que trabalha o sistema socioeducativo dentro do Justiça Presente, Fernanda Givisiez, as alterações na resolução atendem a pedidos de magistrados de todo o país e vai gerar dados até então de difícil obtenção.

“Atualmente não temos um sistema que nos indique, em tempo real, quantos adolescentes cumprem medida socioeducativa. Também nesse sentido, o aprimoramento do CNIUPS permitirá a produção de informações essenciais sobre o atendimento socioeducativo, além de definir novos parâmetros para a inspeção judicial, em conformidade com normativas nacionais e internacionais sobre a matéria.”(IT)

12.8.2020

Tribunais se engajam em webinários para fortalecer rede de justiça restaurativa

A pedido dos tribunais que integram a Rede Justiça Restaurativa, o CNJ organizou no final de julho seminários on-line para seguir o projeto de expansão da prática no país. Os webinários reuniram mais de 1,1 mil participantes com o objetivo de continuar as tratativas iniciadas em abril deste ano voltadas à estruturação de núcleos de práticas restaurativas. Solicitados pelos próprios tribunais, os encontros pontuaram a necessidade de um novo olhar sobre a justiça com foco acentuado na prisão diante de desafios como o encarceramento em massa, o racismo e a desigualdade social, reforçando a importância de práticas de humanização e de responsabilização na perspectiva comunitária.

27.8.2020

Acordo permitirá integração do MP-SP ao sistema de execução penal do CNJ

Com a assinatura de um termo de cooperação técnica, o CNJ e o Ministério Público de São Paulo formalizaram a adesão do MP-SP à base de dados do SEEU. Pelo acordo, os promotores do estado com a maior população carcerária do país terão acesso aos documentos e às informações do sistema. É por meio desses dados que os juízes de execução penal acompanham a custódia da população carcerária pelo Estado brasileiro, assim como o cumprimento de pena dos condenados fora do sistema prisional.

24.8.2020

Escritório Social chega a 14 estados fortalecendo política de atenção à pessoa egressa

Ednaldo Araújo/TJPB



Inauguração do Escritório Social na Paraíba reuniu representantes do CNJ, TJPB e governo estadual

Política fomentada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para apoiar pessoas egressas do sistema prisional, o Escritório Social chegará a 14 estados com novas inaugurações nas próximas semanas. Serão lançados os Escritórios de Palmas (TO) e de João Pessoa (PB) e também haverá assinatura de acordo de cooperação para o lançamento de sete unidades no Rio Grande do Norte. O fortalecimento da política nacional de atenção à pessoa egressa está previsto na Resolução CNJ nº 307/2019.

Criado pelo CNJ em 2016, o Escritório Social resulta de gestão compartilhada entre o Poder Judiciário e o Executivo. Ele atende à pessoa que deixa o sistema prisional, assim como seus familiares, para dar acesso à rede de serviços de

apoio em áreas como qualificação profissional, moradia, documentação e saúde. A expansão e otimização da metodologia do Escritório Social faz parte do programa Justiça Presente, parceria do CNJ e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com apoio Ministério da Justiça e Segurança Pública na figura do Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

No dia 28 de agosto será inaugurado o Escritório Social de João Pessoa (PB) e em 2 de setembro é a vez de Palmas (TO). Em 4 de setembro será realizada a assinatura de acordo de cooperação entre CNJ, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) e governo estadual para implantação dos Escritórios Sociais de Natal, Caicó, Mossoró, Pau dos Ferros,

Nísia Floresta, Parnamirim e Ceará-Mirim – os municípios também participarão da gestão dos equipamentos.

Até setembro de 2020, 14 governos estaduais terão firmado compromisso de lançar o Escritório Social: Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Mato Grosso, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima, Sergipe e Tocantins. Espírito Santo e Paraná já possuem estruturas anteriores ao projeto de expansão. Estão em curso tratativas para implantação em outros seis estados: Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Maranhão, Ceará e Pernambuco. O Justiça Presente ainda irá lançar, em setembro, o aplicativo do Escritório Social por meio de parceria com o Governo do Distrito Federal e Universidade de Brasília.

Apoio

Além de facilitar a articulação entre atores locais e a assinatura de termos de cooperação técnica, o Justiça Presente apoiou a proposição para financiamentos da política de egressos do Depen, que contemplou oito estados: Acre, Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba e Tocantins. O Justiça Presente ainda doou equipamentos básicos para o funcionamento dos escritórios em 10 estados que não possuíam recursos mínimos. Foi o caso de Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Mato Grosso, Paraíba, Piauí, Sergipe, Tocantins e Mato Grosso do Sul, por meio de uma contrapartida pactuada entre PNUD e as instituições locais para a instalação dos Escritórios.

De acordo com o juiz coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do CNJ, Luís Geraldo Lanfredi, o principal impacto da expansão dos Escritórios Sociais é a construção de uma rede. “A ideia é envolver diversos estados, avançando na construção de uma política nacional de atenção conforme a resolução aprovada em 2019”, explica. O DMF está realizando o georreferenciamento dos Escritórios Sociais e outros equipamentos públicos existentes no país, de modo que as informações a respeito da localização desses serviços e horário de funcionamento esteja disponível de modo simples e num único local.

Capacitação

Em 2019, o CNJ realizou processos formativos que capacitaram mais de 300 pessoas que trabalham com pessoas egressas em todo o país nas três metodologias desenvolvidas pelo Justiça Presente. A mobilização de pré-egressos apresenta o Escritório Social a pessoas em final de cumprimento de pena, identificando demandas individuais para mobilização de rede de atendimento e criando vínculos destas pessoas com os serviços.

Já a metodologia da singularização identifica as demandas e os potenciais de cada um, assim como compreensões individuais de vínculos e esferas de sociabilidade para superação de vulnerabilidades. Por fim, a mobilização de redes permite que o Escritório Social articule serviços públicos e da sociedade civil para realizar o enca-

minhamento e a inclusão das pessoas egressas nas políticas públicas.

Uma segunda fase de capacitação está prevista para setembro e outubro deste ano, em parceria com a Kroton Educacional. Será produzido um curso de 12 horas de duração aos estados que estão inaugurando os Escritórios Sociais na modalidade Educação a Distância (EaD).

Rede de apoio

Ainda no campo da atenção a egressos, o CNJ apoia a expansão da Rede de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário (RAESP), iniciativa do Rio de Janeiro que já está presente

em Tocantins e Rio Grande do Norte. A RAESP reúne instituições e coletivos que atuam na área de apoio às pessoas egressas do sistema prisional, promovendo mobilização e articulação de ações de capacitação e articulação para políticas públicas.

A articulação das RAESPs nos estados deverá, em breve, permitir a organização de uma Rede Nacional de Atenção às Pessoas Egressas, estabelecendo um novo patamar de incidência do Poder Judiciário para a garantia de direitos e inclusão social dessas pessoas. Até o fim do ano estão previstas RAESPs em Acre, Alagoas, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba e São Paulo. **(IT)**



Karlos Geromy/SECAP-MA

16.7.2020

CNJ e Humanitas360 expandem modelo de cooperativa para presas

O CNJ participou da inauguração da Cooperativa Social Cuxá, localizada na Unidade Prisional Feminina de São Luís, no Maranhão, fomentada a partir de parceria entre CNJ, Tribunal de Justiça do Maranhão, Governo do Maranhão e o Instituto Humanitas360. O evento marcou o início de atividades da primeira unidade do modelo de inserção produtiva para pessoas privadas de liberdade e egressos fomentado pela cooperação entre CNJ e H360. Nos próximos meses estão previstos lançamentos de cooperativas de mulheres na Paraíba e no Rio Grande do Norte. Além das cooperativas, o Instituto Humanitas360, com apoio do CNJ, implantou em maio modelo de visitas sociais virtuais no Maranhão. O projeto Lab360, chamado de Lab360, também será implantado nas outras duas UFs, que também será expandido.

CNJ lança 20 Escritórios Sociais em 14 estados

O Escritório Social, política fomentada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para apoiar pessoas egressas do sistema prisional, chega a setembro com 20 novas unidades lançadas em 14 unidades da federação --Espírito Santo e Paraná já possuíam unidades antes do início do programa Justiça Presente.

O equipamento foi criado pelo CNJ em 2016 e resulta da gestão compartilhada entre o Poder Judiciário e o Executivo, contando com apoio também do Poder Legislativo e outras entidades. Estão em curso tratativas para implantação em outros seis estados: Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais,

Maranhão, Ceará e Pernambuco. O cronograma de assinatura de acordos de cooperação técnica para implantação dos equipamentos, assim como algumas inaugurações, sofreu atraso devido à pandemia de Covid-19. Veja abaixo uma linha do tempo do lançamento dos Escritórios Sociais:

2019
NOVEMBRO

4.11

BOA VISTA (RR)



Antônio Diniz/TJRR

Lançamento de Escritório Social de Boa Vista, em Roraima, marcou nova fase de expansão da política

26.11
MACEIÓ (AL)



Caio Loureiro/TJAL

Ministro Dias Toffoli assina acordo para instalação de Escritório Social em Maceió (AL) e frisa a importância da iniciativa, uma das principais de sua gestão

29.11
MARICÁ (RJ)

"Esse é um equipamento propício ao acolhimento e a reintegração do egresso", afirmou o secretário-geral do CNJ, Carlos Vieira von Adamek, no lançamento em Maricá (RJ)

2019
DEZEMBRO

9.12

SALVADOR (BA)



Nei Pinto/TJBA

O presidente do CNJ, ministro Dias Toffoli, assinou acordo para lançamento de Escritório Social em Salvador (BA) e destacou que política beneficia toda a sociedade

9.12
TERESINA (PI)



TJPI

O supervisor do DMF/CNJ, conselheiro Mário Guerreiro, participou da inauguração do Escritório Social de Teresina (PI)

2020
ABRIL

15.4

CUIABÁ (MT)

Acordo foi assinado em abril deste ano, mas desde 2019 equipes locais trabalhavam no projeto de implantação do equipamento em Cuiabá (MT)

2020
JUNHO

10.6

MACAPÁ(AP)

Macapá, capital do Amapá, também contará com uma unidade do Escritório Social, equipamento voltado a pessoas egressas do sistema prisional

15.6

ARACAJÚ(SE)

Sergipe é mais um Estado a aderir à proposta de fortalecimento da política para pessoas egressas. A capital Aracaju sediará o Escritório

2020
JULHO

1.7

MANAUS(AM)

No Amazonas, a capital Manaus foi escolhida para sediar Escritório Social, cuja gestão é compartilhada entre Judiciário e Executivo

2020
AGOSTO

12.8

BELÉM (PA)

Belém (PA) é mais uma capital que terá disponível às pessoas egressas equipamento com serviços e encaminhamentos à rede de apoio

14.8

RIO BRANCO (AC)

Em Rio Branco, capital do Acre, o Escritório Social conta com apoio de outras instituições e terá parceria com Raesp local

28.8

JOÃO PESSOA(PB)



Edinaldo Araújo/TJPB

Inauguração do Escritório Social de João Pessoa, capital da Paraíba; Assinatura de ACT foi em novembro de 2019

2020
SETEMBRO

2.9

(RN)

No Rio Grande do Norte, serão sete municípios com Escritório Social: Natal, Caicó, Mossoró, Nísia Floresta, Parnamirim, Ceará-Mirim e Pau dos Ferros

3.9

PALMAS (TO)



Rondinelli Ribeiro/TJTO

Inauguração do Escritório Social de Palmas(TO)

FICHA TÉCNICA

Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ)

Juízes auxiliares da Presidência

Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi (Coordenador); Antonio Carlos de Castro Neves Tavares; Carlos Gustavo Vianna Direito; Fernando Pessoa da Silveira Mello

Equipe

Victor Martins Pimenta; Ricardo de Lins e Horta; Alexandre Padula Jannuzzi; Alisson Alves Martins; Anália Fernandes de Barros; Auristelia Sousa Paes Landino; Bruno Gomes Faria; Camilo Pinho da Silva; Danielle Trindade Torres; Emmanuel de Almeida Marques Santos; Helen dos Santos Reis; Joseane Soares da Costa Oliveira; Kamilla Pereira; Karla Marcovecchio Pati; Karoline Alves Gomes; Larissa Lima de Matos; Liana Lisboa Correia; Lino Comelli Junior; Luana Alves de Santana; Luana Gonçalves Barreto; Luiz Victor do Espírito Santo Silva; Marcus Vinicius Barbosa Ciqueira; Melina Machado Miranda; Natália Albuquerque Dino de Castro e Costa; Nayara Teixeira Magalhães; Rayssa Oliveira Santana; Renata Chiarinelli Laurino; Rennel Barbosa de Oliveira; Rogério Gonçalves de Oliveira; Sirlene Araujo da Rocha Souza; Thaís Gomes Ferreira; Valter dos Santos Soares; Wesley Oliveira Cavalcante

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Representante-Residente Assistente e Coordenadora da Área Programática: Maristela Baioni
Coordenadora da Unidade de Paz e Governança: Moema Freire

Unidade de Gestão de Projetos (UGP)

Gehysa Lago Garcia; Camila Fracalacci; Fernanda Evangelista; Jenieri Polacchini; Mayara Sena; Polliana Andrade e Alencar

Equipe Técnica

Coordenação-Geral

Valdirene Daufemback; Talles Andrade de Souza; Adrianna Figueiredo Soares da Silva; Amanda Pacheco Santos; Anália Fernandes de Barros; André Zanetic; Beatriz de Moraes Rodrigues; Debora Neto Zampier; Iuri de Castro Tôrres; Lucas Pelucio Ferreira; Luciana da Silva Melo; Marcela Moraes; Marília Mundim da Costa; Mario Henrique Ditticio; Sérgio Peçanha da Silva Coletto; Tatiany dos Santos Fonseca

Eixo 1

Fabiana de Lima Leite; Rafael Barreto Souza; Izabella Lacerda Pimenta; André José da Silva Lima; Ednilson Couto de Jesus Junior; Julianne Melo dos Santos

Eixo 2

Claudio Augusto Vieira; Fernanda Machado Givisiez; Eduarda Lorena de Almeida; Solange Pinto Xavier

Eixo 3

Felipe Athayde Lins de Melo; Pollyanna Bezerra Lima Alves; Juliana Garcia Peres Murad; Sandra Regina Cabral de Andrade

Eixo 4

Alexander Cambraia N. Vaz; Ana Teresa Iamarino; Hely Firmino de Sousa; Rodrigo Cerdeira; Alexandra Luciana Costa; Alisson Alves Martins; Ana Virginia Cardoso; Anderson Paradelas; Celena Regina Soeiro de Moraes Souza; Cledson Alves Junior; Cristiano Nascimento Pena; Daniel Medeiros Rocha; Felipe Carolino Machado; Filipe Amado Vieira; Flavia Franco Silveira; Gustavo José da Silva Costa; Joenio Marques da Costa; Karen Medeiros Chaves; Keli Rodrigues de Andrade; Marcel Phillippe Silva e Fonseca; Maria Emanuelli Caselli Pacheco

Miraglio; Rafael Marconi Ramos; Roberto Marinho Amado; Roger Araújo; Rose Marie Botelho Azevedo Santana; Thais Barbosa Passos; Valter dos Santos Soares; Vilma Margarida Gabriel Falcone; Virgínia Bezerra Bettega Popiel; Vivian Murbach Coutinho; Wesley Oliveira Cavalcante; Yuri Menezes dos Anjos Bispo

Coordenações Estaduais

Ana Pereira (PB); Arine Martins (RO); Carlos José Pinheiro Teixeira (ES); Christiane Russomano Freire (SC); Cláudia Gouveia (MA); Daniela Rodrigues (RN); Fernanda Almeida (PA); Flávia Saldanha Kroetz (PR); Gustavo Bernardes (RR); Isabel Oliveira (RS); Isabela Rocha Tsuji Cunha (SE); Jackeline Freire Florêncio (PE); Juliana Marques Resende (MS); Lucas Pereira de Miranda (MG); Mariana Leiras (TO); Mayesse Silva Parizi (BA); Nadja Furtado Bortolotti (CE); Natália Vilar Pinto Ribeiro (MT); Pâmela Villela (AC); Paula Jardim (RJ); Ricardo Peres da Costa (AM); Rogério Duarte Guedes (AP); Vânia Vicente (AL); Vanessa Rosa Bastos da Silva (GO); Wellington Pantaleão (DF)

Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)

Diretora do Escritório de Ligação e Parceria do UNODC: Elena Abbati

Coordenador da Unidade de Estado de Direito: Nívio Caixeta Nascimento

Equipe

Marina Lacerda e Silva; Nara Denilse de Araujo; Vinícius Assis Couto; Ana Maria Cobucci; Daniela Carneiro de Faria; Denise de Souza Costa; Elisa de Sousa Ribeiro Pinchemel; Igo Gabriel dos Santos Ribeiro; Lívia Zanatta Ribeiro; Luiza Meira Bastos; Pedro Lemos da Cruz; Thais Lemos Duarte; Thays Marcelle Raposo Pascoal; Viviane Pereira Valadares Felix

Consultorias Estaduais em Audiência de Custódia

Acássio Pereira De Souza (CE); Ana Carolina Guerra Alves Pekny (SP); Ariane Gontijo Lopes (MG); Carolina Costa Ferreira (DF); Carolina Santos Pitanga De Azevedo (MT); Cesar Gustavo Moraes Ramos (TO); Cristina Gross Villanova (RS); Cristina Leite Lopes Cardoso (RR); Daniela Dora Eilberg (PA); Daniela Marques das Mercês Silva (AC); Gabriela Guimarães Machado (MS); Jamile dos Santos Carvalho (BA); João Paulo dos Santos Diogo (RN); João Vitor Freitas Duarte Abreu (AP); Laís Gorski (PR); Luanna Marley de Oliveira e Silva (AM); Luciana Simas Chaves de Moraes (RJ); Luciano Nunes Ribeiro (RO); Lucilene Mol Roberto (DF); Lucineia Rocha Oliveira (SE); Luis Gustavo Cardoso (SC); Manuela Abath Valença (PE); Maressa Aires de Proença (MA); Olímpio de Moraes Rocha (PB); Rafael Silva West (AL); Regina Cláudia Barroso Cavalcante (PI); Victor Neiva e Oliveira (GO)

CONSULTORIAS ESPECIALIZADAS

Ana Claudia Nery Camuri Nunes; Cecília Nunes Froemming; Dillyane de Sousa Ribeiro; Felipe da Silva Freitas; Phillippe de Freitas Campos; Helena Fonseca Rodrigues; José Fernando da Silva; Leon de Souza Lobo Garcia; Maíra Rocha Machado; Maria Palma Wolff; Natália Ribeiro; Natasha Brusaferrero Riquelme Elbas Neri; Pedro Roberto da Silva Pereira; Suzann Flavia Cordeiro de Lima; Raquel da Cruz Lima; Silvia Souza; Thais Regina Pavez

EX-COLABORADORES

DMF/CNJ

Ane Ferrari Ramos Cajado; Gabriela de Angelis de Souza Penaloza; Lucy Arakaki Felix Bertoni; Rossilany Marques Mota; Túlio Roberto de Moraes Dantas

PNUD/UNODC

David Anthony G. Alves; Dayana Rosa Duarte Moraes; Fernanda Calderaro Silva; Gabriela Lacerda; João Marcos de Oliveira; Luana Natielle Basílio e Silva; Luiz Scudeller; Marcus Rito; Marília Falcão Campos Cavalcanti; Michele Duarte Silva; Noelle Resende; Tania Pinc; Thais Duarte; Thayara Castelo Branco

SÉRIE JUSTIÇA PRESENTE

Conheça os produtos de conhecimento editados na Série Justiça Presente

PORTA DE ENTRADA (EIXO 1)

Coleção Alternativas Penais

- Manual de Gestão para as Alternativas Penais
- Guia de Formação em Alternativas Penais I – Postulados, Princípios e Diretrizes para a Política de Alternativas Penais no Brasil
- Guia de Formação em Alternativas Penais II – Justiça Restaurativa
- Guia de Formação em Alternativas Penais III – Medidas Cautelares Diversas da Prisão
- Guia de Formação em Alternativas Penais IV – Transação Penal, Penas Restritivas de Direito, Suspensão Condicional do Processo e Suspensão Condicional da Pena Privativa de Liberdade
- Guia de Formação em Alternativas Penais V - Medidas Protetivas de Urgência e Demais Ações de Responsabilização para Homens Autores de Violências Contra as Mulheres
- Diagnóstico sobre as Varas Especializadas em Alternativas Penais no Brasil

Coleção Monitoração Eletrônica

- Modelo de Gestão para Monitoração Eletrônica de Pessoas
- Monitoração Eletrônica de Pessoas: Informativo para Órgãos de Segurança Pública
- Monitoração Eletrônica de Pessoas: Informativo para a Rede de Políticas de Proteção Social
- Monitoração Eletrônica de Pessoas: Informativo para o Sistema de Justiça

Coleção Fortalecimento da Audiência de Custódia

- Manual sobre Tomada de Decisão na Audiência de Custódia: Parâmetros Gerais
- Manual sobre Tomada de Decisão na Audiência de Custódia: Parâmetros para Crimes e Perfis Específicos
- Manual de Proteção Social na Audiência de Custódia: Parâmetros para o Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada
- Manual de Prevenção e Combate à Tortura e Maus Tratos na Audiência de Custódia
- Manual de Algemas e outros Instrumentos de Contenção em Audiências Judiciais: Orientações práticas para implementação da Súmula Vinculante n. 11 do STF pela magistratura e Tribunais

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO (EIXO 2)

- Guia para Programa de Acompanhamento a Adolescentes Pós-cumprimento de Medida Socioeducativa de Restrição e Privação de Liberdade (Internação e Semiliberdade) – Caderno I
- Reentradas e Reiteraões Infracionais: Um Olhar sobre os Sistemas Socioeducativo e Prisional Brasileiros

CIDADANIA (EIXO 3)

Coleção Política para Pessoas Egressas

- Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional
- Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais I: Guia para Aplicação da Metodologia de Mobilização de Pessoas Pré-Egressas
- Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais II: Metodologia para Singularização do Atendimento a Pessoas em Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional
- Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais III: Gestão e Funcionamento

Coleção Política Prisional

- Manual de Gestão da Política Prisional – Caderno I: Fundamentos Conceituais e Principiológicos
- Manual de Gestão da Política Prisional – Caderno II: Arquitetura Organizacional e Funcionalidades
- Manual de Gestão da Política Prisional – Caderno III: Competências e Práticas Específicas de Administração Penitenciária
- Diagnóstico de Arranjos Institucionais e Proposta de Protocolos para Execução de Políticas Públicas em Prisões

SISTEMAS E IDENTIFICAÇÃO (EIXO 4)

- Guia Online com Documentação Técnica e de Manuseio do SEEU

GESTÃO E TEMAS TRANSVERSAIS (EIXO 5)

- Manual Resolução 287/2019 – Procedimentos Relativos a Pessoas Indígenas acusadas, Rés, Condenadas ou Privadas de Liberdade
- Relatório Mutirão Carcerário Eletrônico – 1ª Edição Espírito Santo
- Relatório de Monitoramento da COVID-19 e da Recomendação 62/CNJ nos Sistemas Penitenciário e de Medidas Socioeducativas I
- Relatório de Monitoramento da COVID-19 e da Recomendação 62/CNJ nos Sistemas Penitenciário e de Medidas Socioeducativas II

